

O CAFÉ, RIQUEZA PAULISTA

J. R. DE ARAUJO FILHO

SUMÁRIO

- I. Café, esteio do Brasil.
- II. Os mercados de consumo do café.
- III. O café e os transportes.
- IV. A mão de obra e o café.
- V. O café em terras fluminenses.
- VI. A economia paulista antes do período cafeeiro.
- VII. O café no Vale do Paraíba paulista.
- VIII. O café na Depressão Periférica e nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira.
- IX. O café no Planalto Ocidental.
- X. A cultura do café e sua técnica.
- XI. O café, criador de paisagens.
- XII. As fazendas de café e a paisagem rural.
- XIII. O café e as cidades pioneiras.
- XIV. Outros tipos de cidades das áreas cafeeiras.
- XV. O comércio do café e seu mecanismo.
- XVI. São Paulo e a civilização do café.

Café, esteio do Brasil. — O café, que há mais de um século constituiu a base de economia brasileira, possui um lugar impar na evolução histórico-social de uma grande porção da nossa terra.

Nenhum dos produtos que representaram no passado fontes de riqueza do Brasil, pode emparelhar-se com o café, tanto no que diz respeito ao seu valor de produção, quanto nas consequências sócio-culturais produzidas. Nem a cana e o pau-brasil nos primeiros tempos da colônia, e muito menos o ouro e as pedras preciosas no findar do período colonial português, nas consequências oriundas para os brasileiros, podem medir forças com o café (1). Basta citar um dos dados calculados por Simonsen, para que tenhamos idéia do valor do café para o Brasil; da independência até o ano de 1938, para um total da exportação brasileira de 3 bilhões e 400 milhões de libras esterlinas, o café, sozinho, concorre com 2 bilhões! Se lembrarmos que o açúcar, o mais notável produto da exportação brasileira nos três séculos coloniais, rendeu 300 milhões de libras esterlinas, teremos mais uma prova do que representa na história econômica brasileira, esta riqueza que há 125 anos vem ocupando o primeiro lugar na balança comercial do Brasil.

Mas, se voltarmos as vistas para as consequências geradas pelo plantio e cultivo do café no Brasil e particularmente, no Estado de São Paulo, crjas

(1) Roberto Simonsen, em suas obras, "Aspectos da História Econômica do Café" e "História Econômica do Brasil", calcula o valor, em libras esterlinas da exportação brasileira no Império e na Colônia, mostrando a importância de cada produto.

paisagens geográficas criadas pelo "ouro verde" são únicas no gênero, teremos provas ainda mais convincentes do que tem sido a "era do café", que já ultrapassou os 100 anos, na evolução histórica, cultural e econômica do país.

Desde 1830 que a mola mestra da civilização brasileira vem se constituindo no café. Particularmente o Segundo Reinado e a Primeira República têm suas vidas intimamente ligadas ao café. O que temos de evolução material, como redes de comunicações, portos construídos, áreas saneadas, cidades em franco progresso, e mesmo nosso parque industrial; e ainda, o pouco que possuímos de evolução cultural, como escolas, hospitais, institutos de pesquisas, tudo, foi construído à custa do café.

"O Brasil é o café" frase que já se tornou corriqueira, mas que lembra uma verdade de mais de 100 anos.

"*Coffea Brasiliae fulcrum*" (café, esteio do Brasil), eis o lema que desde 1927, retrata tão bem a maior de todas as nossas riquezas. Estas três palavras traduzem exatamente, segundo o autor do lema, a síntese econômica nacional hodierna (2).

Ao examinarmos a evolução da lavoura cafeeira no Brasil e particularmente no Estado de São Paulo, compreenderemos melhor aquela frase de Taunay.

Riqueza relativamente recente na sua importância como produto de valor no comércio mundial, pois a sua história econômica mal chega a ultrapassar dois séculos, o café é dos mais consideráveis produtos agrícolas negociados nos mercados internacionais, embora não alcance dois milhões de toneladas o volume da sua exportação pelos países produtores. O seu preço, porém, nos centros exportadores é dos maiores alcançados até hoje, por um produto agrícola. Daí o lugar de destaque da exportação cafeeira para os países produtores, que têm nessa riqueza as bases da sua economia, quando não, da sua grandeza. O caso do Brasil (e nele o de São Paulo) e mais recentemente o da Colômbia, constituem os dois exemplos mais típicos da importância do comércio cafeeiro como fator de riqueza. E os próprios países importadores, que muitas vezes negociam o café que compram, reexportando-o em parte, têm neste produto uma das fontes de seu comércio (3).

Melhor que as palavras, falam os dados estatísticos e por intermédio dos quais poderemos ver, não só a evolução desta nossa riqueza agrícola, como também o seu lugar preponderante no comércio de exportação do país (4).

Vemos então que, com menos de 1/5 do valor da exportação total do Brasil na década da independência, o café, em meados do século XIX não só ultrapassa todos os demais produtos importantes do país (o segundo produto de exportação, o açúcar, concorre com 26,74%), como representa quase a metade da sua exportação total. A partir de 870, a sua liderança supera de modo absoluto todo o conjunto das demais riquezas, concorrendo sozinho com mais da metade do nosso comércio exportador. Este período aureo do café na nossa economia vai até a crise de 1929, quando a queda brutal dos preços, fez com que entrássemos numa nova era, onde, embora o nosso produto rei continuasse a liderar a lista das nossas exportações, não faria mais com aquela esmagadora diferença de outrora.

(2) TAUNAY, Afonso D'E. — "A propagação da cultura cafeeira". Ed. do Departamento Nacional do Café, 1934.

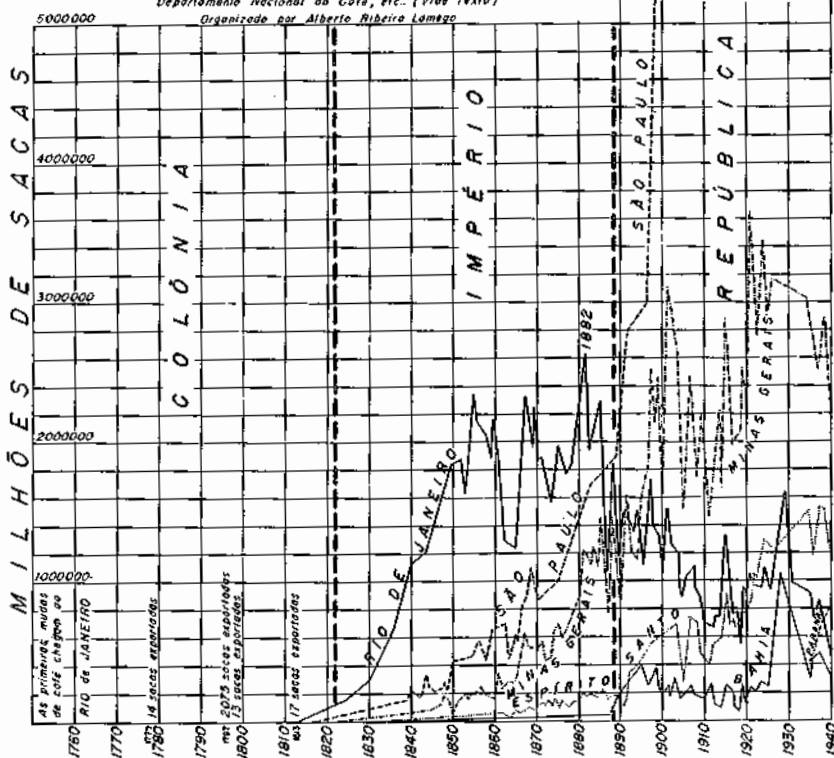
(3) Os casos da França, da Holanda e da Bélgica são conhecidos; e para os Estados Unidos, o café representa um papel importante no seu comércio interno, como prova a sua indústria de torrefação e de moagem.

(4) ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL — I. B. G. E. — Conselho Nacional de Estatística. "Comércio Exterior", pág. 257. — Rio de Janeiro — 1954.

GRÁFICO DA EVOLUÇÃO DO CAFÉ NOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES

Dados selecionados de Afonso de E. Taunay, Luis Amaral, Paulo Pêto Alegre,
Departamento Nacional do Café, etc. (Vide texto)
Organizado por Alberto Ribeiro Lamego

A produção do
Estado de S. Paulo
sob o 15010750
sacos de média anual
para o quinquênio
1928 - 1932



DECENIOS	CAFÉ EM GRÃO (tonelada)	VALOR (Cr\$ 1.000)	% SOBRE O VALOR DA EXPORTAÇÃO TOTAL
1821/30	190.680	45.308	18,63
1831/40	584.640	152.429	43,78
1841/50	1.027.260	201.469	41,29
1851/60	1.575.180	439.390	48,78
1861/70	1.730.820	695.352	45,27
1871/80	2.180.160	1.108.149	56,44
1881/90	3.199.560	1.487.532	61,70
1891/900	4.469.460	4.691.906	63,84
1901/10	7.835.940	4.179.817	51,46
1911/20	7.230.180	6.446.400	52,40
1921/30	8.371.920	22.807.858	69,56
1931/40	8.801.263	21.005.538	50,03
1941/50	8.291.891	65.658.742	43,18
1951/53	2.864.474	60.356.930	66,60

Nos últimos 5 anos, porém, ainda que exportado em menor quantidade, o café retomou seu lugar de destaque na exportação brasileira, devido aos preços elevados a que chegou nos portos exportadores. Preços que, diga-se de passagem, são forçados pela intervenção oficial, que à sua custa tem tirado grandes lucros para o Governo Federal, mas na realidade, com graves prejuízos para os verdadeiros lavradores, e o que é pior, com descrédito cada vez maior para o café brasileiro no exterior, desde que lembremos da sua qualidade, que não é das melhores.

Os mercados de consumo do café. — A partir da terceira década do século XIX, quando os brasileiros se esforçavam por encontrar um produto que viesse representar, no seu comércio exportador, o papel já representado pelo açúcar e pelo ouro no período colonial, o café, que de há muito hibernava nos arredores do atual Distrito Federal, se lhes apresentou como o mais propício. E isto, porque entre outros aspectos vantajosos que oferecia a sua cultura, destacavam-se: mercados de consumo cada vez maiores, as relativas facilidades de transportes nas terras fluminenses e a mão de obra escrava abundante, desde que as minas de ouro e os canaviais haviam entrado em decadência.

Com o correr dos anos e a expansão das lavouras por outras áreas além das fluminenses (paulistas, mineiras, capichabas, etc), aqueles aspectos vantajosos se aplainariam, de maneira que, além do aumento do número de consumidores, também os meios de transporte se modificariam para melhor (da trilha ao trilho), bem como do braço escravo se passaria ao assalariado.

Nota — As condições naturais propícias ao desenvolvimento da lavoura cafeeira em São Paulo, serão abordadas nos capítulos VII, VIII e IX.

Produto que já havia penetrado no comércio europeu desde o século XVII (5) e que já no século XVIII tornara-se bebida predileta de franceses, italianos, escandinavos e centro-europeus, o café, com o raiar do século XIX não só continuaria a se firmar na Europa Ocidental, como particularmente se tornaria uma bebida diuturna dos norte-americanos. Si em meados do século XVIII o café perderia o futuro mercado inglês, mercê da pressão feita ao governo pela British East India Company, monopolizadora do comércio do chá, em fins daquele século, querendo ela repetir o fato nas colônias norte-americanas, fez com que, não só aparecesse uma primeira nação livre nas Américas, como também surgisse um grande consumidor de café. De fato, os Estados Unidos se tornariam, a partir dos fins daquele mesmo século, num importador cada vez maior de café. E como o seu desenvolvimento econômico-demográfico foi simplesmente espantoso no decorrer do século XIX, é fácil imaginar-se a importância de tal fenômeno para o comércio internacional, especialmente no caso do café. Segundo Simonsen (6), cerca de 1825, já o comércio mundial do café atingira 1 1/2 milhão de sacas, no valor de mais de 3 milhões de libras, alcançando o consumo total, por volta de 1850, mais de 4 1/2 milhões de sacas.

Ora, essa progressão cada vez maior dos mercados consumidores, pedia, como é óbvio, café em abundância; e foi justamente nesta época (primeira metade do século XIX) que se deu a primeira grande expansão da lavoura cafeeira no Brasil.

Acompanhando aquela progressão dos mercados de consumo, o Brasil, que em 1850 já concorria para o seu suprimento com 40% do total, no último quartel do século entrava com mais de 70% (7).

Si lembrarmos que os Estados Unidos, já os maiores consumidores em meados do século XIX, não cobriam impostos de importação sobre o café, teremos mais um motivo porque os mercados de consumo foram de tão grande importância nos primórdios das nossas lavouras cafeeiras.

Naturalmente fatores negativos concorrem para que as condições de consumo não se apresentem tão compensadoras no século XX, como o foram no século anterior. A concorrência dos países produtores, que se multiplicaram de muito nos primeiros 50 anos do século, provocando uma progressão maior de sacas de café que o número de consumidores, fez com que principiasses a surgir crises de super-produção, particularmente no Brasil. A concorrência ainda firme, do chá, que, se não impede, dificulta a penetração do café nas Ilhas Britânicas, na Rússia e nos países Orientais. Concorrência menor, porém existente, de certas bebidas, como o vinho e a cerveja, além das dificuldades aduaneiras impostas à entrada do produto em inúmeros países europeus e asiáticos. E mais ainda, o nível de vida baixo de uma boa parte da população do mundo. Tudo isto constitui uma série de impecilhos à contínua expansão das lavouras cafeeiras, de modo a impedir o equilíbrio entre a produção e o consumo. Mesmo assim, porém, em um século, a humanidade passou a consumir sete vezes mais café: de 4 1/2 milhões de sacas em 1850, ela passa a consumir 32 milhões em meados de século XX. Perto de 1/3 da população da terra consome café.

O café e os transportes. — Devido à situação geográfica privilegiada, conforme já foi visto, a primeira grande zona cafeeira do Brasil não encontrou muitas dificuldades no resolver o seu problema de transportes. Até a década

(5) TAUNAY, Afonso D'E — "História do Café no Brasil". Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1939. 15 tomos. Ver para o assunto, páginas 132 a 219 do I volume.

(6) SIMONSEN, Roberto — "Aspectos da História Econômica do Café" Separata da Revista do Arquivo n.º LXV. São Paulo, 1940. Ver pág. 15-16.

(7) SIMONSEN, Roberto — *op. cit.*

de 851 — 60, as maiores lavouras em produção, não iam além de 100 km. de distância do porto mais próximo; ora, isto facilitava sobremaneira o escoamento de cada safra, feito ainda exclusivamente em lombo de burro, da fazenda ao seu porto respectivo. A Província Fluminense, e com ela, a Zona da Mata Mineira, bem como a chamada Zona Norte de São Paulo, que formavam de fato, em meados do século XIX, o coração do Brasil cafeeiro, muito se valeram da proximidade da costa para exportação da sua maior riqueza.

Até por volta de 1860 (8), foram as tropas o meio de transporte do café das zonas produtoras aos portos marítimos e fluviais.

Apesar dos impecilhos e mesmo dificuldades opostos pelo relêvo movimentado da zona produtora, e das barreiras oferecidas pelas escarpas da Serra do Mar, com sua fechada cobertura da mata, que se prolongava pelas baixadas pantanosas e alagadiças, as tropas de burros, que já haviam feito o seu papel na época do ouro, iriam agora, na primeira fase do grande surto cafeeiro, repetir aquele inestimável serviço, carregando milhões de sacas de café aos inúmeros portos que se enfileiravam no litoral brasileiro de sudeste, entre Santos e Rio de Janeiro. Justamente aí neste trecho de costa concordante, onde, além das numerosas reentrâncias litorâneas permitindo o estabelecimento de embarcadouros fáceis e seguros, a área de baixadas alagadiças é bem restrita, salvo nas imediações da Guanabara. Ora, os tropeiros, agora no apogeu de seus afazeres, iriam se aproveitar, não só dos antigos caminhos do ouro, (como o Caminho Novo e o de Ubatuba-Taubaté), como também de velhos caminhos secundários, ou novos traçados abertos nas escarpas da serra, e por onde o café desceria em borbotões. Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Ubatuba, São Sebastião, Santos, tornar-se-iam logo nos grandes portos do café no Império; e entre eles, nas numerosas baías e enseadas da costa, os pequenos portos secundários, de onde o café era baldeado para um daqueles principais, sobretudo o do Rio de Janeiro, em barcos costeiros (9) (vide mapa anexo).

Com o aumento da produção e conseqüentemente, as distâncias cada vez maiores das zonas produtoras aos portos mais próximos, as tropas de burros já não davam mais conta do recado, encarecendo-se a saca de café. Daí a sua substituição progressiva pelas linhas férreas, que a partir da década de 1870 vão dominando as áreas cafeeiras.

De fato, embora a idéia da construção de vias férreas no Brasil date de 1835, com Feijó, só na década de 70 foi que ela se concretizou, apesar de alguns anos antes terem sido inaugurados os primeiros quilômetros entre nós (10).

Foi então que se iniciou aquela substituição do transporte por meio de tropas pelo transporte ferroviário; a princípio a substituição se fez no trecho mais difícil, isto é, na travessia da barreira da serra do Mar. Santos a Jundiaí, de um lado, e Rio de Janeiro a Barra do Pirai, de outro, foram os pontos de partida para a construção da mais densa rede ferroviária do Brasil, que é justamente a de Sudeste. São as ferrovias do café, as que irão agora penetrar o interior, com seus trilhos, especialmente nas zonas novas de São Paulo de "Oeste".

(8) Os primeiros quilômetros de via-férrea inaugurados em 1854 não iam além de 14 e serviam um pequeno trecho da baixada — Porto da Estrela à Raiz da Serra.

(9) TAUNAY — *op. cit.*; SIMONSEN — *op. cit.*

(10) 1854 — *Estrada de Ferro Mauá* — de Porto da Estrela à Raiz da Serra.

1855 — Início da *Estrada de Ferro Pedro II* (hoje Central do Brasil).

1867 — *São Paulo Railway* — de Santos a Jundiaí, passando pela capital paulista.

Si as áreas mineiro-fluminenses procuravam com dificuldades ligar os seus municípios produtores ao porto do Rio de Janeiro, numa multiplicação de pequenas companhias ferroviárias que depois se fundiriam, formando o arcabouço da hoje Central do Brasil e da Leopoldina, numa ramificação a mais irregular possível, por isso que ela se formou numa área de há muito ocupada; as áreas paulistas do café resolveriam mais facilmente o problema porque a era ferroviária as alcança ainda em pleno desenvolvimento, quando não no in"cio. Ora, as ferrovias mineiro-fluminenses, poucos anos depois de inauguradas, sofriam as consequências da decadência da maior parte das lavouras por elas servidas, de maneira que, embora construídas pelos barões do café, elas não representaram para os cafezais das suas respectivas zonas, o papel que as ferrovias paulistas representariam para as suas; as grandes colheitas de café mineiro-fluminense serviam-se mais das tropas de burros que do trem de ferro.

Para a Província de São-Paulo, cujas grandes zonas produtoras só a partir de meados do século principiaram a pesar, as tropas somente tiveram importância na zona Norte e na área liderada por Campinas, justamente as mais próximas do mar. As demais zonas quando entram em produção já são alcançadas, quando não ultrapassadas pela estrada de ferro (11).

Feita a ligação de Santos com o planalto, através da São Paulo Railway, e vencido assim o maior impecilho da ligação do porto com as zonas produtoras, iniciou-se na província paulista a construção das suas grandes linhas de penetração, com a inauguração dos primeiros trechos dos atuais troncos da Mogiana e da Paulista: Campinas — Mogí Mirim — Casa Branca, procurando o vale do rio Pardo, através Ribeirão Preto, e Campinas — Rio Claro — São Carlos, procurando o vale do Mogí Guassú de um lado, através Pirassununga, Porto Ferreira e Araraquara, Rincão, Pitangueiras, e de outro em demada do vale do Tietê, através Dois Córregos, Brotas, Jaú, Pederneras.

A medida que os trilhos iam avançando, novas fazendas se abriam quilômetros à frente, como que numa atração à nova linhas; café e ferrovias, no findar do século XIX e princípio do XX, marcham juntos na ocupação do interior paulista, e com eles, a crescente população. Odilon de Matos, no seu trabalho sobre "A evolução ferroviária de São Paulo, pag. 267, faz um quadro comparativo interessante, mostrando as íntimas relações da expansão cafeeira paulista com o desenvolvimento das vias férreas e o aumento da população:

Ano	Habitantes	Km	Caféiros
1860	695 000	0	26 800 000
1870	830 000	139	60 462 000
1880	1 107 000	1.212	69 540 000
1890	1 385 000	2.425	106 300 000
1900	2 279 000	3.373	220 000 000
1910	2 800 400	4.825	696 701 545
1920	4 592 188	6.616	826 644 755
1930	7 160 705	7.099	1 188 058 354

A princípio, procurando os vales dos rios principais, Tietê, Pardo, Mogí-guassú, Grande e Paranapanema, depois infletindo diretamente para oeste, em busca das barrancas do Paraná, as ferrovias paulistas foram construídas à custa do café. Salvo a São Paulo Railway, construída com capitais ingleses e

(11) MATOS, Odilon Nogueira de — "A Evolução Ferroviária de São Paulo" — "O Desenvolvimento da Rede Ferroviária e a Expansão da Cultura do Café em São Paulo".

a Noroeste do Brasil construída pelo governo federal, as demais estradas de ferro foram, nos seus primórdios ferrovias dos fazendeiros; e mesmo aquelas duas tiveram no café a força da sua expansão financeira.

Com o avanço dos trilhos pelo Brasil cafeeiro, as tropas tornavam-se cada vez menos importantes, utilizadas apenas nas áreas rurais, no transporte das safras das fazendas às estações de embarque, e assim mesmo, nos trechos montanhosos da Mantiqueira ou da zona Norte, que dificultavam o trânsito de carros de bois ou de carroções.

Em tropas de burros na fase inicial da sua expansão (1830-1880), em ferrovias posteriormente, o café encontrou nestes dois meios de transporte uma das razões da sua expansão.

A mão de obra e o café. — As condições geográficas que vimos mostrando para explicar a propagação da lavoura cafeeira no Brasil, junta-se, indiscutivelmente, o papel da mão de obra, sem o qual, as demais condições não funcionaríamos, é claro.

Si, hoje em dia, com todas as vantagens oferecidas pela técnica moderna, ainda é um fato a importância da mão de obra na lavoura, imagine-se há mais de 100 anos atrás, quando tudo dependia do braço trabalhador.

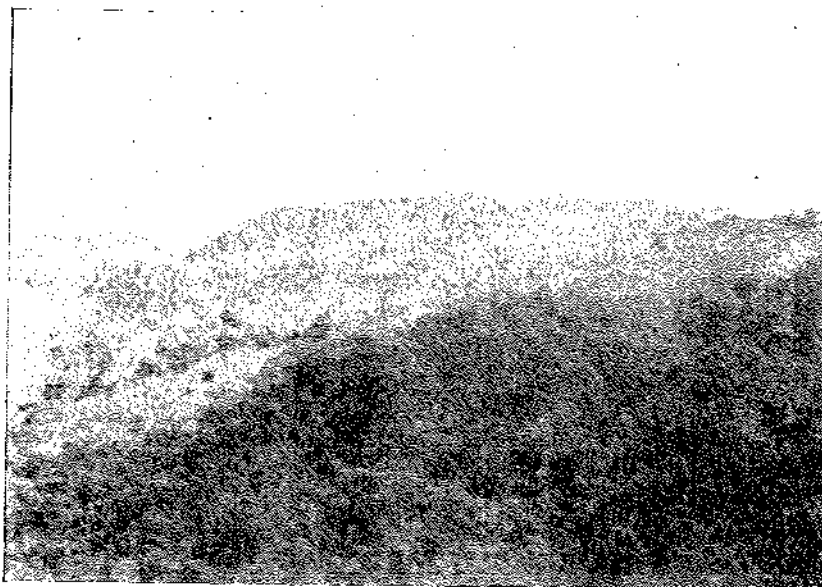
Para o caso do café, cuja primeira fase de expansão se deu logo depois da Independência, o braço escravo iria resolver o problema; no princípio, com as sobras dos canaviais, que já entravam em crise de novo, e especialmente, a escravaria das Minas Gerais, então sem ocupação fixa, desde a exaustão das minas de ouro. Esta escravaria foi acompanhada em grande parte, pelas próprias famílias mineiras, que se deslocavam também com gado e tropa para as zonas cafeeiras. (12) E depois, com o multiplicar das lavouras, à custa da importação africana, embora em desobediência às chamadas "Leis de Repressão ao Tráfico", impostas pela Inglaterra. Os fazendeiros de café, então a maior força econômica do país, não titubeavam em enfrentar todos os obstáculos para conseguirem escravos para os seus cafezais. Muitos como os Souza Breves, por exemplo, tinham portos escondidos nas enseadas e angras, em ilhas e pontas, onde contrabandeavam com os navios negreiros; e isto bem depois de 1850, isto é, da lei da abolição do tráfico. Mas, se o Brasil era o café, os cafezais só poderiam ir para a frente à custa do braço escravo; assim pensavam os magnatas cafeeiros mineiro-fluminenses e parte dos paulistas da época.

Já em 1822, quando as primeiras grandes fazendas se abriam no oeste fluminense, Saint-Hilaire nos conta em sua Segunda Viagem a São Paulo" (pag. 127), o papel representado pelo negro na expansão cafeeira: "... Não se pode colher café senão com negros; é pois, comprando negros que gastam os fazendeiros todas as rendas, e o aumento da fortuna se presta muito mais para lhes satisfazer a vaidade do que para lhes aumentar o conforto".

Foi, pois, o braço escravo, a exemplo do que acontecera com a cana e com o ouro, o movimentador das fazendas de café no Império, o que vale dizer, na zona cafeeira mineiro-fluminense.

Quando, a partir de 870, na sua já ordenada peregrinação para o oeste, os cafezais passam a se multiplicar pelas áreas paulistas da Depressão e do Planalto Ocidental (zonas de Ribeirão Preto, Araçuaia, Jaú, etc.), os fazendeiros de São Paulo, com vistas mais largas que os seus patrícios do vale paraibano começam a perceber o valor do braço assalariado, em detrimento do braço escravo. Aqui vale dizer que os fazendeiros do vale do Paraíba, além da tradição escravocrata, tinham grandes capitais empatados em negros, o que os impedia, senão dificultava, tratar as suas lavouras com assalariados.

(12) TAUNAY, Affonso D'E — "História do Café no Brasil".



Exemplo de cafezal de encosta — Na Zona da Mogiana (Águas da Prata), com sinais de erosão (Foto Araujo Filho, 1956).



Exemplo de cafezal em curvas de nível — Região de Bragança Paulista (Foto P. Petrone, 1956).

Num documento da época, e escrito por pessoa que não defendia a escravidão, mas que dependia do braço escravo, como tantos outros fazendeiros da "Zona Norte", podemos perceber ainda que em parte, as razões que explicam a não entrada do colono estrangeiro naquela área cafeeira, pondo de lado a idéia de alguns autores, de que o clima era o motivo principal no caso. Referimo-nos a uma carta do Dr. Antonio Rodrigues d'Azevedo Ferreira (Barão de Santa Eulália), escrita em maio de 1887 ao Conselheiro Rodrigues Alves, e que foi transcrita, dentre outras, pelo seu neto, prof. Aroldo de Azevedo, num trabalho publicado na Revista de História (13). A certa altura da carta, diz o autor, referindo-se ao vale do Paraíba: "Infelizmente, no Norte não é igual ao Oeste, onde a uberdade da terra e a grande produção convidam ao trabalho livre e dão-lhe compensação. Aqui não temos e nem poderemos ter colonização tão cedo; enquanto não houver uma transformação na cultura, não se pode dispensar o braço escravo ou nacional. Qual será o colono que quererá tratar mil pés de café para colher 20 arrobas?"

Naturalmente, o rendimento duma fazenda de café tratada pelo braço escravo seria bem menor que o de outra, onde o colono assalariado ou meeiro porfiava em produzir mais e melhor.

Fazendo comparações entre o elemento servil e o trabalhador livre nos últimos anos de escravidão, Simonsen, baseando-se na obra de Louis Couty (14), diz: "Um bom escravo devia tratar normalmente, cerca de dois mil pés de café, produzindo obra de 100 arrobas ou 25 sacas. As vezes, verificava-se produção maior em certas fazendas, mas isso geralmente ocorria quando, insuficiente a mão de obra, era empregado maior número de escravos no tratamento de maior número de pés de café. Eleva-se então a média de produção por cabeça, com grande sacrifício, porém do trato do cafezal, e portanto, do volume e qualidade da colheita. De 1870 a 1878 um bom escravo masculino valia 2:200\$000 e uma mulher 1:600\$000, girando a média em torno de 2:000\$000..." Continua o autor... "Nas avaliações em fazendas de café, em 1873, a escravaria representava em geral de 40 a 50% do valor da propriedade".

Ora, aí estava, segundo nos parece, uma das razões porque os fazendeiros do vale do Paraíba não aplaudiam a abolição dos escravos (15). O capital que eles tinham empatado em negros era enorme e não estava mais de acordo com o rendimento que, tanto os negros como a terra lhes davam. Com a média de 20 arrobas por mil pés, não podiam os "barões do café" competir com os seus concorrentes, os paulistas do "Oeste", que conforme acentua Couty em 1883 (16) "...não se limitaram a triplicar, em menos de vinte anos, as suas plantações de café, tanto que sua produção quasi igualou a das demais províncias; não se limitaram a cobrir sua província de múltiplas atividades: engenhos de café, engenhos de açúcar, manufaturas de algodão e produtos diversos; não se limitaram a construir em 10 anos cerca de 1.500 Km de vias férreas, que já penetram pelos sertões, em regiões desconhecidas, tomadas aos índios; sem auxílio do governo, por sua própria iniciativa encontraram meios de substituir pelo branco, o negro, pelo braço livre, o trabalho servil, e o agregado imprevidente e sem necessidades, que vegetava em torno das fazendas, pelo colono, capaz de economizar e consumir. Consideraram o problema a fundo, e graças a eles, sua província vê se aproximar sem temor o fim do trabalho servil".

(13) AZEVEDO, Aroldo de — "Última Etapa da Vida do Barão de Santa Eulália — O Ocaso do Segundo Império, através de Documentos Inéditos. Separata da Revista de História n.º 10, abril-junho, 1952. São Paulo.

(14) SIMONSEN — "Aspectos da História Econômica do Café".

(15) SIMONSEN — *op. cit.*, pág. 51.

(16) SIMONSEN — "História Econômica do Brasil". Segundo o autor o café teria sido responsável pela entrada de 250.000 escravos.

Outros aspectos iriam oferecer as fazendas cafeiras paulistas do "Oeste" e que as diferenciariam em parte, das existentes na "Zona Norte"; e entre eles, que são vários, destaca-se, indiscutivelmente, o do trabalhador.

Embora até fins da escravidão, muitos fazendeiros de Campinas e arredores possuíssem escravos, ainda que ao lado de trabalhadores assalariados, a maioria dos que então penetravam trechos da Depressão e do Planalto Ocidental, cuidava de suas lavouras com o colono nacional ou estrangeiro, este último chegando em levadas sucessivas, a partir da década de 880.

Já experiências haviam sido feitas bem antes, com famílias de colonos europeus, em Ibicaba, fazenda do então Senador Vergueiro (1847) nas proximidades de Limeira; outras vinham-se fazendo em Campinas, Piracicaba, conforme nos conta Zaluar (17).

A custa da iniciativa particular, com a ajuda do governo provincial às vezes, o fato é que, na sua grande expansão para o "Oeste" paulista, o café já foi plantado e cultivado por trabalhadores livres. E quando chegou a abolição total dos escravos em 88, a maior zona cafeeira do Brasil tinha se enraizado em São Paulo, província que, ao contrário de Minas e do Rio, pode aguentar as crises políticas, econômicas e sociais do findar do século sem abalos na sua economia.

Perto de um milhão de imigrantes entraram em São Paulo no último quartel do século XIX, e outro tanto nos primeiros 15 anos do século atual. A lavoura cafeeira foi o grande sorvedouro desse numeroso grupo de trabalhadores livres, oriundos, na sua esmagadora maioria, da Europa mediterrânea, especialmente da Itália e da Espanha. Foram esses trabalhadores livres que ajudaram os pioneiros da época a cultivar os milhões de cafeeiros que constituíram as fazendas de Ribeirão Preto, Jaú, Araraquara, Descalvado, Cravinhos, São Carlos, etc., as maiores e as mais famosas da história do café, por isso que, em grande parte situadas na famosa terra-roxa.

Eis alguns dados que ilustram melhor o papel do imigrante estrangeiro, como uma das forças responsáveis pela cultura do café em São Paulo, de fins do século passado, aos primeiros anos do nosso século.

MOVIMENTO IMIGRATORIO EM SÃO PAULO (17-a)

1886	9.536
1887	32.112
1888	92.086
1889	27.893
1890	38.291
1891	108.736
1892	42.061
1893	81.745
1894	48.947
1895	139.998
1896	99.010
1897	98.134
1898	46.939
1899	31.215
1900	22.802
1901	71.782

(17) ZALUAR, Augusto Emilio -- "Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861)". Biblioteca Histórica Paulista. Vol. II. Liv. Martins Editora. São Paulo, 1953.

(17-a) SIMONSEN, Roberto -- "Aspectos da História Econômica do Café", pág. 54.

Si depois da primeira Grande Guerra, a imigração de trabalhadores estrangeiros para as fazendas de café diminuiu, o seu número passou a ser menor ainda na década de 30, quando da maior crise sofrida pelos nossos fazendeiros; então, como já acontecera em épocas anteriores, os cafezais vão ser tratados por braços nacionais, oriundos do norte de Minas e dos estados nordestinos. São os "baianos", como eram conhecidas as turmas de trabalhadores que, sem ter as mesmas qualidades de trabalho do colono europeu, mesmo assim muito cooperaram, como ainda hoje o fazem, para que as lavouras paulistas não tivessem o mesmo fim que as mineiro-fluminenses.

Somente depois da segunda Grande Guerra, foi que o problema de braços para as lavouras cafeeiras começou a se agravar de modo mais sério; a quase completa paralisação da imigração estrangeira para as áreas rurais, bem como o êxodo, cada vez maior, dos últimos remanescentes de colonos estrangeiros existentes nas fazendas, êxodo esse continuado pelos descendentes e pelos próprios trabalhadores nacionais, numa verdadeira corrida aos centros urbanos, tem trazido dificuldades a certas áreas cafeeiras paulistas (18).

As razões desse êxodo rural são várias, porém, parece-nos que uma das mais importantes diz respeito ao tratamento que o trabalhador da fazenda deve merecer da parte do patrão e não seríamos sinceros se dissemos que essa atenção exista. Quem já percorreu as zonas cafeeiras do nosso interior sabe das condições precárias em que vive a maioria dos que concorrem com o seu trabalho para a produção da maior riqueza brasileira. Salvo a casa para moradia, o colono não recebe outras vantagens, além do contrato anual que faz com a administração da fazenda, para tratar de uns tantos mil pés de café, contrato este, que para certas zonas (caso da área servida pela Mogiana, por exemplo), dá-lhe o direito de cultivar um certo trato de terra, com cereais mais vendáveis e fáceis de trabalhar, como o milho e o feijão. No mais, aquelas garantias que o operário das zonas fabris ou os trabalhadores das cidades de há muito já auferiram como aposentadoria, escolas para os filhos, assistência médico-hospitalar e dentária, regime alimentar nos refeitórios das fábricas, etc, enfim toda essa série de conquistas que o trabalhador moderno conseguiu nos países adiantados e nas áreas urbanizadas da maior parte de nosso Estado, falta ao nosso trabalhador do campo.

Os fazendeiros sempre gritaram pela falta de braços para as suas lavouras, mas jamais se preocuparam muito com a sua conservação. Semi-abandonados pela maioria de seus patrões; esquecido pelas nossas autoridades, jamais lembrados pelos nossos legisladores; sem meios de articulação de classe por faltar-lhes os mais rudimentares princípios de educação e cultura, o nosso homem do campo é um extranho dentro de sua própria terra. E com a agravante, que o estrangeiro, quando colono, tinha sempre a seu lado o consulado mais próximo, e o nosso caboclo...

Sem a melhoria das condições de vida do nosso trabalhador das fazendas, não poderemos pensar num maior rendimento de produção.

Sem o entrosamento deste importante setor de uma fazenda de café, o da mão de obra qualitativa, aos demais setores responsáveis pela produção em intensidade, não conseguiremos levar avante a campanha que já se esboça em bases sólidas, para a transformação das nossas velhas fazendas em áreas de novo cafeeiras. Não apenas os cafezais merecem bom trato; antes dele estão os colonos, razão precípua daquele bom trato, e que por isso merecem, da parte do fazendeiro, uma melhor consideração.

Que ao lado da técnica e da ciência para a melhoria das nossas fazendas de café marchem também a escola, a higiene e a melhor alimentação para a redenção do nosso trabalhador rural.

(18) ALMEIDA, Vicente Unzer de e MENDES FILHO, Octavio Teixeira — "Migração Rural Urbana". Secretaria da Agricultura. Diretoria de Publicidade Agrícola. São Paulo, 1951.

O café em terras fluminenses. — Depois de havermos visto as razões que explicam porque o Brasil de Sudeste se tornou a área por excelência do café, vejamos como se deu a expansão desta lavoura. É claro que não vamos aqui fazer história pura, já porque sobre o assunto muito se escreveu (19), já porque sairíamos fóra do nosso plano. O que procuraremos mostrar será um como que entozamento dos fatos históricos já conhecidos sobre o café no Brasil, com os aspectos geográficos da região cafeeira do país, ressaltando as suas nuances mais importantes.

A partir do momento da chegada das primeiras sementes de café ao Brasil nos idos de 1727, até os inícios das primeiras lavouras econômicas do produto, vão-se quasi 100 anos. De fato, as primeiras experiências feitas com os grãos de café, trazidos por Francisco de Melo Palheta da Guiana Francesa, nos arredores de Belém do Pará, não deram os resultados esperados; e nem mesmo pouco mais tarde, nas terras do golfo manharensense o cafeeiro iria tomar pé. O clima e os solos, particularmente, o primeiro, parecem ser, entre outros fatores, os motivos do fracasso da criação de lavouras de café no norte do país.

Cerca de 40 anos depois da sua chegada a Belém, o café é levado de São Luiz do Maranhão para o Rio de Janeiro, conforme nos dizem os historiadores, e aí, nos arredores da cidade, mais uma vez os cafeeiros irão ficar em estado de experiência, à espera das condições geográficas que os multiplicassem em lavouras econômicas. Só meio século depois da sua chegada ao Rio de Janeiro, foi que o café começou a se tornar em produto importante da exportação brasileira, e isto, por volta da Independência. Si as pequenas plantações dos arredores da cidade do Rio de Janeiro e pouco depois, as plantações maiores de trechos da Baixada Fluminense deram origem ao nosso comércio cafeeiro, na segunda década do século XIX, somente a partir do Brasil independente, foi que as grandes lavouras passaram a ter existência definida, mas, já nas terras do vale do Paraíba, a zona por excelência do café, nas Regências e no Segundo Império.

A propaganda que D. João VI fizera do plantio do café entre os que o haviam acompanhado na sua fuga para o Brasil, dando-lhes mesmo, sesmarias no Caminho Novo e em outros trechos das então Capitânicas do Rio de Janeiro e de Minas, começou a dar resultados econômicos na terceira década do século XIX, quando passou-se a ter certeza de que esta riqueza iria substituir o claro deixado pelo ouro, no século anterior.

Ainda em 1822, Saint-Hilaire nos mostra, como já dissemos no capítulo anterior, o surto cafeeiro no oeste fluminense, na então chamada Zona de Rezende, onde os pioneiros da época, como que iniciavam a grande marcha do café, rumo a oeste, marcha que levaria a nossa maior riqueza numa peregrinação de mais de um século, e por uma distância de mais de 1500 Km. território adentro.

A princípio, isto é, no findar da estada aqui da família real e por todo o primeiro império, a penetração se faz, mas em bases ainda precárias, onde o abridor de fazendas luta com todas as dificuldades (índios, posseiros, doenças, enchentes, etc). Mesmo assim, o fazendeiro auferia grandes lucros e os emprega, não só em novas derrubadas de matas, mas, especialmente na compra de lavas e lavas de negros. Esses pioneiros, descritos por Saint-Hilaire, que deixariam aos seus filhos os seus enormes latifúndios, em grande parte já

(19) Sobre a expansão do café no Brasil há uma vasta bibliografia onde se destacam: TAUNAY, Afonso de — "Pequena História do Café no Brasil"; "História do Café no Brasil" em 15 tomos; "A Propagação da Cultura Cafeeira"; SIMONSEN, Roberto — "Aspectos da História Econômica do Café"; MAGALHAES, Basílio de — "O Café (na História, no Folclore e nas Belas Artes)"; AMARAL, Luiz — "História. Geral da Agricultura Brasileira" em 3 volumes, sendo o 3.º referente ao café.

desbravados, muito diferiam daqueles que viriam pouco depois, os tão importantes "barões do café" (20).

Entre 1825 e 1850, toda a porção ocidental da já província fluminense se tornaria o centro por excelência da cafeicultura, com suas fazendas se multiplicando pelo vale do Paraíba, quer atingindo as encostas da Mantiqueira, de um lado, quer galgando as contra-encostas da serra do Mar de outro, através da numerosa rede de vales secundários e tributários do primeiro. Aparecem então os primeiros magnatas da nova riqueza e as primeiras cidades do café. Os Souza Breves, Teixeira Leite, Nogueira da Gama e tantas outras pontificavam em São João Marcos, Vassouras, Valença, ou Paraíba do Sul. Depois, já em meados do século, descendo o vale famoso, a sua porção oriental passaria a liderar a produção no apogeu das lavouras do Império. É a vez de Cantagalo e Nova Friburgo tomarem a dianteira entre as cidades do café, com os Clemente Pinto na liderança (21).

Foi rápida porém a passagem do café pelas terras mineiro-fluminenses do vale do Paraíba. Em menos de meio século, subiu a produção do quase nada a seu máximo (830-880), decrescendo depois, ainda nos últimos anos do Império, com a mesma rapidez com que crescera.

Segundo Simonsen no trabalho já citado, a província fluminense teria tido a seguinte evolução na sua produção de café:

A partir de 1835 —	ultrapassa a média anual de	1.000.000	de sacas
A partir de 1840 —	" " " " "	1.500.000	" "
A partir de 1870 —	" " " " "	1.800.000	" "
Em 1882 —	Chega ao máximo —	2.600.000	" "

Declina a produção a seguir, voltando a 1.800.000 sacas em 1889, conservando a média de 1.400.000 na última década do século; e a partir de 1891, até nossos dias, essa média tem sido inferior a 1 milhão de sacas.

As mesmas terras que, quando cobertas de matas, ofereciam tantas vantagens ao cafeicultor, desprovidas da sua cobertura vegetal natural e ocupadas pelos cafezais, iriam se esgotar nas suas reservas de humus, num curto período de exploração. O relevo acidentado em que elas estavam situadas, sob um clima tropical úmido, e trabalhadas por um monocultura extensiva, em bases comerciais e com os métodos atrasados da época, explicam aquela brusca passagem do café pelo vale mineiro-fluminense do Paraíba, de que o trecho paulista é continuação.

A economia paulista antes do período cafeeiro. — São Paulo dos princípios do século XIX não daria a impressão de ser a terra da promessa, como aconteceria no último quartel do citado século.

Economicamente era uma das mais pobres Capitânias, como atestam, não apenas a sua produção (na maior parte de subsistência), como, também a sua diminuta população, no geral de poucos recursos. Ainda em 1836 Daniel Pedro Müller (22), nos dá um fiel retrato da Província de São Paulo, dizendo — "O território em geral é fértil e ameno; são por isso a maior parte dos habitantes agricultores; porém, a arte de agricultura tem feito pouco progresso; a extensão do terreno, proporcionalmente vasto para seus poucos habitantes,

(20) TAUNAY, Affonso D'E. — "A Propagação da Cultura Cafeeira"; LAMEGO, Alberto Ribeiro — "O Homem e a Serra".

(21) AGASSIZ, Luiz — "Viagem ao Brasil" (1865-1866); RIBEYROLES, Charles — "Brasil Pitoresco" (1859); TSCHUDI, J. J. von — "Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo" (1860); ZALUAR, Augusto Emilio — "Peregrinação pela Província de São Paulo" (1860-1861).

(22) MÜLLER, Daniel, Pedro — "Ensaio d'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo". Reedição Literal. 1923. pág. 24.

lhes presta meios de escolherem melhores paragens, donde tirem proveito com menos trabalho". Ora, no primeiro quartel do século passado, a pobreza devia ser grande, se lembrarmos do período de crise porque passava todo o Brasil, crise que vinha dos fins do século XVIII, quando da exaustão das minas de ouro.

Já vimos o esforço de D. João VI procurando no cultivo do café um modo de produzir uma riqueza exportável; mas a repercussão daquele esforço não alcançara de imediato São Paulo.

Os paulistas, segundo rezam os dados estatísticos existentes, tinham suas vistas voltadas para as modestas plantações de cana de açúcar, em áreas particularmente, do médio vale do Tietê, de Itú a Porto Feliz e Tietê, de Capivari, Constituição (atual Piracicaba) a São Carlos (atual Campinas), isto é, no trecho que poderemos chamar hoje de Média Depressão Periférica.

Simonsen nos mostra, nos seus dois livros, a pobreza paulista de fins do século XVIII e princípios do XIX, pobreza que nos atesta o número total de seus habitantes: (23)

1877	—	117.000	habitantes
1801	—	170.000	"
1815	—	215.000	"
1822	—	220.000	"

Aliás, outra prova da pouca importância economico-demográfica da antiga capitania paulista nos é dada pela modestia de sua capital, com seus 9.391 habitantes em 836, e num apagado lugar entre as outras capitais de Províncias. Santos que era o porto de São Paulo, não representava em fins do século XVIII mais que 1/2 % da exportação brasileira (24). Após a independência, diz ainda Simonsen, "melhorou a exportação do açúcar paulista, favorecida pela baixa do cambio, e alargou-se um pouco a exportação de aguardente, algodão e de alguns outros produtos" (pag. 33).

Este aspecto de pobreza que havia colocado a terra paulista em situação de inferioridade perante a maioria das Províncias do país, ela que fora a líder nos primórdios da era do ouro, se modificaria com a chegada do café.

O ouro verde, que já vinha fazendo a grandeza das terras fluminenses, e que já dera ao Brasil recém-independente as bases econômicas necessárias para sua unidade político-administrativa, também concorreria para que São Paulo não só saísse daquela pobreza franciscana, como retomasse sua antiga liderança no Brasil, liderança esta que até hoje resguardada, tem ainda no café as bases da sua razão de ser.

O café no Vale do Paraíba paulista. — À medida que os pioneiros fluminenses penetravam o vale paraibano na zona de Rezende, as lavouras cafeeiras iam se expandindo para ocidente, em direção às terras de São Paulo (25). Não discutiremos ainda aqui o problema do primeiro município paulista que recebeu, café não nos interessa saber se a glória cabe a Areias ou a Bananal, a Ubatuba ou a Jundiá. O que podemos afirmar com certeza é que tendo por centro irradiador a antiga capitania do Rio de Janeiro, o café se expandiu mais ou menos na mesma época para as

(23) SIMONSEN, Roberto — "História Econômica do Brasil". 2 vols. Col. Brasileira. São Paulo, 1937. (pág. 351 — 1 volume); "Aspectos da História Econômica do Café". Separata da Revista do Arquivo n.º LXV. São Paulo, 1940.

(24) SIMONSEN, Roberto — "Aspectos da História Econômica do Café".

(25) Sobre o assunto, além dos livros de Taunay, Simonsen e Daniel Müller, já citados, ver também: PRADO JR., Caio — "O Fator Geográfico na Formação da Cidade de São Paulo". Rev. Geografia, ano I, n.º 3, pág. 259. São Paulo, 1935; MILLIET, Sergio, "Roteiro do Café". Estudos Paulistas n.º 1. São Paulo, 1938; DEFFONTAINES Pierre — "Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo". Rev. Geografia, ano I, n.º 2, pág. 117; ELLIS JR., Alfredo — "O Café e a Paulistânia". S. Paulo, 1951.

terras mineiras da zona da Mata e para as terras paulistas da chamada "Zona Norte", que nada mais são que um prolongamento da zona fluminense do café. Bananal, Barreiro, Areias, Silveiras e Lorena são uma continuação para oeste dos cafezais que se irradiaram da zona de Rezende, e que com o tempo, se expandiram em todas as direções, alcançando terras mineiras ao norte do vale do rio Preto e terras paulistas a montante do vale paraibano.

Em 1822 Saint-Hilaire, no já citado livro, encontra cafezais esparsos por todo o vale do Paraíba paulista, desde Jacareí, e uma certa multiplicação de fazendas nos arredores de Areias e Bananal. É a marcha natural do cafeeiro pelo vale acima, éle que já o estava descendo em direção a São Fidelis (26). Seria assim a "Zona Norte" a primeira área produtora de café em larga escala em terras paulistas.

Ela estaria, porém devido a razões geográficas e históricas da expansão cafeeira, ligada intimamente ao Rio de Janeiro; nada mais foi que uma extensão da província fluminense para oeste, no período áureo do café, no Império. Não escapou às contingências do meio e do tempo, de modo que vamos vê-la oferecendo as mesmas paisagens que as zonas mineiro-fluminenses, com o predomínio da monocultura escravocrata, latifundiária; com os mesmos métodos agrícolas; com os mesmos personagens principais: os negros e os barões do café. Ali também, o café teria rápida passagem; se a topografia das terras ocupadas pelos cafezais, em certos trechos era mais suave que as apresentadas pelas áreas mineiro-fluminenses contudo, estes trechos eram de solos bem mais pobres, por isso que de origem terciária. Ora, com os mesmos métodos de trato de suas lavouras, próprios da época e oriundos das áreas fluminenses, nada mais natural que fosse de rápida passagem a éra cafeeira do vale paulista. Atestam-no, não apenas as paisagens rurais oferecidas à vista do observador, ainda nos primeiros anos deste século, onde os cafezais rareavam na maioria das fazendas semi-abandonadas, como também os aspectos das antigas cidades do café, transformadas agora em cidades mortas (27).

Embora fosse rápida a passagem do café pelo vale do Paraíba paulista, um período económico que não vai além de meio século, da época das regências aos fins do segundo reinado, esta riqueza deu fama e prestígio à "Zona Norte", a exemplo do que vinha acontecendo ao trecho fluminense. Por todo o Segundo Reinado a sua rede de cidades, a maioria delas já existentes como simples vilas desde a colônia, engrandeceram-se, tonando-se os seus respectivos municípios nos mais prósperos do tempo. O café principiava a dar a São Paulo os seus primeiros resultados.

De fato, pelos dados publicados por Milliet, em seu trabalho (28) e baseados, como diz o autor, em Daniel Müller, e nos Relatórios Provinciais de 854 e 886, bem como nos censos de 1920 e 1934 (este paulista), podemos ver o papel representado pela "Zona Norte" no século passado: em 1836 para uma produção total da Província de São Paulo, da ordem de 590.066 arrobas de café, a "Zona Norte" concorria com 510.406 arrobas, ou sejam 86.50%, isto é, mais de 3/4 partes. Possuía ela também, da ainda diminuta população paulista de 231.517 habitantes, quasi a metade, ou sejam 105.679 pessoas, equivalentes a 45,65% do total (29).

(26) Taunay em seu livro "Propagação da Cultura Cafeeira" tem uma frase muito significativa, no capítulo VIII: — "O alveio do grande caudal que é o Paraíba foi como que a diretriz da lavoura cafeeira para montante e para juzante, por uma extensão de centenas e centenas de quilômetros de Guararema e Jacareí a Cambuci e São Fidelis".

(27) LOBATO, Monteiro — "Cidades Mortas". Editora Brasiliense Ltda. São Paulo, 1946.

(28) MILLIET, Sergio — *op. cit.*, págs. 18, 21, 23.

(29) Devemos lembrar que nestes totais de produção cafeeira e de população, estão incluídos os municípios do litoral Norte Paulista (Ubatuba, São Sebastião e Vila Bela), na época também produtores de café.

Em 1854, embora as percentagens da "Zona Norte" sobre o total da Província houvessem baixado, mercê do aparecimento de outras zonas cafezeiras, o total, porém da sua produção em arrobas, bem como o do seu número de habitantes havia aumentado: para uma população de 146.055 habitantes que equivaliam a 38,00% do total da Província, havia uma safra de café de 2.737.639 arrobas, representando 77,46% da produção paulista, que fôra de 3.534.256 arrobas. Esse período de quasi duas décadas, que medeia os dois citados censos, é o de apogeu da produção da zona paraibana de São Paulo, no que diz respeito ao total da produção cafeeira paulista. Si o Brasil é o Vale, como diz Taunay para o Segundo Reinado, nos 20 anos acima analisados, São Paulo é a "Zona Norte".

Ao contrário, porém da Província do Rio de Janeiro, que, quando da decadência do Vale, sofreu todas as consequências do desastre, São Paulo, perdendo a zona produtora "Norte", nada sofreu no seu progresso, e isto porque, conforme já foi dito em capítulo precedente, outras áreas cafezeiras possuía êle, além daquela que fora a primeira, mas por período passageiro, ainda que brilhante. De fato, quando a Província fluminense principia a sua queda como zona produtora de café, também a zona "Norte" paulista cede a sua liderança a outras áreas, agora da Depressão e do Planalto Ocidental.

Para 1886, o quadro feito por Milliet é bem expressivo (30).

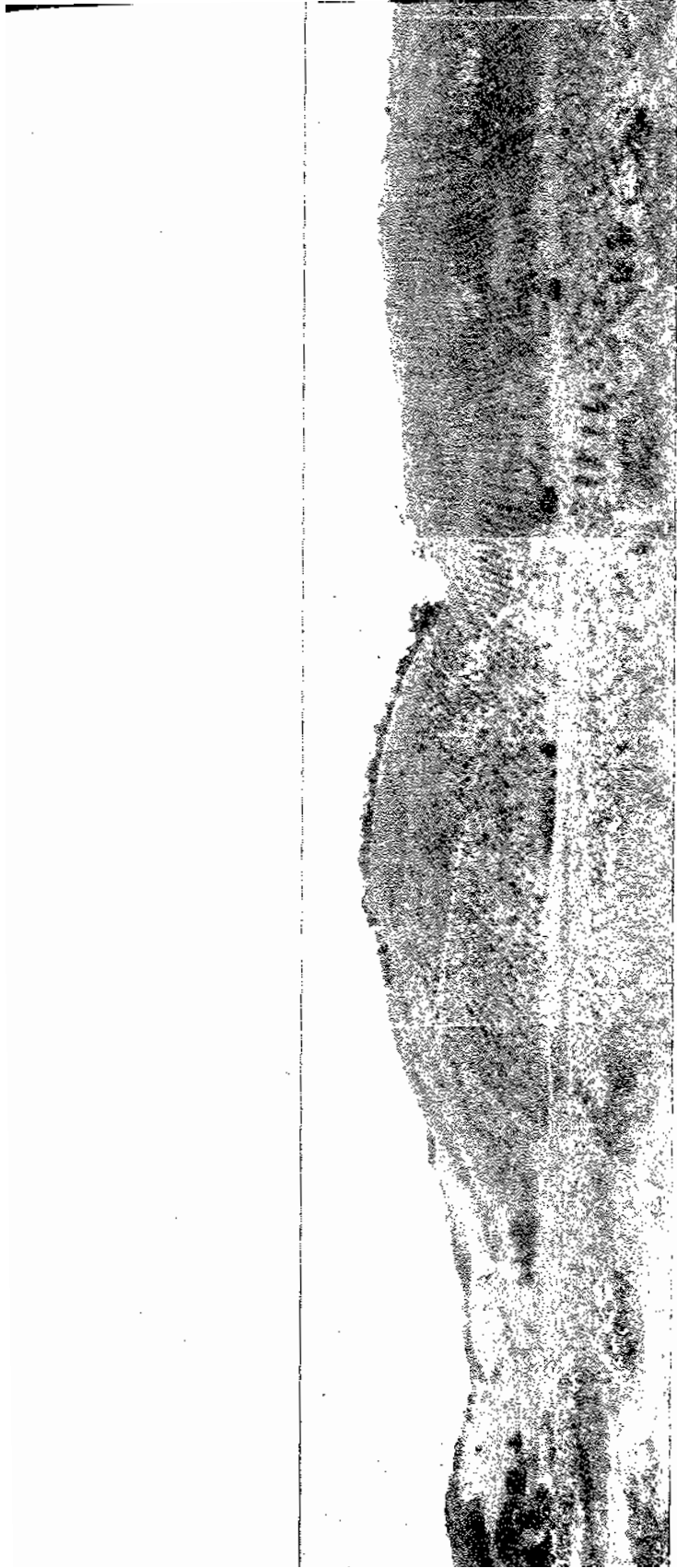
Zona	População	% s/Pop. Total	Café (Arrobas)	% s/Produção Total
Norte	338.533	32,66	2.074.267	19,99
Central	299.216	28,86	3.008.350	29,00
Mogiana	163.831	15,80	2.262.599	21,81
Paulista	133.697	12,90	2.458.134	23,69
Araraquarense .	43.358	4,18	420.000	4,05
Noroeste	—	—	—	—
Alta Sorocabana	58.004	5,60	151.000	1,46
Total	1.036.639	100,00	10.374.350	100,00

Por ele vemos que a "Zona Norte", com mais de 3/4 da produção paulista em 1854, 30 anos depois, cai para menos de 1/5, ou sejam 19,99%. Três zonas a sobrepõem, embora com populações respectivas menores, pois a "Zona Norte", ainda que baixando a percentagem, possui quasi 1/3 do total paulista.

É a época em que as lavouras paulistas, confinadas até 854 ao famoso vale, penetram o chamado "Oeste" (31) de São Paulo, num segundo período de expansão. Enquanto a produção estava no vale paraibano, continuação da zona fluminense, conforme vimos, quasi toda a sua vida economica e social sofria influências daquela Província e da própria Côrte. Os seus portos eram,

(30) MILLIET, Sergio — "O Roteiro do Café". Estudos Paulistas n.º 1. São Paulo, 1938.

(31) "Oeste" aqui tomado em relação não só ao vale do Paraíba, como também à capital paulista, por cujos arredores, num raio de uns 60 km o café não pode medrar, mercê do clima e dos solos. Na realidade toda esta área assim denominada, fica enquadrada no leste de São Paulo.



Café em encosta semi-abandonado — Entre Taubaté e São Luís do Paraitinga, podendo-se observar as fileiras de pés de café plantados ao longo dos leitos das enxurradas (Foto Ignacio Takeda, 1955).

além de São Sebastião e Ubatuba em São Paulo, Paratí, Angra dos Reis, Jurumirim e Mambucaba na Província do Rio. Por eles e pela estrada Rio-São Paulo, tantas vezes descrita por Saint-Hilaire e outros viajantes posteriores, é que a "Zona Norte" fazia as suas trocas, enviando o seu produto principal e recebendo as suas necessidades materiais e culturais. No auge de sua produção cafeeira, em meados do século, o vale do Paraíba paulista foi como que uma ilha dentro do território de São Paulo, sob a influência fluminense. A expansão do cafeeiro por aquela zona pouco influiu na expansão desta riqueza pelo interior paulista, como prova a letargia em que ficou a capital da Província, enquanto perdurava a hegemonia cafeeira do vale. É que, pela situação geográfica, a "Zona-Norte" ficava à margem do que seria mais tarde a verdadeira área de expansão cafeeira paulista.

Ela pertencia só politico-administrativamente falando a São Paulo, pois na realidade, como nos falamos a sua geografia e a sua história, era muito mais ligada à área mineiro-fluminense, de quem recebeu influência na grandeza e na decadência das paisagens cafeeiras.

Como aquela, o trecho paulista tinha, conforme já foi dito, as mesmas condições de solos agravadas pelo relevo movimentado, e ainda mais, como a área mineiro-fluminense, a paulista tradicionalmente ligadas ao braço escravo, sofreu todas as consequências da abolição. E conforme vimos, não podendo substituir o braço negro pelo do imigrante estrangeiro, não pôde acompanhar as áreas novas da época, no chamado "Oeste", naquele movimento extraordinário de expansão que a lavoura paulista experimentava, justamente no período imediato de pós-abolição.

É assim, muitos dos seus fazendeiros que não quiseram submeter-se às contingências da crise de produção, com a decadência dos seus cafezais, emigraram para as zonas novas, onde iriam concorrer com sua prática de meio século, para o engrandecimento das áreas de terra-roxa, na zona então mais famosa do Estado: Ribeirão Preto.

E a "Zona Norte", que meio século antes produzia 77% do total de café da Província, reduzia-se agora nos primeiros anos do século XX a menos de 5% (32) e em 1935 a 1,71%. E nos locais dos antigos cafezais, cujas marcas ainda podem ser vistas em vários trechos, estendem-se hoje pastagens raquíticas de capim gordura, sustentando um pastoreio extensivo, para a produção de leite.

O café na Depressão Periférica e nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira. — Se os fatores físicos foram favoráveis ao cafeeiro no vale do Paraíba, agora, na zona que seria liderada por Campinas, eles se apresentariam muito mais vantajosos ainda. Salvo a situação geográfica em relação ao porto mais próximo — no caso o de Santos —, onde as distâncias eram maiores que as apresentadas pelos municípios da "Zona Norte", em relação aos seus portos (tanto os do litoral leste paulista, como os do sudoeste fluminense), situação porém que se modificaria com a construção das ferrovias (33), os demais fatores físicos, clima, solos, topografia, todos concorreriam do modo mais favorável possível, para o incremento das lavouras de café.

(32) MILLIET, Sergio — *op. cit.*

Em 1920 a zona "Norte" reduzia a sua produção para 3,47% do total paulista, caíndo em 1935 para 1,71%, que em arrobas se resumiriam:

1920 — 767.069 — 3,47%

1935 — 898.332 — 1,71%

1953 — 84.350 — 0,26%

(33) Já vimos (capítulo II) que a estrada de ferro Santos-Jundiaí fora inaugurada em 1867 e que poucos anos depois o arcabouço da atual rede ferroviária paulista fora esboçado, através das suas três principais ferrovias: Paulista, Mogiana e Sorocabana. Sobre o assunto ver os trabalhos já citados do prof. Odilon Nogueira de Matos.

“Transpostos os últimos pequenos maciços cristalinos da série São Roque (750 — 1.100 metros), penetra-se numa área de horizontes muito abertos e de formas topográficas muito aplainadas (550 — 650 metros)” (34). É a Depressão Periférica paulista, com seus terrenos paleozoicos e onde o relevo suave de colinas, dá-lhe um aspecto de topografia ondulada. É o trecho do Planalto Paulista, que em forma de meia lua, com o crescente voltado para oeste, vai de Mocóca, na fronteira com Minas Gerais, até Itararé na fronteira com o Paraná, por onde aliás continua (Segundo Planalto Paranaense), e que fica como que deprimido entre as terras cristalinas de leste (Planalto Atlântico) e os rebordos da cuesta de Botucatu a oeste. A Depressão Periférica apresenta solos pobres, de idade permo-carbonífera da série Itararé-Tubarão, com fácies glacial, e terrenos permianas da série Passa-Dois (Corumbati-Irati), com folhelhos, arenitos, conglomerados; esses solos pobres são retratados pelos campos cerrados de Casa Branca, Pirassununga ao norte, e pelos campos de Itapetininga, Itararé ao sul. Mas, na área central da Depressão, cortada pelo Tictê e por seus afluentes Piracicaba, Capivari, o afloramento de diabásios e basaltitos dá origem a solos bem melhores, com manchas de terra-roxa misturada, de que as antigas florestas ali existentes eram uma prova (35). Foi justamente ali, onde reina um clima tropical Cwa, segundo Setzer (36) cujas isothermas anuais variam entre 20 e 21 graus e as chuvas vão de 1.100 a 1.500 milímetros, com estiagem no inverno, que o café iniciou a sua penetração nos terrenos sedimentares do oeste, ele que até então estivera limitado aos solos cristalinos do vale do Paraíba, salvo os pequenos trechos de solos terciários das bacias de Taubaté e de Rezende. A medida porém que os cafezais se expandiam pela porção central da Depressão Periférica Permiana, também subiam pelos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, onde as condições físicas eram idênticas às da “Zona Norte”, particularmente no que diz respeito aos solos de origem cristalina, massapé e salmourão, e ao relevo movimentado, onde as fazendas se iriam espalhando pelas encostas cada vez mais íngremes da serra e por altitudes comumente superiores a 1.000 metros.

Ambas as áreas, a da Depressão Periférica a oeste e noroeste e a Mantiqueira a leste e nordeste de Campinas, teriam nesta cidade não só o centro irradiador principal, como também sua verdadeira capital regional. Nos últimos 40 anos do século passado, Campinas será o mais importante centro cafeeiro do Brasil, rivalizando a cidade com a própria capital da Província, depois Estado de São Paulo.

A “Zona Norte” já estava em franca produção e em progresso quando se ensaiaram as primeiras grandes lavouras cafeeiras nos arredores de Campinas e pela zona central da Depressão Periférica.

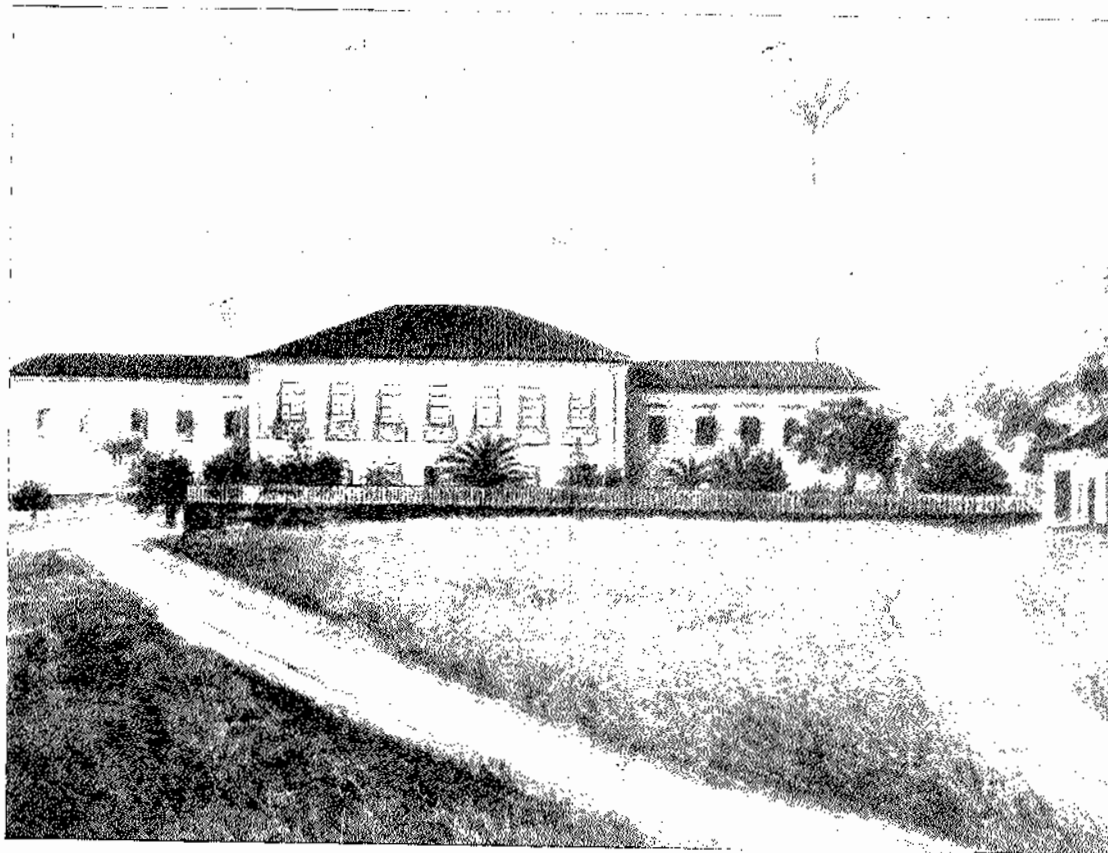
Embora todos os fatores físicos fossem favoráveis à lavoura de café, conforme vimos, contudo esta zona só a partir de meados do século se tornaria importante, avolumando-se em pouco tempo os seus cafezais, de maneira a ultrapassar, no último quartel do século a “Zona Norte”. É que uma parte dela, povoada de há muito, explorava a lavoura canavieira, até então (1836), a maior riqueza paulista. Por todos os primeiros 40 anos do século, o açúcar fora o mais importante produto exportado por São Paulo através do porto de Santos (37). Luís D'Alincourt um dos inúmeros via-

(34) AB'SÁBER, Aziz Nacib — “A Geomorfologia do Estado de São Paulo”. In Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante. Ed. do C. N. G. Rio, 1954.

(35) SETZER, José — “Solos do Estado de São Paulo”. Conselho Nacional de Geografia. Publicação n.º 6. Rio, 1949.

(36) SETZER, José “Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo”. Separata Atualizada do Boletim D. E. R. Vol. IX a XI. Outubro de 1943 a outubro de 1945. São Paulo.

(37) MULLER, Daniel Pedro — *op. cit.*



Sede da Fazenda "Sete Quedas", em Campinas (Da obra "Lavoura cafeeira paulista" — Aquarela de José de Castro Mendes).

jantes que na época perambularam pelo Brasil, diz em seu livro, à pag. 53: "Todo o terreno de Campinas é ótimo para a plantação de cana; de maneira que há doze anos a esta parte, tem se conhecido um aumento considerável na exportação do açúcar" (38). Como porém, o seu preço ficasse cada vez mais caro devido, entre outros, ao fator transporte, os modestos senhores de engenho paulistas logo perceberam as vantagens que o café traria, pelo seu preço maior; e daí o irem se transformando também em lavradores de café, numa zona que embora explorada possuía ainda grandes reservas de matas, em solos excelentes, e num relevo suave, ao contrário das encostas e morros empinados da "Zona Norte".

Pelos dados de Daniel Müller e interpretados por Sergio Milliet, vemos que em 1936 esta área mal ultrapassava 10% da produção cafeeira paulista (11,93%) e 20 anos depois não chegava a atingir 15%, (1854 — 13,91%). É justamente nessa década de 850 que iremos ver a primeira grande expansão da área em apreço, atingindo os cafezais não apenas as colinas suaves da Depressão na zona de Piracicaba, Tietê, Limeira e Rio Claro, onde as terras-foxas misturadas seriam os primeiros exemplos de um novo tipo de solo para a cultura do café, como também, os primeiros contrafortes ocidentais da Mantiqueira, já em solos cristalinos de Itatiba, Amparo, Socorro, Atibaia, Bragança (40).

Zaluar, que por aí passou nos idos de 1860, teve a seguinte impressão: "O progresso geral acelera-se aqui com rapidêz notavel. Sobretudo nos últimos 20 anos, depois que começou a ser ensaiada e a produzir a cultura do café, pois até então o único ramo de cultura era a cana e gêneros alimentícios; este fertilíssimo torrão da provincia de São Paulo excede em produção não só a quasi todos os seus municipios, como ainda a um grande número de outros que tenho visitado Provincia do Rio de Janeiro. Será este resultado devido simplesmente às circumstancias peculiares de seu solo, à rberdade dos terrenos, ao emprego de mais apropriados sistemas agrícolas, ou o também e muito particularmente, ao espirito esclarecido, iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre de seus habitantes? Parece que da aliança destas circumstancias todas é que resulta o fato que pretendo assinalar" (39).

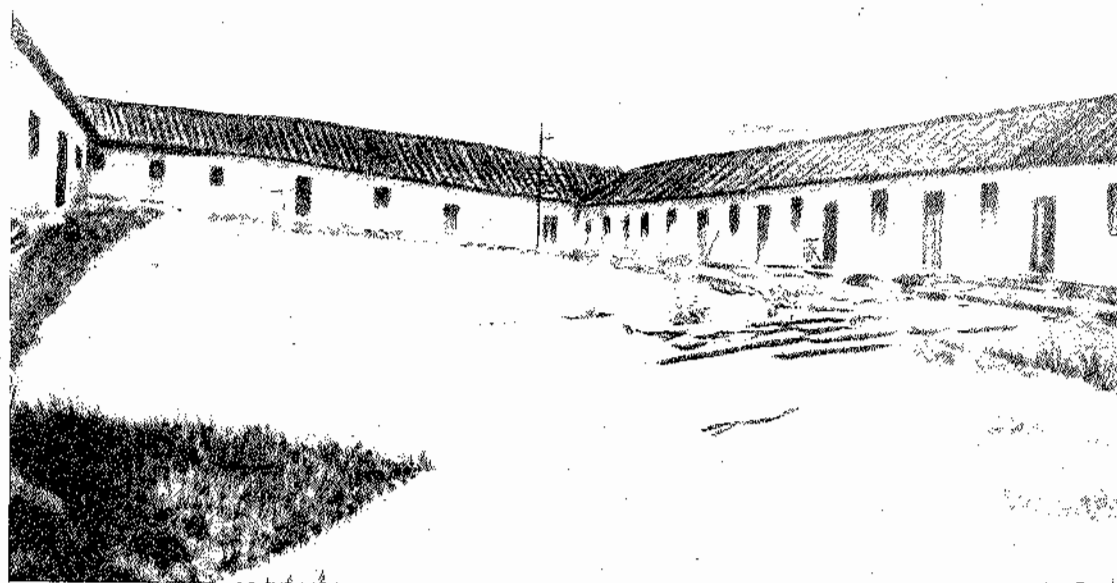
O café se expandia assim por uma nova área; nova não apenas pelo fato da expansão continuar pela mata virgem, onde as suas terras seriam pela primeira vez ocupadas por aquela riqueza, mas principalmente porque ela iria fazer aparecer uma paisagem diversa da que vinha predominando no vale paraibano e que, devido àquelas circumstancias já observadas por Zaluar nos seus primórdios, com o tempo se tornariam mais diferentes ainda, das até então oferecidas por outras áreas cafeeiras do Brasil de Sudêste. Não só as razões naturais, como tipos de solos melhores, relêvo mais suave e mesmo situação geográfica das terras, quanto ao clima, mas também "ao espirito esclarecido, à iniciativa pronta, ao impulso generoso e livre dos seus habitantes", concorreriam para que o "Oeste" de São Paulo, como era chamado na época, se tornasse na década de 870, na zona privilegiada do café; zona que se ampliaria com o correr dos anos, de maneira que, ao fundar o Império ela havia alcançado grandes trechos do Planalto Ocidental, em áreas cada vez melhores para o café (41).

(38) D'ALINCOURT, Louis — "Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá". Biblioteca Histórica Paulista. Vol. II. Liv. Martins Editora. São Paulo, 1953.

(39) ZALUAR, Augusto Emilio — *op. cit.* pág. 134.

(40) SILVEIRA, João Dias — "Estudo Geográfico dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira". Têse de Doutoramento ainda inédita. Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(41) Na década de 870-80, os cafezais avançaram pelo que hoje chamamos de tronco da Paulista (através dos atuais municipios de São Carlos, Araraquara, Jaboticabal, bem como pelos seus ramais de Pirassununga, Descalvado e o de Dois Córregos e Jaú; pelo



Antigas senzalas da Fazenda "Cachoeira", em Campinas (Aquarela de José de Castro Mendes)

Este segundo período da expansão cafeeira paulista, que, localizado no espaço, podemos no tempo dilatá-lo por todo o último quartel do século XIX, foi o que mais fortemente marcou sua passagem pelo nosso Estado. Não só ele foi o responsável pela ocupação de fato de toda a porção centro-oriental do Estado de São Paulo, até então salpicada aqui e ali, por pequeninos pontos de povoamento, onde um mínimo de população praticava uma agricultura de subsistência (salvo o já referido trecho central da Depressão, dedicado à cana de açúcar), como também se responsabilizou pela transformação do antigo meio de transporte por tropas de burros, pelas primeiras ferrovias de penetração, em áreas então distantes mais de 200 km do ponto exportador, distâncias jamais atingidas por grandes lavouras de café. E mais ainda, é este período o responsável pela maior transformação sofrida pela lavoura cafeeira no que diz respeito aos seus trabalhadores; o da substituição do braço escravo pelo braço assalariado. Os resultados alcançados pelos lavradores paulistas, com a prática da introdução de trabalhadores livres no trato dos cafezais, são por demais conhecidos para que nos aprofundemos no seu estudo. Diremos apenas que, das experiências do Senador Vergueiro na sua fazenda de Ibicaba, em Limeira, em 1847, à prática corrente de introduzir colonos nas lavouras paulistas de café, não vão mais que uns vinte e pouco anos, e entretanto, já nos últimos 25 anos do século, entravam em São Paulo mais de 1 milhão de imigrantes estrangeiros, na sua grande maioria, italianos.

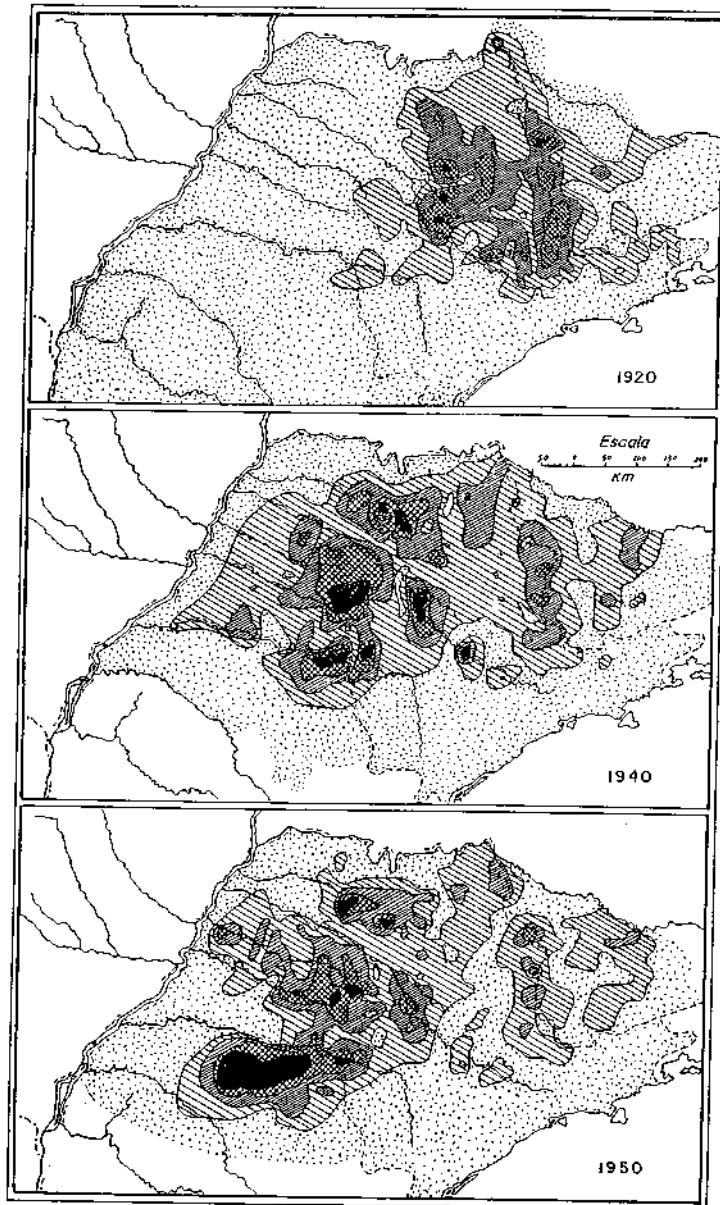
E na década dos 80, quando os barões do café do vale paraibano sofriam os primeiros revêzes do movimento anti-escravagistas, os paulistas do "Oeste" tinham os seus trabalhos rurais em grande parte assentados no braço livre (42). Ora, este fato, que daria como resultado não apenas a liderança cafeeira a São Paulo, mas também a entrada em larga escala, de famílias estrangeiras em nosso Estado, especialmente italianos, se responsabilizaria também pela constituição de um início de classe média entre nós, nas zonas semi-urbanas ou já urbanizadas do interior cafeeiro, onde as cidades do café, mais que as do vale do Paraíba se multiplicariam às dezenas, e com tipos de população bem diversos.

É que agora, neste segundo período da expansão cafeeira paulista, o fazendeiro, embora uma força econômica indiscutível, não se encastelava mais nas suas fazendas, onde se provia de quase tudo e cujas residências, verdadeiros pequenos palácios, ofuscavam o casario urbano das vilas e cidades próximas (43). Ele iria ser também o habitante da cidade, para cuja fundação muitas vezes contribuía e para cujo desenvolvimento a sua importância não era menor, desde que levemos em conta não apenas a sua influência pessoal, mas também a dos que lhes estavam subordinados, os trabalhadores agora livres, e que se locomoviam à vontade, através de meios de transporte bem mais acessíveis e mais rápidos. Uma burguezia, ainda incipiente, teria origem naquelas cida-

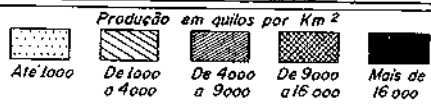
(42) (ronco de Mogiana, além de Casa Branca, através São Simão, Cravinhos, Ribeirão Preto, Franca. Em ambas as áreas encontraram-se não só as melhores, como as maiores manchas de terra roxa do Estado. Ao mesmo tempo os cafezais grimpavam os contrafortes ocidentais da Mantiqueira, de Bragança a São José do Rio Preto.

(43) Das zonas cafeeiras do "Oeste" paulista do século passado a de Campinas e arredores foi a que mais se aproveitou do braço escravo, como provam os vestígios das senzalas nas suas antigas fazendas; mas justamente ali foi que se fizeram as primeiras experiências com os colonos estrangeiros, bem como ali chegaram as primeiras grandes levadas de imigrantes.

(43) Enquanto nas áreas do "Oeste" paulista as vilas e cidades bratavam a olhos vistos, na antiga área do vale paraibano, elas não iam além de umas duas dezenas, se levarmos em conta as que de fato se notabilizaram à custa do café. Lamego nos dá um dos muitos exemplos existentes, de como os barões do café não foram criadores de muitas cidades, às páginas 250-251, de *O Homem e a Serra*: — "Aos Breves, donos de palácios a centralizarem latifúndios imensos, pouco interessava a existência de um núcleo urbano, onde se nivelariam com toda uma multidão de pequenos e médios fazendeiros, ou com uma burguezia remediada".



Cf. H. Sternberg



A expansão da lavoura cafeeira (1920-50)

dezinhas do café, do último quartel do século passado, formando assim as bases duma população nitidamente da classe média e que constitui hoje uma das razões da grandeza de São Paulo.

É ainda neste período que duas antigas cidades paulistas, até então apagadas entre os grandes centros urbanos do país, como que renascem, saindo da sua letargia de três séculos, para se transformarem também em verdadeiras cidades do café, ainda que fora das zonas produtoras, São Paulo — Metrópole do Café, Santos — Porto do Café, mercê da sua situação geográfica privilegiada em relação ao "oeste cafeeiro", situação esta muitíssimo melhorada a partir de 1867, com a construção da estrada de ferro de Santos a Jundiaí, tornaram-se no último quartel do século, em dois dos melhores exemplos de centros urbanos engrandecidos à custa do café (44). Engrandecimento que jamais se paralisaria, mesmo em períodos de crises as mais agudas, e que continuando até nossos dias, mostra mais uma das muitas facetas criadas pela riqueza cafeeira em nosso Estado.

O café no Planalto Ocidental. — À medida que as áreas cafeeiras que representavam o segundo período de expansão do café em São Paulo, alcançavam o seu apogeu, no final do século XIX, muitos dos fazendeiros da zona campineira penetravam o sertão além das linhas de "cuestas" que limitam a oeste a Depressão Periférica. São alcançadas assim, por volta de 1870, as primeiras grandes manchas de terra roxa, agora legítimas, que se encontram no Planalto Ocidental de São Paulo.

As zonas de Ribeirão Preto e de Jaú, respectivamente nos vales dos rios Pardos e Mogi-Guaçu, e do Tietê, passam a ocupar, na última década do século o primeiro lugar na produção cafeeira paulista, primazia que sustentam até a crise de 1829.

Os tipos de solos que em extensas manchas cobriam trechos desta nova zona cafeeira, pertenciam aos melhores até então encontrados para o cultivo desta riqueza.

De fato, é a *terra-roxa* legítima, também chamada *encoroçada*, o solo mais rico, mais caro, e de menor ocorrência nas áreas percorridas pelo café. Seu valor para a lavoura cafeeira, bem como seu aproveitamento como terra arável, deram-lhe um renome universal. A ponto de muitas vezes, confundirem-se áreas de cafezais e solos de terra-roxa, como se todo o Estado de São Paulo fosse possuidor de solos desse tipo. Na realidade, as ocorrências de terra roxa não chegam a englobar áreas que somem 10.000 km²; segundo a opinião dos técnicos e de estudiosos do assunto, apenas de 2 a 2,5% da superfície paulista são de terra-roxa, ou sejam de 5 a 6.000 km² (45).

É a terra-roxa legítima, oriunda da desagregação das rochas diabásicas e dos basaltitos; todo centro-oeste de São Paulo repousa sobre um vasto extrato de basalto e de diabásio, cujos afloramentos são relativamente pequenos, pois sobre esses derrames de lavas, superpuzeram-se outras rochas, como as areníticas, por exemplo.

A sua fertilidade assombrosa, aliada a um tipo de clima quente e úmido (Cwa de Köppen), deram origem às exuberantes matas tropicais, onde o pau-d'álio e a figueira branca, indicavam aos fazendeiros de então os locais dos futuros cafezais.

(44) SILVA, Bruno Ernani — "História e Tradições da Cidade de São Paulo". 3 volumes. Liv. José Olímpio, Rio, 1954. III volume — "Metrópole do Café", pág. 899-1312; MONBEIG, Pierre — "La Croissance de la Ville de São Paulo". Institut et Revue de Géographie Alpine, 1953; MATTOS, Odilon Nogueira de — "Cidade de São Paulo no Século XIX". A Evolução Urbana de São Paulo. Separata da Revista de História. São Paulo, 1955.

(45) SETZER, José — "Os Solos no Estado de São Paulo"; CAMARGO, Rogério de e TELLES JR., Adalberto de Queiroz — "Os Solos do Paulistano". I vol. de "O Café no Brasil". pág. 259.

Além das terras roxas legítimas, há ainda as misturadas, com intercorrença de arenito eólio. "As terras roxas misturadas, são solos intermediários entre os solos paupérrimos de arenito Botucatú e as riquíssimas terras roxas legítimas, podendo representar qualquer grau de variação entre estes limites tão afastados um do outro" (46). Não é difícil saber-se se é uma ou outra; basta esfregar-se nas mãos um punhado de terra; os grânulos de quartzo em maior ou menor quantidade, nos darão o padrão. A verdadeira terra roxa não contém grânulos quartzozos, mas sim grãos pretos, brilhantes, do mineral augita em mistura com a magnetita ou ilmenita. "Uma terra roxa legítima tem um coloração vermelha escura, quasi marron, mas com um tom fortemente arroxeadado. Este tom violáceo não diminui com a profundidade, o que não se dá com as terras roxas misturadas; o tom arroxeadado destas, em geral, diminui com a profundidade e os solos tornam-se cada vez mais claros" (46-a).

Este solo de terra roxa marcou época nos áureos tempos das fazendas ribeiro-pretanas, como hoje dão celebridade às terras do norte do Paraná.

O avanço que as duas estradas de ferro do café fizeram, a Mogiana, alcançando o vale do rio Pardo na década de 880 e a Paulista o vale do Mogi-Guaçu, transformaram pouco depois, ambas as áreas, nas mais procuradas pelos pioneiros da época. Houve como que uma verdadeira corrida ao novo El-Dourado do Oeste paulista, onde, além de São Simão, Cravinhos, Sertãozinho e tantos outros municípios e cidades, apareceria a inconfundível Ribeirão Preto, no coração da terra-roxa e cujo surto de progresso ofuscaria tudo que até então se originara do surto cafeeiro. As suas fazendas se multiplicariam às centenas, algumas, das maiores que até então se vira, e a cidade logo denominada a "capital do café", transformar-se-ia numa verdadeira cidade "do ouro", onde, ao lado dos importantes "coroneis" do café, apareceriam os primeiros representantes da classe então latente, a dos descendentes dos primeiros colonos estrangeiros (quando não, eles próprios), e que, à custa de esforço e de economia, entrariam também para a lista dos produtores de café em terras próprias. (47)

É a época em que somente o Estado de São Paulo produz quasi tanto como o próprio consumo mundial de café (15 milhões de sacas para um consumo de 16 milhões).

A cidade de Ribeirão Preto, que no ano em curso está comemorando o seu primeiro centenário de fundação, seria, já nos princípios deste século o mais próspero centro urbano do interior paulista.

À medida que outras manchas de terra roxa iam sendo avassaladas, os cafezais penetravam no verdadeiro Oeste de São Paulo, acompanhando a marcha das ferrovias, ou precedendo-as de alguns quilômetros.

Estamos na segunda década do século XX, quando do fastígio das áreas de terra-roxa de Ribeirão Preto e de Jaú; e um terceiro tipo de solos se apresentará, então à exploração, pela lavoura cafeeira: os solos arenosos constituídos pelos arenitos de Baurú e de Botucatú.

Conquanto explorações geográficas houvessem sido feitas em trechos os mais ocidentais do Estado de São Paulo, desde fins do século anterior, somente os cursos dos rios principais foram levantados até 1910. Ainda por

(46) SETZER, José — "Os Principais Tipos de Solos Paulistas". Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo. Diretoria de Publicidade Agrícola. São Paulo, 1941. Pág. 10.

(46-a) SETZER, José — *op. cit.* Pág. 11.

(47) O primeiro exemplo notável de colono estrangeiro transformar-se em fazendeiro de café, pode ser dado pela figura inconfundível de Francisco Schmidt, muito justamente cognominado o "rei do café", pois chegou a possuir nos princípios deste século mais de 16 milhões de cafeeiros, espalhados por suas sessenta e tantas propriedades, das quais a fazenda Monte Alegre, hoje arrabalde de Ribeirão Preto, é sede do Museu do Café e da Faculdade de Medicina da U. S. P.

volta de 1915 grande parte do Oeste paulista está nos mapas sob a clássica denominação "Regiões desconhecidas e habitadas por índios". (48).

Salvo, uma pequena área povoada desde meados do século XIX e onde hoje se encontram Santa Cruz do Rio Pardo e Campos Novos do Paranapanema, bem como os arredores da atual São José do Rio Preto, e que por muitos anos permaneceram como "bocas de sertão", o mais era a mata, por quasi todo o verdadeiro Oeste paulista. (49).

Todo aquele extraordinário movimento de expansão cafeeira, que vimos de mostrar, se fizera pelos trechos do Planalto Ocidental onde a terra roxa, pura ou misturada estava presente. Por mais de 10 anos os trilhos da estrada de ferro Noroeste do Brasil foram penetrando pelas terras de arenito, em direção da barranca do Paraná, para atingirem Mato Grosso; entretanto, salvo os arredores das pequenas estações, nada mais havia que pudesse dar idéia do que seria aquela zona na década de 90, quando os talhões de café se expandem pelos "areões" da Noroeste. É que, ocupados todos os trechos de terra roxa do Nordeste paulista e da zona de Jaú, na expansão anterior, e continuando o café a dar bons resultados econômicos, principalmente depois do término da primeira grande guerra e da grande geada de 1918, que queimara a maior parte das lavouras antigas os fazendeiros paulistas avançaram pelos areões, alinhando seus cafezais, desde que a mata ali existente lhes parecia, mais uma vez, prova do bom padrão da terra.

E recomeça, então, um novo período da expansão da lavoura cafeeira, dentro dos mesmos métodos anteriores, apenas diferindo no processo de penetração, agora muito mais rápido e avassalador. É o período das grandes lutas pela posse da terra devoluta, em que o "grileiro" vai aparecer com toda sua força.

A Noroeste foi o primeiro grande exemplo da expansão por este último trecho do Planalto Ocidental de São Paulo. Ferrovia planejada e construída pelo Governo Federal, para fins estratégicos e ao mesmo tempo de comunicação mais rápida às longínquas terras de Mato Grosso, ela precedeu de uns 10 anos a expansão cafeeira, (50). Partindo de Baurú (cidade fundada em 1896), os seus trilhos chegam à Araçatuba em 1908, através o espigão Tietê-Feio. Só a partir da primeira grande guerra, foi que o povoamento se fez em intensidade, provando não só, a multiplicação rápida dos cafezais, como também, na transformação das antigas estaçõeszinhas de madeira naquele colar de cidades, algumas delas hoje importantes centros urbanos do Estado. Baurú, Pirajuí, Cafelandia, Lins, Penápolis, Biriguí e Araçatuba, são típicos exemplos de cidades pioneiras de nosso século, com todos aqueles aspectos de movimentação e de vida (51).

Se as explorações e os levantamentos da Comissão Geográfica haviam mostrado os limites da área ocidental paulista, foram as estradas de ferro, que de fato a penetraram, com a Noroeste à frente, seguida logo depois pela Alta Paulista, Alta Sorocabana e em nossos dias, pela Alta Araraquarense, todas em busca da barranca do Paraná.

Aos cultivadores do café abria-se uma vasta área, a maior até então explorada, embora, apresentasse os piores solos. De fato, quasi todo Planalto Ocidental de São Paulo é coberto pelos arenitos de Baurú, que se assentam

(48) A antiga Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo (Hoje o I. G. G.) devem-se os primeiros levantamentos lineares daquelas zonas desconhecidas, através dos rios Paraná, Paranapanema e Grande e dos seus principais afluentes.

(49) MONBEIG, Pierre — "Pionniers et Planteurs de São Paulo". Págs. 116-120.

(50) MATTOS, Odilon Nogueira de — "A Evolução Ferroviária de São Paulo".

(51) FERRAZ, Breno — "Cidades Vivas". Ed. Monteiro Lobato, São Paulo, 1924; FRANÇA, Ari — "Aspectos do Povoamento da Noroeste: a Região do Pirajuí". Boletim da Associação dos Geógrafos Brasileiros n.º 3, novembro de 1943. Pág. 49-58 São Paulo.

diretamente sobre um vasto lençol de lavas triássicas. São cretáceos estes arenitos, e de origem lacustre, apresentando pouca argila. Daí, os solos deles originados, serem bons ou maus, conforme a natureza das argilas neles encontradas; em geral, quando as argilas são calcáreas, contribuem para a formação de arenitos mais resistentes ao intemperismo, de maneira a fazer com que os cursos d'água corram justamente sobre os arenitos pobres em calcio. Eis porque, são os espigões constituídos de solos mais ricos, o Baurú Superior, enquanto os vales são de solos mais pobres, Baurú Inferior. Apesar da sua má qualidade, estes solos, ainda há pouco cobertos de matas, davam colheitas vantajosas, mais de 100 arrobas por mil pés, contrastando assim, com a metade, produzida pelas terras-roxas já causadas, para não falarmos das antigas áreas cafeceiras da Depressão e do vale do Paraíba, então produzindo médias inferiores a 30 arrobas por mil pés.

Não é de se admirar, pois, o aparecimento, nos espigões do Planalto Ocidental, de milhões de cafeeiros, logo seguidos por novos rosários de cidades, de que são belos exemplos Marília, Tupã, Presidente Prudente, Andradina, Mirassol, Votuporanga e Fernandópolis.

Em nossos dias encontram-se aí os maiores municípios produtores de café; dos vinte primeiros municípios cafeeiros do Estado no ano de 1953, produzindo mais de 350 mil arrobas cada um, 17 localizam-se nos espigões de arenito do Oeste de São Paulo.

Entretanto, estas áreas do Planalto Ocidental, que não têm mais de 1/4 de século de exploração já estão demonstrando, em vários trechos, sinais de rápido esgotamento de seus solos. Mais do que o salmourão o massapé e a terra-roxa, os solos do arenito, embora trabalhados pelos mesmos métodos, provam a sua qualidade inferior pelo pouco tempo que suportam a cultura cafeeira.

A cultura do café e sua técnica. — Das várias culturas tropicais do Brasil, que se destacaram até hoje pelo seu valor econômico, a do café tem sido a mais importante. E esta importância advem, não apenas por ser o "ouro verde" a riqueza máxima explorada em nossa terra, mas também por ser ela uma cultura de caráter permanente, e de ter, por isso mesmo, um trato todo especial por parte dos que a praticam. Ora, este trato, por menos cuidadoso que seja, sempre exige do lavrador uns tantos serviços atuais, a que outras culturas permanentes não obrigam, como os exemplos do cacau e da banana, para citarmos dois produtos agrícolas dos mais importantes da exportação brasileira, depois do café.

De fato, para formar e cuidar de um cafezal, o fazendeiro tem de dedicar um carinho todo especial à sua lavoura, se quiser obter lucros compensadores do seu trabalho. Uma série de problemas se apresenta logo de início, para quem se dispõe a abrir uma fazenda de café, e, pelos anos em fóra, tratar com cuidado a sua lavoura cafeeira (52).

Da escolha do local onde se deseja abrir a fazenda, a repartição das terras para as diferentes atividades de uma propriedade agrícola deste gênero, tais como: área dos futuros cafezais, das pastagens, da sede, etc, tudo depende da boa prática que o fazendeiro tiver, pois um engano qualquer poderá trazer resultados, às vezes, funestos. Especialmente a escolha da área onde deverá se formar o cafezal, terá de ser bem feita, não somente quanto ao solo, elemento primordial, é óbvio, mas também quanto à topografia, ao clima e particularmente, à face de insolação.

(52) CAMARGO, Rogério e TELLES JR., Adalberto de Queiroz — "O Café no Brasil", 2 volumes. Série de Estudos Brasileiros n.º 4. Serviço de Informação Agrícola. Ministério da Agricultura. Rio de Janeiro, 1953.

PRODUÇÃO DE CAFÉ NO BRASIL

<i>Estados produtores</i>	<i>Cafeiros novos</i>	<i>Cafeiros em produção</i>	<i>Total geral</i>	<i>Cafeiros deficitários</i>	<i>Safra provável</i>	<i>Prod. em 1955 31-1-55</i>	<i>Por. +</i>
do	150.000.000	1.130.000.000	1.280.000.000	400.000.000	6.300.000	8.600.000	—
Gerais	40.000.000	460.000.000	500.000.000	50.000.000	2.600.000	3.100.000	—
.....	300.000.000	440.000.000	740.000.000	35.000.000	800.000	5.300.000	—
o Santo	30.000.000	350.000.000	380.000.000	45.000.000	1.400.000	1.600.000	—
Janeiro	15.000.000	45.000.000	60.000.000	30.000.000	400.000	420.000	—
.....	8.000.000	57.000.000	45.000.000	15.000.000	120.000	140.000	—
buco	5.000.000	31.000.000	36.000.000	20.000.000	115.000	125.000	—
.....	40.000.000	50.000.000	90.000.000	—	250.000	180.000	+
.....	—	10.000.000	10.000.000	10.000.000	10.000	8.500	+
.....	—	3.500.000	3.500.000	3.500.000	4.000	3.500	+
.....	400.000	1.600.000	2.000.000	1.600.000	5.000	5.000	—
Grosso	10.000.000	20.000.000	30.000.000	—	25.000	25.000	—
Catarina	1.000.000	8.500.000	9.500.000	2.000.000	5.500	6.500	+
.....	599.400.000	2.586.600.000	3.186.000.000	612.100.000	12.035.000	19.517.500	—

Por estes dados vemos que o Brasil possuía em 1955, mais de 3 milhões de cafeeiros, dos quais 612.100.000 São Paulo, o maior Estado produtor, contava com 40,40% do número de cafeeiros, para 44% da produção possuindo 2/3 dos cafeeiros deficitários do país.
 Fonte: "A Rural", Revista da Sociedade Rural Brasileira n.º 421, São Paulo, maio de 1956.

Solo e altitude, face e topografia do terreno, eis os primeiros aspectos daquela série de problemas com que o fazendeiro terá de enfrentar para poder levar avante sua cultura cafeeira.

Sendo o cafeeiro uma planta exigente quanto aos solos (53), nada mais natural que o cafeeicultor ande sempre à procura de terras boas para suas lavouras. Ora, como ainda não temos uma tradição agrícola adiantada, onde o homem, à custa da técnica e do trabalho racional, ajuda o solo a produzir, o comum tem sido a corrida às chamadas terras novas, isto é, às terras ainda não cultivadas e cobertas de matas. Daí a importância que dão os que pretendem formar fazendas de café, às zonas novas do sertão, "onde a terra virgem milenarmente humificada, pode ceder a opulência das suas matas aos talhões de cafeeiros. Nas terras cansadas e exauridas de humus, o espírito ainda tateante dos nossos lavradores não se abalçou a insistir na tentativa, porque falta aí o ambiente ecológico requerido, isto é, aquele decantado "cheiro de mata" (54).

Desde os cafezais fluminenses, quando então se faziam as primeiras experiências com o produto que se tornaria o mais importante do país, até aos atuais cafezais paranaenses, que os pioneiros dessa riqueza procuram os solos cobertos de mata para formarem suas lavouras. Daquelas primeiras experiências nasceu uma como que regra, que há mais de um século vem norteando os nossos fazendeiros, numa tradição que nos tem custado bem caro, de maneira a fazer crer, mesmo entre os mais entendidos, que fóra das terras cobertas de matas, não é possível cultivar café (55). Daí a escolha dos solos ser baseada nos chamados padrões de terra boa, isto é, os pau-d'alho, ceboleiro, agico, figueira-branca, cambará, embaúva-verde e tantas outras essências de nossas matas tropicais.

Daí também, esse semi-nomadismo da lavoura cafeeira, numa peregrinação que já vai para mais de século e meio, dando ao café este cunho tantas vezes repetido, ainda que exagerado, de fazedor de desertos.

Cuidando que só em zonas de matas é que se podem formar lavouras cafeeiras, o nosso lavrador ainda não pensou que a terra poderá produzir por decênios seguidos, se for melhor cuidada. E não pensou no problema, porque até agora não encontrou maiores obstáculos na sua chamada expansão para o oeste. Praticando uma monocultura latifundiária e comercial, onde os óbices aparecidos têm sido mais de ordem humana que naturais (as geadas, as pragas e as chamadas terras cansadas, em geral, são mui mais facilmente ultrapassadas pelos nossos cafeeicultores, que as chamadas crise-econômicas), o nosso fazendeiro efetivamente não conseguiu se ligar bastante à terra e daí não existir ainda entre nós os verdadeiros homens da terra, como muito bem acentuou o prof. Deffontaines em 1935. (56).

(53) SETZER, José — "O Problema dos Cafezais Novos em Terras Roxas Cansadas". Bol. dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização n.º 3. Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Ministério da Agricultura. Rio, 1944.

(54) CAMARGO, Rogerio e TELLES JR., Adalberto de Queiroz — *op. cit.* Pág. 279.

(55) Ainda em pleno século XX podemos ler afirmações como esta: "Com a autoridade de velho lavrador desejo afirmar bem um ponto que é desconhecido desde o Sr. Nortz em Nova York, e em grande parte, da nossa gente. Só um fazendeiro calouro irá plantar café em terras velhas. Cafezais se plantam nos sertões, onde existe a umidade da mata virgem e até as roças não secam e queimam mal, quando ainda existe a geada e se ouve o canto do jacú, o belo pássaro predileto da onça. Nas zonas velhas é uma utopia e um erro crasso plantar café. Pode acontecer que se descubra para isso alguma qualidade de café ou algum método novo. Para um lavrador como eu de 50 anos de vida de cultivar café, posso afirmar que é uma "calourada" plantar café em terras velhas. Insisto neste ponto porque é um dos terrores dos que têm medo de defesa do mercado, que se plante café de novo nas terras cansadas". Transcrito do Observador Econômico e Financeiro n.º 88 — Rio de Janeiro — Bento Abreu Sampaio Vidal.

(56) DEFFONTAINES, Pierre — "Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo" Revista Geografia, ano I, n.º 2 da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1935.

Nestes últimos 20 anos, porém, especialmente após o término da segunda guerra mundial, quando os mercados cafeeiros se abriram de novo, ávidos do produto, provocando uma alta violenta do preço e conseqüentemente, uma nova avalanche de plantações nos países produtores, os paulistas, responsáveis pela maior parte da produção mundial, perceberam que a marcha para o oeste estava chegando ao seu termo. Razões climáticas nos extremos da zona pioneira paranaense, onde os cafezais já ultrapassaram os limites ecológicos da planta, como o demonstram as lavouras prejudicadas pelas sucessivas geadas dos últimos anos, bem como a diminuição cada vez maior da produção em lavouras que mal atingiram uma vintena de anos, em terras do oeste de São Paulo, e mais ainda o problema do nosso café ir se tornando cada vez mais desacreditado nos mercados importadores, pela sua qualidade gradativamente mais baixa, têm concorrido para que se leve avante a idéia da produção intensiva, onde a quantidade seria ultrapassada pela qualidade.

O bom trato da terra, que até há pouco tempo era relegado a um segundo plano pela maioria dos nossos fazendeiros, parece ter encontrado os seus defensores, não apenas entre os técnicos do Agrônomo da Campinas e os engenheiros agrônomos da Secretaria da Agricultura, que de longa data vêm trabalhando pela melhoria da nossa cafeicultura, mas, também num grupo numeroso e cada vez maior de fazendeiros esclarecidos, que não só procuram melhorar as suas lavouras, como iniciaram mesmo o plantio de novos cafezais em zonas de há muito tidas como imprestáveis para o café. Os exemplos são muitos e variados, quer nas zonas de terra roxa, quer nas de arenito, e mais ainda, nas chamadas zonas imprestáveis do leste cristalino, onde a reconstituição de lavouras antigas, ou o plantio de novas, constituem fatos concretos. Os exemplos de fazendas em Ribeirão Preto ou Catanduva, Jaú, ou Porto Ferreira, Campinas ou São José dos Campos e Taubaté (57), atestam através de notícias de jornais e de revistas especializadas, o crescer desse movimento de retorno e recuperação das chamadas zonas velhas; são a técnica e o trabalho organizado e racional, sobrepujando o primarismo e a avides de lucros fáceis e rápidos. É a transformação de uma tradição secular, duma agricultura semi-nômade, na criação de uma paisagem que de fato mostre ao observador o tão esperado homem da terra.

O cultivo de novos cafezais em solos explorados há mais de meio século, mas agora reconstituídos, graças à adoção do plantio em curvas de níveis, à adubação orgânica, à irrigação artificial; bem como o cultivo desses cafezais nos moldes da técnica agrícola moderna, vêm demonstrar que na retaguarda das áreas cafeeiras atuais, isto é, nas tão apregoadas zonas velhas, também se podem formar, ou melhor, reformar fazendas de café.

Vimos então a importância da escolha do local para se abrir uma fazenda, particularmente no que diz respeito ao solo é à topografia; mostramos também como age o cafeicultor com relação ao trato da terra escolhida para sustentar sua lavoura, e, esboçamos o que se tem feito e o que se deve fazer ainda, para que as terras chamadas velhas ou cansadas sejam de novo produtoras de café.

Vejamos agora, ainda que rapidamente, os aspectos principais da formação e do tratamento de uma lavoura de café.

Escolhida a área em que se quer abrir uma fazenda e que deverá ser coberta de matas, segundo a tradição, iniciam-se os trabalhos preliminares, e tornados clássicos pelos anos em fora, para toda e qualquer zona em vias de exploração.

(57) No outrora tão famoso vale do Paraíba, nos dois municípios citados, encontram-se hoje cafezais novos até em solos do terciário, ainda ontem cobertos de barba de bode. A adubação intensa, as curvas de nível, a irrigação, além de outros requisitos técnicos atuais, têm feito milagres ali.

Roga-se o mato mais baixo, com turmas de abridores de picadas, que trabalham com a foice; depois vêm os machadeiros, que põem abaixo as grandes árvores, muitas delas, madeiras de lei, em geral inaproveitadas, salvo as que o fazendeiro separa para as construções da sede da fazenda, com todas as suas dependências. Nos meses de estiagem (agosto, setembro) põe-se fogo na "jangada", isto é, naquela balburdia de troncos, ramos, galharia, caídos e secos, entrelaçados uns aos outros; é a queimada, o clássico método da agricultura indígena e que o civilizado copiou com perfeição; método que ele julga o mais prático, o mais barato e o mais útil para desvencilhar o solo da sua cobertura vegetal primitiva. Mas o fogo termina de fazer os seus estragos e o fazendeiro com suas turmas de trabalhadores, escravos no passado, e empreiteiros após a abolição, principia a alinhar e a abrir no chão as covas (fundas de 35 a 40 cm.) que irão receber as sementes (58) ou as mudas do cafeeiro (59), distantes umas das outras dois metros e meio, em média, no sentido vertical das encostas e morros, e quasi nunca no sentido horizontal; diz, a tradição que é para facilitar o trabalho no cafezal formado, especialmente nas áreas de encostas mais abrutadas. Aberto assim no sentido das águas ou enxurradas, este tipo de alinhamento das covas põe os pés de café, quando crescido, à mercê da erosão pluvial, do modo mais intensivo. Germinada a semente, leva o pé de café de três a quatro anos para dar a sua primeira carga, aliás, ainda incipiente.

Nos primeiros anos, depois de brotado e até tornar-se viçoso, o cafeeiro é protegido por uma cobertura de paus entrelaçados, em forma de cône "caieira", de modo a livra-lo do sol intenso e das intempéries. Após quatro ou cinco anos do plantio, o cafeeiro estará formando, viçoso e produtivo, chegando ao fim o trabalho do empreiteiro, que por contrato, se responsabilizou pela formação de uns tantos mil pés. Durante este período, e de acordo com as condições de contrato, poderá o empreiteiro plantar nas ruas do cafezal quantidades diversas de cereais, milho, feijão, batatinha, às vezes arrôz, etc., que lhe darão maiores lucros e ao mesmo tempo diminuirão o custo para o patrão; a terra nova e humosa dá para tudo; daí serem as zonas pioneiras grandes produtoras de cereais, antes que os cafezais comecem a dar as suas primeiras grandes cargas. É uma policultura passageira, em bases comerciais, feita à custa da monocultura cafeeira. Às vezes, especialmente nos anos de crise cafeeira, essa prática de plantio no meio de cafezais, torna-se comum, com graves prejuízos para as lavouras de café.

(58) "Foi sem dúvida, com a sementeira direta que a lavoura paulista plantou os seus maiores cafezais, que tanto impressionaram os visitantes estrangeiros que aqui aportaram para ver, com os próprios olhos, como disse Ferri, uma das maravilhas do século". — Rogério Camargo e Queiroz Telles Jr. — *op. cit.* — pág. 395.

(59) Si o tipo de solo representa um fator preponderante no futuro de uma lavoura de café, não menos importante é o tipo de semente que irá dar origem a um cafezal. Da sua escolha dependerá uma boa parte do sucesso que o fazendeiro pretende ter no seu trabalho.

A totalidade dos cafezais brasileiros é do grupo "*Coffea Arabica*", embora dentro dele haja uma série de variedades, das quais umas poucas é que apresentam valor econômico; não falando da chamada variedade comum ou café nacional, própria das culturas brasileiras, excelente variedade, mas a que não se deu ainda o devido valor, no dizer de Camargo e Telles Jr., destacam-se ainda o "café amarelo de Botucatu", o "caterra", o "bourbon" (vermelho e amarelo), o "mundo novo"; estas duas últimas variedades as mais produtivas e espalhadas pelas áreas cafeeiras paulistas. Mas, além do grupo "*Coffea Arabica*", que produz 9/10 do café consumido no mundo, há mais as seguintes: "*Coffea Canephora*", mais conhecido por "robusta" e que se difunde hoje pelas plantações africanas e indonésicas, e representa o maior concorrente do "*Coffea Arabica*"; "*Coffea Libérica*"; "*Coffea Deweyi*" ou excelsa: "*Coffea Steuophylla*"; "*Coffea Congensis*"; grupo dos híbridos.

Terminando o empregado o seu contrato de formação, entra o colono com o seu trabalho quotidiano, através de contratos anuais, desde que um cafezal não poderá prescindir, conforme já foi dito, de um mínimo de cuidados (60).

Tornados adultos os cafeeiros, construída a séde, com todas as suas benfeitorias, passa o fazendeiro a receber então os primeiros rendimentos de seu trabalho, através das colheitas que se sucederão pelos anos em fora, num limite de tempo que se marcará de acôrdo com os tipos de solos e os métodos de trato da lavoura (61). Está formada a fazenda, mas os trabalhos continuarão naquela rotina imprescindível durante todo o ano agrícola e que, no caso do café, vai de setembro a agosto do ano seguinte, isto é, da primeira florada, na primavera, ao término da colheita do fruto, no inverno. Para os casos comuns, dentro daquela tradição agrícola ainda deficiente e que infelizmente predomina entre os nossos fazendeiros, conforme já foi dito, o trato de uma fazenda de café se resume nas quatro ou cinco capinas anuais, de maneira a impedir o crescimento de ervas daninhas, na poda dos galhos secos, nas replantas (62) dos pés falhados, na arruação e coroação após a última carpa (meses de março-abril) e na colheita, a partir de fins de maio, até agosto, isto é, por quasi todo o inverno, justamente no período de estiagem (62-a).

Naturalmente, os fazendeiros mais caprichosos e mais esclarecidos não submeterão os seus cafezais apenas àqueles trabalhos imprescindíveis; pelo contrário, eles se esforçarão por melhorar as suas lavouras, à custa, não só adubação periódica (orgânica e mineral), e da defesa contra a erosão, como também, nos últimos anos, muitos deles procuram dar, através da irrigação artificial, e do plantio de novos talhões de café em curvas de nível, um novo aspecto às suas fazendas. É, conforme já dissemos, a técnica e o trabalho racional sobrepujando a tradição rotineira, que vem de mais de um século (63). Naturalmente o nível da produção oscilará para mais ou para menos, de acôrdo com o trato que tiver o cafezal, razão muito mais importante que os solos e a sua topografia; os fatores naturais, no caso, salvo as intempéries climáticas, é claro, terão o seu papel sobrepujado pelo trabalho do homem. Mas,

(60) *Colono* — Em São Paulo, significa o trabalhador do cafezal, isto é, aquele que se responsabiliza por contrato anual, a tratar de uns tantos mil pés de café. Este tipo de trabalhador não forma cafezal, e sim, trata-o depois de formado. Na zona da Mata mineira e no Rio de Janeiro, a meação predomina desde a abolição.

(61) Embora teoricamente se diga ser a média de vida econômica de um cafezal de 25 a 30 anos, na realidade, esta média varia de acôrdo com uma série de fatores, nas zonas cristalinas, de solos de massapé, há cafezais de mais de 80 anos produzindo; já nas áreas de arenito do Planalto Ocidental, os cafeeiros não vão além de 30 anos.

(62) Chama-se replanta ao jovem pé de café, crescido em jacazinho de taquara, de bambú, de lâminas de pinho, etc., à sombra de árvores, nos viveiros; são daí levados para as covas, onde as sementes primitivas falbaram.

(62-a) Quanto ao problema do sombreamento dos cafezais paulistas, diremos que, embora haja inúmeros técnicos defendendo este processo de cultura cafeeira, parece que ele não vingará em S. Paulo, onde, como diz Setzer, o problema é muito mais do trato da terra nos moldes racionais, do que propriamente, sombrearem-se os cafezais para que sejam defendidos da erosão.

(63) Sobre o cultivo, produção e colheita do café há vasta bibliografia técnica, em livros, revistas e periódicos especializados, dos quais nos utilizamos dos seguintes: CAMARGO, Rogério e TELLES JR. R. de Queiroz — *op. cit.*; BOLETIM DA AGRICULTURA — Série 48, n.º Único. Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, 1947; BAPTISTA FILHO, Olavo — "A Fazenda de Café em São Paulo". Publicação do Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1952; SOCIEDADE RURAL BRASILEIRA — "Anais da Mesa Redonda da Agricultura". São Paulo, 1952; A RURAL — Revista da Sociedade Rural Brasileira. São Paulo; SETZER, José — "O Problema dos Cafezais Novos em Terras Roxas Cansadas". Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas. Rio, 1944; SETZER — "Sobre a Ecologia do Café". Separata do Boletim de Agricultura, n.º Único. São Paulo, 1945.

para isto, será necessário que todo fazendeiro tenha plena consciência do seu trabalho como homem da terra, e senhor da mais importante riqueza do país.

Este trato caprichoso de uma fazenda não deve terminar com a arruação ou a coroação dos pés de café, mas sim continuar pelos variados trabalhos da colheita, momento em que o preparo dos grãos de café merece também todo o cuidado; da derricha ao ensacamento definitivo, para embarque na estação, o fazendeiro deverá dar toda a atenção às variadas fases por que o seu café vai passando, de maneira a entregar ao comércio o melhor produto possível.

A época da colheita é o período de maior movimento na vida de uma fazenda de café. Toda a população daquela pequena comunidade rural é convocada para prestar o seu concurso nos diferentes serviços que se vão apresentando, a partir dos fins de maio.

A colheita principia pelo processo da derricha, que é o usado no Brasil, por ser o mais prático, mais rápido e mais barato, embora o menos propício a cooperar na melhoria do produto; consiste ela na retirada dos grãos de cada galho ao mesmo tempo, e à mão (64). Antigamente fazia-se a derricha a pau, isto é, cada colono armado de uma vâra ia batendo nos galhos do cafeeiro, de maneira a por no chão os grãos de café; não é preciso dizer, que, se a derricha à mão traz uma série de inconvenientes, tanto ao produto, como à planta, o segundo processo é bárbaro, servindo apenas para mostrar, em mais este setor, o quanto estamos atrasados em matéria de agricultura há alguns anos passados (65).

Derrichado o café, que excepcionalmente cai em panos colocados sob os cafeeiros, procede-se à "varrição", que irá amontoar os grãos, de mistura com terra, pedras, folhas, etc. Faz-se então a "abanação", usando grandes peneiras manuais, de modo a se tirar uma boa parte daquele cisco que acompanha os grãos e transporta-se o produto para a sede da fazenda a granel ou em sacos. Aí, antes de ir para os terreiros, ele é lavado nos lavadouros para ficar completamente livre das impurezas que ainda o acompanham. (66).

Após uns 10 a 12 dias de secagem nos terreiros, onde um cuidado todo especial é necessário para que o café não passe do ponto, isto é, não seja por demais queimado pelo sol, ou então não apanhe umidade, vai êle para as máquinas de beneficiamento (67), onde será descascado, separado em tipos, de acordo com o tamanho, ficando nas tuihas, finalmente preparado, para, em sacos de 60 quilos, seguir para a estação mais próxima, em direção ao porto de embarque.

Apesar de passar o café por todos esses processos de trabalho, desde a derricha ao ensacamento para embarque, salvo raríssimas exceções, êle ainda sofre seleção, nos portos, onde as casas comissárias e exportadoras possuem um maquinismo especial para o seu definitivo preparo. Isto é mais uma prova de que os nossos fazendeiros ainda estão longe de produzir um café à altura do comércio importador, isto é, de acordo com o gosto do freguês.

Sem falar nos métodos propriamente de cultivo e trato dos cafezais sobre os quais já tivemos ocasião de dizer algo, no que diz respeito à produção de cafés finos, e para a qual os vários processos de preparo na colheita são de

(64) Há outros processos de colheita: o da queda natural dos grãos em panos previamente colocados sob o pé de café; e o da catação (usado nos pequenos cafezais do Nordeste, ou nos cafezais centro americanos e colombianos, e que consiste no apanhar manualmente o grão de café, com a vantagem de só os maduros serem colhidos).

(65) Este processo da derricha a pau, às vezes ainda é usado nas zonas pioneiras, onde a produção é grande nos primeiros anos, e o problema de braços na época da colheita se torna difícil de resolver.

(66) Este processo de lavar o café é posto em prática nas velhas áreas cristalinas do vale do Paraíba e da Mantiqueira, bem como nas áreas de terra roxa, como Ribeirão Preto e Jauú, além das zonas do tronco da Paulista; mas, nas áreas do Planalto Ocidental, onde predomina o arenito, êle é dispensado.

(67) Até fins do século passado, os monjolos, de que havia vários tipos, faziam o papel das máquinas modernas (a vapor, no princípio e elétricos hoje).

tão grande importância, parece que estamos mais atrasados ainda. Apesar de saber o nosso fazendeiro o valor de um produto bom, ele tem levado muito a sério a campanha que de há muito se faz, para melhoria do nosso café. Produto comercial por excelência, os que hoje cuidam da sua produção, continuam presos ao princípio das colheitas periódicas abundantes, sem pensar muito no elementar princípio da média boa e permanente de produção anual; em lugar de uma produção menor, porém, continuam preferem eles as colheitas abarrotadoras de tulhas e de mercados. Resultado, mesmo os nossos melhores tipos de café são ainda inferiores aos produzidos na Colômbia e na América Central.

A propaganda para a produção de cafés finos continua cada vez mais acentuada, mas, parece-nos, somente conseguirá resultados, quando as cuidadas plantações intensivas que se vêm fazendo ultimamente, derem as suas primeiras colheitas (68).

O café, criador de paisagens. — Responsável pelo povoamento e pela ocupação de uma vasta área do Brasil, de mais de meio milhão de km², onde vive uma população que se aproxima dos 20 milhões de pessoas, o café não foi, como em geral se diz, o semeador de desertos. Embora semi-nômade, mercê do tipo de cultura, esta riqueza foi, antes de tudo, povoadora e civilizadora, como o provam, não apenas as paisagens rurais por ela criadas, mas, também as paisagens urbanas, de que são traços indeleveis as cidades do café, das quais, a capital paulista é o exemplo mais frisante.

Dos seus tipos humanos característicos, destacam-se não só os "barões do café", no tempo do império ou os "coroneis", fazendeiros da república, como também os "colonos", nos seus diferentes matizes, desde os trabalhadores nacionais até os diversos tipos de estrangeiros.

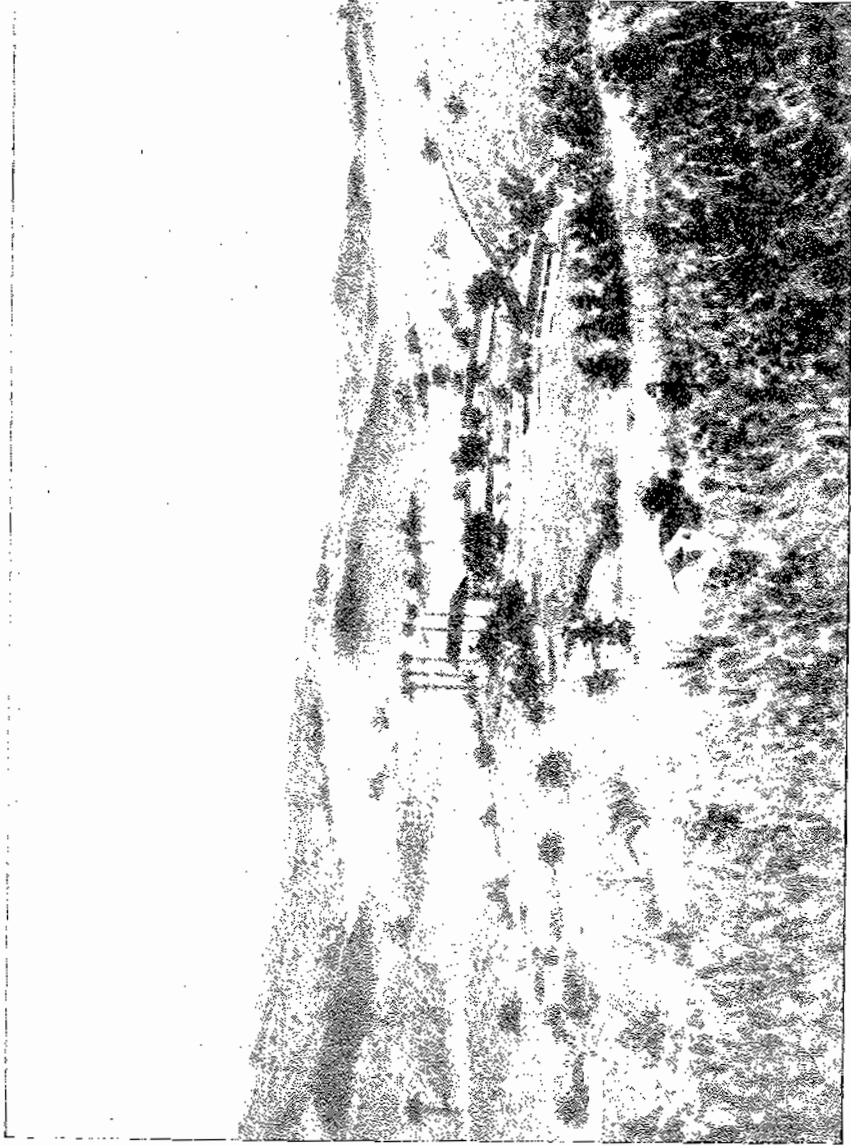
Si, para movimentar as riquezas canavieira e aurífera, o negro foi a alavanca básica, no caso do café a sua importância é bem menor, e assim mesmo nos primeiros tempos apenas. Volumoso o seu número nas áreas mineiro-fluminenses, ele rareia nas áreas paulistas modernas, onde o predomínio foi do trabalhador branco de origem estrangeira, ou então, nos últimos tempos, do trabalhador nacional, mas de origem cabocla, oriundos que são, na sua maioria, das áreas pastoris do sertão nordestino, do vale do S. Francisco e de Minas Gerais.

São estes tipos característicos os semeadores e cultivadores de bilhões de pés de café, na maior área de cultura permanente do planeta; são eles os forjadores de uma riqueza numa terra até há relativamente pouco tempo coberta em grande parte, por frondosas matas tropicais; são eles, enfim os idealizadores e criadores deste tipo de paisagem rural, que destaca inconfundível nas terras brasileiras: a *fazenda de café*, que na história evolutiva de um século, embora com nuances às vezes apreciáveis, se apresenta como uma unidade, difícil de se negar, pois as bases da sua estrutura se retratam na monocultura latifundiária e comercial.

Criador de paisagens, o café, à medida que foi progredindo para o interior, não se responsabilizou apenas pela substituição das matas por vagas imensas da "onda verde", mas criou ainda estes tipos de concentração de habitat rural nas sedes de fazendas, bem como exemplos inumeráveis de concentração urbana, de que são traços característicos as cidades paulistas.

As fazendas de café e a paisagem rural. — Nas variadas paisagens rurais criadas pelo homem no Brasil, destaca-se, como já foi dito, a fazenda de café, onde não se sabe o que mais admirar: si a complexa organização da

(68) No corrente ano, iniciou-se uma vasta e organizada campanha liderada pelos "Diários Associados", e apoiada pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, em prol da produção de cafés finos, e de que a reunião de Catanduva foi uma prova.



Visão geral da Fazenda "Sertão", em Campina (Aquarela de José de Castro Mendes).

séde, da casa grande às colônias, passando pela série de dependências anexas e imprescindíveis aos serviços da fazenda (terreiros, tulhas, máquinas de benefício, paióis), formando o clássico tipo de habitat concentrado, ou si as fileiras de milhares, sinão milhões de pés de café se desdobrando até onde a vista alcança através dos chapadões ondulados ou grimpendo morros e encostas das zonas serranas.

A fazenda, como se diz simplesmente aqui em São Paulo, aparece-nos com a mais típica e a mais importante forma de organização rural paulista.

"Ela não é uma instituição meramente econômica, mas além disso é, sobretudo, um traço cultural na vida social paulista. O café não representa apenas uma riqueza, significa antes de tudo um sentido de vida. Podemos mesmo falar da *civilização do café* (o grifo é nosso), pois ele criou hábitos, fixou aspectos, determinou destinos, moldou consciências, interferindo, em última análise, de forma decisiva na estruturação da sociedade paulista contemporânea" diz muito bem Olavo Batista Filho (69). Daí a sua importância como criador de paisagens pelos planaltos do interior de São Paulo, paisagens que espelham de fato uma civilização (70).

Si o método de plantio e de trato de um cafezal continua em linhas gerais, o mesmo, nas várias zonas por onde fez o seu roteiro, contudo, mercê de uma série de razões, as fazendas que se vão sucedendo neste roteiro tomam certos aspectos que as diferenciam, de acordo com a época e as zonas por onde vão sendo abertas. Senão, vejamos.

As sédes das antigas fazendas do vale do Paraíba, bem como a maioria das que compunham a zona cafeeira de Campinas, apresentam diferenças expressivas quando comparadas com as que se construíram depois no Planalto Ocidental de São Paulo (71). Não apenas a substituição das senzalas pelas colônias, mas também os tipos de "casa grande", assim como outras dependências da séde, muita coisa mudou na paisagem cafeeira, dos tempos do império aos nossos dias. vale dizer das áreas mineiro-fluminenses para as paulistas.

Enquanto as senzalas, residências coletivas dos negros escravos, dispostas em geral em forma quadrangular, com um pátio central, onde havia um chafariz, ficavam quasi pegadas, quando não juntas à casa senhorial, as colônias, residências para as famílias dos colonos e demais trabalhadores duma fazenda, formando conjuntos de habitações, dispõem-se linearmente e situam-se mais distantes da "casa grande". Às vezes, no caso dos cafezais serem muito extensos e dispersos, por vários trechos da fazenda, as colônias então ficam espalhadas pelas respectivas seções da administração, morando numa das casas o competente fiscal (72).

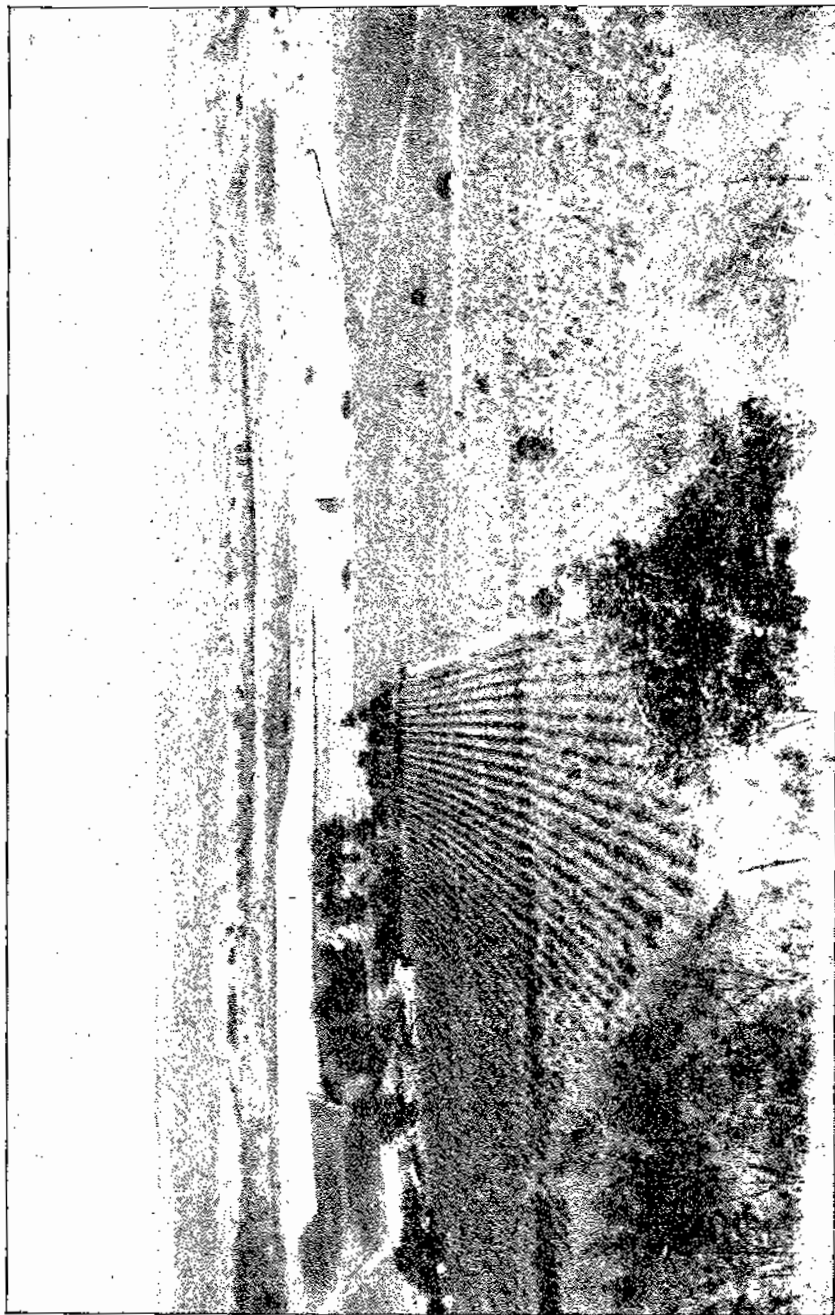
As colônias são habitações melhores que as senzalas, é claro, mas ainda deixam muito a desejar no que diz respeito ao mínimo de conforto que um trabalhador moderno requer; construções de tijolos e às vezes de madeira, com um dos dois quartos, uma saleta e cozinha, estas modestas residências, que alojam os trabalhadores duma fazenda de café, conquanto possuam, em São Paulo, luz elétrica, não têm instalações sanitárias, salvo raríssimas exceções. Em geral se situam no sopé das colinas e encostas, nas proximidades de nascentes d'água, ou à beira de ribeirões, nas áreas cristalinas e de

(69) BAPTISTA FILHO, Olavo — *op. cit.* Pág. 5.

(70) MONBEIG, Pierre — "Ensaio de Geografia Humana Brasileira". Págs. 233-248.

(71) MENDES, J. E. Teixeira — "Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do Município de Campinas)". São Paulo, 1947.

(72) LIMA, Antonio Alves de — "Uma Grande Lavoura de Café no Estado de São Paulo". In O Café no Segundo Centenário da Sua Introdução no Brasil. D. N. C. Rio, 1934. Pág. 365.



Três aspectos diferentes num mesmo talhão de café. — Observa-se perfeitamente a importância do traço num cafezal — Planalto sedimentar paulista (Foto A. N. Ab'Sáber).

terra roxa, pois no Planalto Ocidental, como os próprios cafezais, elas ficam nos espigões, e aí, ao problema da falta de conforto, junta-se mais um, o da água, que tem que ser retirada de poços, com dificuldades e parcimônia.

No que diz respeito à residência do fazendeiro, também iremos encontrar diferenças; embora apresentando o mesmo habitat aglomerado, onde a sede da fazenda concentrava toda aquela série de construções e dependências já mostradas, podemos constatar algo diferente nas "casas grandes" do vale paraibano, e mesmo na maioria das que compunham a zona campineira, das que se observam hoje no Planalto Ocidental. As casas senhoriais dos "barões do café" eram verdadeiros pequenos castelos, (73) quer pelo seu tamanho e pelo seu estilo, como pelo seu luxo, contrastando sobremodo com as residências mais modestas dos paulistas do Planalto, embora estas, pelo tempo, fossem mais confortáveis.

Taunay, nos capítulos IX, X, e XI do seu livro "A propagação da cultura cafeeira" dá-nos um fiel retrato das paisagens criadas pelo café nas terras fluminenses, paisagens que, em muitos aspectos, contrastam com as que mais tarde, os paulistas iriam criar, já em fins do século XIX, nas áreas de terra roxa, e no século XX, nas terras de arenito do oeste de São Paulo. Diz o citado autor, nas primeiras linhas do capítulo IX — "De 1860 a 1870 chega ao seu máximo esplendor a lavoura fluminense, toda ela assente no braço escravo e já se valendo da facilidade dos incipientes transportes ferroviários ou de rodagem da "União e Indústria". Vendo a prosperidade entrar-lhe pela porta, o lavrador fluminense tornou-se exigente. Quis luxo, melhor passadio, palacete na corte do império e carruagem; essa aristocracia rural em que numerosos titulares figuravam no nobiliário do novo império.

O grande fazendeiro e abridor de lavouras sustentava toda aquela terra, e ainda mandava os filhos, parentes e afilhados e protegidos de toda a espécie às faculdades de ensino superior.

A lavoura do café civilizava o segundo império.

Os hábitos castelões se aprimoravam. Enormes prédios solarengos e rústicos se ergueram nas fazendas, numa como emulação da grandiosidade dos proprietários. E neles havia a mais pródiga das hospitalidades a parentes e amigos e a desconhecidos, contínuos bródios de janeiro a dezembro.

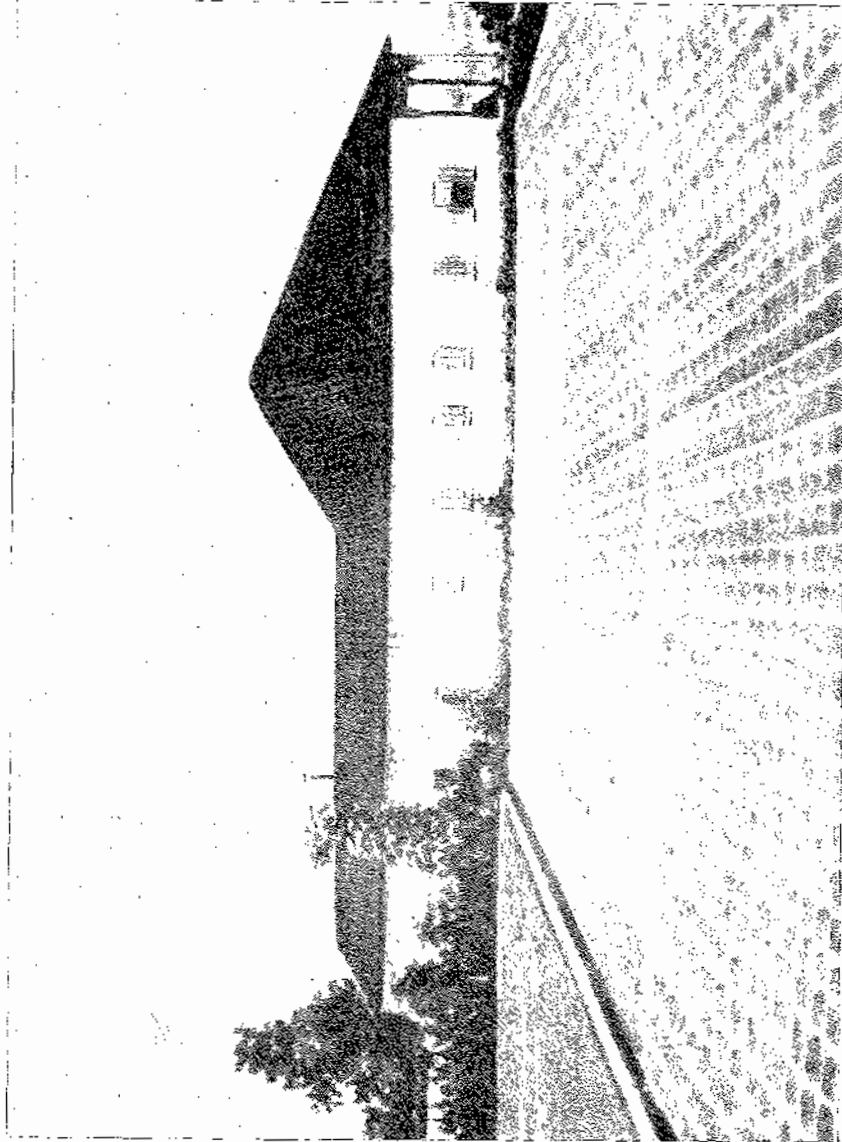
Criou-se verdadeiro patriciado do café, famílias inteiras, numerosas, uniformemente abastadas, apareceram, dentro de quem se destacavam como chefes de clan, milionários legítimos.

Apontava-se a opulência dos seus membros, o florescimento de suas lavouras, e o vulto de seus rebanhos de servos".

Também os aspectos oferecidos pelos cafezais diferem, das velhas áreas do "norte" paulista e mineiro-fluminense, para as novas do oeste de São Paulo; não só a topografia das citadas zonas cooperam para a diferença (nas áreas do Planalto Ocidental de São Paulo os cafezais se espalham a perder de vista nos chapadões e encostas suaves, ao contrário dos limitados horizontes do vale paraibano, onde os morros e as serras limitavam sua expansão), mas também, já o vimos, os métodos de cultivo, a qualidade da mão de obra, e particularmente a repartição da propriedade. Este último aspecto, típico, ainda há pouco tempo, nas velhas áreas de Campinas, encostas da Mantiqueira e mesmo na zona de Ribeirão Preto, tornou-se, nos últimos anos, frequente nas próprias zonas pioneiras.

Na variante da Noroeste (hoje tronco), na Alta Paulista e Norte do Paraná, as companhias de terras e alguns particulares, antigos latifundiários, retalham em lotes de 10, 20 e 50 alqueires, grandes áreas ainda inexploradas, vendendo-os a prestações e concorrendo assim para um povoamento de tipo disperso, diferente do que se vira até então, isto é, o concentrado das fazendas,

(73) TAUNAY — "A Propagação da Cultura Cafeeira"; LAMEGO — "O Homem e Serra". Pág. 239; RIBEYROLLES, Charles — "Brasil Pitoresco".



Terricos de Fazenda "Cachoeira", em Campinas (Aquarela de José de Castro Mendes).

Ora, isto não só concorre para a diferenciação maior das paisagens novas, quando comparadas com as antigas, como, principalmente, dá motivo a uma verdadeira democratização de uma sociedade, que embora ainda ligada ao café, não tem mais aqueles ares senhoriais dos barões de outrora, ou dos coronéis da primeira república. São agora antigos colonos, nacionais ou estrangeiros, principalmente estes, ou seus descendentes, os médios e pequenos proprietários de terras, cooperando, não apenas para a continuação da cafeicultura, mas também para o desenvolvimento de uma policultura, já de há muito iniciada no estado de São Paulo. São bases iniludíveis de uma economia mais sólida e consequentemente, de uma paisagem rural mais democrática (74).

Os barões do café findariam mais rapidamente e por sua própria culpa, que os antigos fazendeiros de São Paulo; hoje, quem passa pela velha zona cafeeira fluminense e observa as ruínas das grandes sedes de fazenda do vale do Paraíba, custa a acreditar que há pouco mais de um século vicejava ali a maior riqueza do Brasil; mas, si atentar melhor para a paisagem em derredor, compreenderá o que houve. Lá estão, como que para explicar aquelas ruínas, os morros desnudos e as encostas erodidas. O homem, mais que a topografia irregular e as terras cansadas, foi o principal responsável por aquela paisagem triste de solos abandonados. Paisagem que não se repetiria em São Paulo, salvo na continuação do mesmo e sempre famoso vale paraibano. Aqui, além de uma topografia mais suave e de certos trechos de solos melhores, embora a rotina predominasse, como acontece até hoje, havia uma certa vontade de melhorar as lavouras de café, bem como de aproveitar os solos para outras culturas, quando o cafezal fosse abandonado, como os algodoads e canaviais dos nossos dias estão mostrando.

"As paisagens rurais do interior do Estado de São Paulo apresentam, então, atualmente, uma variedade que os viajantes não conheceram, nem brasileiros, nem estrangeiros, no começo do século XIX; as mudanças que eu pude constatar num tempo bastante pequeno (5 anos) mostram a que ponto o mundo rural do Brasil meridional está em via de evolução. Elas impedem que se apresente uma classificação, que só valeria no momento de sua redação" (75).

Ora, com tal paisagem rural, sempre cheia de vida e de movimento, era mais que natural a sua repercussão nas paisagens urbanas, em grande parte, também oriundas, como já dissemos, da marcha do café.

O café e as cidades pioneiras. — Às paisagens rurais criadas pelo café, juntam-se as paisagens urbanas, cujo traço mais característico nos dão

(74) Sobre o problema da pequena propriedade, há muita coisa escrita, embora nos valessemos mais dos seguintes autores: MONBEIG, Pierre — "Notas relativas à Evolução das Paisagens Rurais no Estado de São Paulo". Bol. Geográfico n.º 16, julho de 1944. C. N. G. Rio; "Les Structures agraires dans la frange Pionnière de São Paulo". Les Cahiers d'Outre Mer. Revue de Géographie de Bordeaux et de l'Atlantique n.º 13, janvier-mars, 1951. Transcrito no Bol. Geográfico n.º 116 do C. N. G.; "Pionniers et planteurs de São Paulo"; PRADO JR., Cato — "Problema do Povoamento e a Pequena Propriedade". Rev. de Organização Científica n.º 145. IDORT. São Paulo, 1944; "Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo". Rev. Geografia, ano I, n.º 1 da Associação dos Geógrafos Brasileiros. São Paulo, 1935; MÜLLER, Nice Lecocq — "Paisagens Rurais no Município de Campinas". Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Vol. II, 1947, São Paulo; "Sítios e Sítiantes no Estado de São Paulo". Bol. 132 — Geografia n.º 7. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1951; MILLIET, Sergio — "A Queda do Latifúndio". O Observador Económico e Financeiro n.º 41, junho de 1939. Rio; OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de — "Estudos Brasileiros de Economia — O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira". Monografia n.º 1 da Fundação Getúlio Vargas, Ano I, vol. I. Rio de Janeiro, 1946.

(75) MONBEIG, Pierre — "Notas Relativas à Evolução das Paisagens Rurais no Estado de São Paulo". Bol. Geográfico n.º 16. Págs. 428-430.

as chamadas "cidades pioneiras", dependentes diretas das lavouras que se expandem em seu derredor, e ao mesmo tempo, centros imprescindíveis dos que labutam na abertura das fazendas.

Muito se tem escrito e falado dos aspectos desses pequeninos centros urbanos, que brotam como cogumelos, à medida que o café e a ferrovia (hoje também a rodovia) vão penetrando os sertões (76). Da singela estaçãozinha de madeira ou do simples patrimônio, nascem como que por milagre os incipientes núcleos urbanos do sertão, que em pouco tempo se tornam vilas e cidades.

A atração que as terras novas exercem no espírito de nossos plantador de café, aliada ao prazer da aventura de muitos que se encontram já radicados nas zonas mais antigas, bem como a vontade e a pretensão de enriquecimento rápido que todos têm, explicam, em grande parte, o aparecimento e consequente crescer relâmpago das nossas cidades pioneiras. Muitas não levam um lustro para se tornarem verdadeiras cidades, no sentido geográfico do termo, tal é o poder de progresso que apresentam; e muitas delas já nascem com foros de cidade, político-administrativamente falando, embora poucos anos depois não desmintam aquelas regalias, com o caso de Andradina, por exemplo (77).

Alinhadas às margens das vias férreas de penetração, nos espigões ou nas encostas suaves do Planalto Ocidental de São Paulo, as cidades pioneiras vão evoluindo, de acordo com uma série de fatores (78). Transformam-se assim, de modestas vilas, quando não, simples aglomerado de casas de madeira, em cidades importantes, verdadeiras capitais regionais, ou então, permanecem como que estacionárias, após um primeiro surto de crescimento, mas apresentando sempre aspectos de cidade nova.

Das que se tornaram capitais regionais e que se enfileiram hoje as mais importantes cidades do Estado de São Paulo, destacam-se as que puderam contar com uma situação geográfica privilegiada, mercê particularmente do entroncamento de comunicações; são conhecidos os casos de Ribeirão Preto, Baurú, Araraquara, que há mais de meio século foram centros pioneiros dos mais afamados, mas que continuam crescendo cada vez mais, à custa da sua excelente situação geográfica, no entrosamento de comunicações, de maneira que, embora as frentes pioneiras estejam a centenas de quilômetros adiante, aquelas cidades continuam a servi-las. Pela penetração das suas respectivas ferrovias, aquelas três cidades têm hoje influência em terras de Goiás, Minas e Mato Grosso.

Outras há, de âmbito mais restrito, mas que podem também ser tomadas como capitais regionais pela sua influência sobre determinado número de municípios e cidades vizinhas: são os casos de Marília, Lins, Araçatuba, Presidente Prudente, São José do Rio Preto, exemplos típicos de cidades pioneiras do nosso século, em pleno desenvolvimento econômico e demográfico.

E outras ainda existem, como Jaú, São Carlos, Botucatu, São Manuel, Jaboticabal, que embora não podendo contar com aquelas vantagens enumeradas, têm, pela solidês das suas lavouras, conseguido manter-se num certo ritmo evolutivo, ainda que modesto. Mas há também os exemplos de cidades que, pioneiras até há bem pouco tempo, dão hoje idéias de cidades estabilizadas, com os clássicos exemplos, entre nós, de centros de áreas de emigração;

(76) MONBEIG, Pierre — "Algumas Observações sobre Marília, Cidade Pioneira". Rev. do Arquivo Municipal, ano VII, vol. LXXVIII, 1942; "Pionners et Planteurs de São Paulo", Pág. 310; FERRAZ, Breno — "Cidades Vivas".

(77) ARAUJO FILHO, J. R. de — "Andradina". Boletim n.º 3 da A. G. B., 1942.

(78) Pierre Monbeig, no seu já tantas vezes citado trabalho "Pionners et Planteurs de São Paulo", às págs. 313 e seguintes, explica as razões do crescimento das cidades do Planalto Ocidental Paulista; "as condições naturais, o papel da pequena exploração rural, a ação das vias de comunicação, os fatores psicológicos e o papel dos indivíduos".

são casos dêste tipo, Olímpia, Catanduva, Cafelândia, Andradina, as três primeiras, típicas do pioneirismo da década de 920 e a última, caso espantoso de cidade nascida ontem, pois na década de 940 estava ainda em franco crescimento (sua fundação data de 938), e já demonstrando sinais de emigração.

São as cidades do café no Planalto Ocidental Paulista os melhores exemplos de urbanização no Brasil; pelo seu número, mais de 300, só no Estado de São Paulo; pela sua importância demográfica e econômica; pelas suas variadas funções, embora a comercial seja a predominante em todas elas; pelo seu traçado predominantemente em xadrez e onde nem sempre o largo da matriz é o trecho mais importante da cidade; e mais que tudo isto, pelo aspecto de conforto que a maioria apresenta, todas iluminadas à luz elétrica, com serviços de águas e esgotos, ruas calçadas, além da rede de colégios oficiais e particulares que uma boa parte delas possui, tudo isto, torna-as bem diferentes das suas congêneres, as cidades do café nas áreas mineiro-fluminenses.

Outros tipos de cidades das áreas cafeeiras. — Pelo que dissemos a respeito da expansão cafeeira na província fluminense e, mais tarde, na "Zona Norte" de São Paulo, vimos que ali o número de cidades do café não foi muito grande; além da região do vale paraibano não apresentar locais que facilitassem o desenvolvimento de cidades, pois sabemos dos sítios acanhados ali existentes, e onde se erigiram os centros urbanos mais importantes da época (a maioria, pequenas planícies alveolares, como os sítios de Friburgo, Cantagalo, Paraíba do Sul), havia ainda o da influência quase absoluta da "casa grande", dos "barões do café" sobre a população do tempo. Si a estas razões juntarmos agora o fato da rápida passagem do café por aquelas paragens, com a decadência mais acelerada ainda das fazendas e transformação em simples pastagens das antigas áreas cafeeiras, teremos os motivos básicos porque ali se encontram os tão conhecidos exemplos de cidades estabilizadas, quando não, cidades mortas.

Si as que ficam situadas diretamente na zona de passagem, formada não só pelo rio em si, mas especialmente pelas estradas (de ferro e de rodagem) conseguiram depois de um certo tempo, reagir contra a ação negativa da decadência cafeeira (e a maioria delas está no ramal paulista da Central, de Barra do Pirai a Jacareí), já as que ficaram de lado, salvo pouquíssimos casos (São Luiz do Paraitinga em São Paulo, Valença e Friburgo no Estado do Rio), não puderam fugir às contingências do desaparecimento do café e regrediram, ainda em fins do século passado, de maneira a oferecer ao visitante aquela paisagem triste de cidades abandonadas, tão magistralmente descritas por Monteiro Lobato (79). Outras, porém, situadas nas antigas zonas cafeeiras da Depressão Periférica e nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira, puderam se estabilizar, quando não recuperar seu prestígio, à custa de uma policultura desenvolvida, aliada a uma industrialização íngavel. São numerosos os exemplos dêste tipo (80), onde se destacam Piracicaba, Itú, Limeira, Rio Claro, Capivari, Tietê, todas da Depressão Periférica, e que devido à lavoura canavieira ressurgida em nossos dias, da laranja e cereais, além das indústrias as mais variadas, jamais tiveram um período de decadência; ou então, as cidades serranas de São Paulo, de Bragança e Atibaia a Mococa, passando por Amparo, Serra Negra, Itapira, Pinhal, São

(79) LOBATO, Monteiro — "Cidades Mortas".

(80) Campinas no numeroso grupo de cidades cafeeiras de São Paulo, se apresenta como um caso à parte; importante na área do açúcar paulista, ela foi maior ainda no tempo de seus cafezais; mas jamais perdeu o seu lugar de primeira cidade do interior paulista, mesmo depois da decadência da sua lavoura cafeeira, pela sua excelente posição geográfica, só comparável ao caso da posição da Capital. Além disso, uma série de outros fatores concorreram para o seu esplendor, pela importância do seu comércio e por sua notável função cultural, através de centros educacionais e científicos numerosos.

MERCADO DE CAFÉ

27 - 6 - 956

DISPONIVEL — Durante os trabalhos de hoje o Mercado de Café Disponível funcionou estável.

A Bolsa Oficial de Café declarou estável este Mercado e fixou as seguintes bases por 10 quilos: Cr\$ 473,50, para o Estilo Santos; Cr\$ 440,00, para o Estilo Santos Riado e Cr\$ 391,50, para o tipo 4, sem descrição.

TERMO — O Mercado de Café a Termo, na Bolsa Oficial de Café, hoje, para o Contrato "B" foi paralisado; para o Contrato "C" abriu calmo e fechou estável, sem registrar vendas e para o Contrato "D" funcionou calmo no primeiro pregão e firme no segundo, registrando 3.750 sacas de vendas.

BOLSA DE NOVA YORK — Na Bolsa de Café de Nova York, o Contrato "B" na abertura baixa de 10 a 50 pontos e no fechamento alta de 95 a 145 pontos, com 78.500 sacas de vendas. Para o Contrato "M" abriu com baixa parcial de 40 a 105 pontos e fechou com alta de 20 a 80 pontos, tendo sido negociadas 38.750 sacas.

MOVIMENTO ESTATÍSTICO — Foi o seguinte o Movimento Estatístico de hoje: Entraram 40.498 sacas, foram embarcadas 63.300 e despachadas 71.571 sacas. Ficaram em estoque 2.670.073 sacas.

VENDAS NO DISPONIVEL — As vendas no Disponível, no dia 26, segundo o Sindicato dos Corretores de Café, foram de 32.333 sacas, somando, desde 1.º do mês, 1.375.022 sacas.

ENTREGAS DIRETAS:

Contrato "C" — Trabalhou firme, apresentando no fechamento, as seguintes cotações:

Períodos:	Fech. de hoje		Fech. anterior	
	Compr.	Vendedor	Compr.	Vendedor
	Cr\$	Cr\$	Cr\$	Cr\$
Junho	492,50	495,00	490,00	492,50
Julho	497,50	500,00	492,50	495,00
Julho-dezembro	510,00	515,00	500,00	502,50
Janeiro-junho de 1957 ...	530,00	535,00	520,00	522,50
Julho-dezembro de 1957 ..	510,00	510,00	505,00	505,00

João da Boa Vista, importantes centros cafeeiros dos fins do século, hoje centros urbanos estabilizados, ainda com áreas cafeeiras em suas boas terras de massapé e salmourão e de há muito praticando a policultura.

Aquelles traços de cidades decadentes, que tanto o vale do Paraíba, como o litoral paulista apresentam ainda, não se observam na Depressão Periférica e nas várias áreas do Planalto Ocidental, bem como nos contrafortes ocidentais da Mantiqueira. Aquí, além dos solos melhores, entram como fatores de progresso, o trabalho do homem, mais multiforme e em bases mais rendosas, ajudado por técnicas mais evoluídas, o papel do imigrante, e a existência de uma burguezia mais esclarecida, retratada na numerosa classe média, onde, tanto lavradores, como comerciantes, profissionais liberais e pequenos industriais são os verdadeiros dirigentes das células municipais e da sociedade em geral. Aquelas famílias senhoriais que compunham a classe dominante nos primeiros tempos do café nos arredores de Campinas e que constituíam os "land lords" de então, com seus nomes de 400 anos, difuíram-se na classe média de hoje, onde ao lado de um nome de antanho, aparecem dezenas de nomes recentes, de origem italiana, espanhola, siria, eslava, germânica, etc.

A cultura do café nas áreas do Oeste Paulista foi muito mais democrática e popular que nas áreas do vale do Paraíba; demonstram-nos não apenas os aspectos das suas fazendas, mas particularmente as paisagens urbanizadas e por ela criadas.

O comércio do café e seu mecanismo. — Como maior produtor de café do mundo, é natural que o Brasil possua também os maiores mercados do produto, isto é, os mais importantes locais onde se efetuam os negócios da sua riqueza máxima. Esses mercados estão justamente situados nos portos de exportação e que hoje são, por ordem de importância, Santos, Rio de Janeiro, Paranaguá, Vitória, Angra dos Reis; esses cinco centros do comércio cafeeiro no Brasil exportam mais de 95% do total brasileiro.

Antigamente, isto é, no tempo em que o café por meio de tropas alcançava o litoral através de uma série numerosa de pequenos portos secundários, para depois seguir por mar ao porto exportador, o Rio de Janeiro como que monopolizava o comércio cafeeiro, situando-se aí as primeiras e mais importantes casas de negócio do produto, vanguardieiras das que, anos depois (segunda metade do século passado), se chamariam casas comissárias e casas exportadoras de café.

Como o fazendeiro não pudesse acompanhar o transporte de seu produto até o Rio de Janeiro e vendê-lo diretamente ao exportadores, que já naquele tempo eram representados, por firmas estrangeiras, consignava-o a uma casa comercial, em geral de portugueses, que se incumbia de negociá-lo, mediante 3% de lucro, quantia essa que se tornaria clássica. Dessas primeiras casas que recebiam assim o café do interior, em consignação, nasceu a *casa comissária* e com ela a figura que, pelos anos em fora, até os nossos dias, lidera os negócios de café no país, o *comissário*.

A princípio, simples intermediário do produto entre o fazendeiro e as casas exportadoras, com o tempo, ampliando seus negócios, particularmente depois que São Paulo passou a grande produtor, o comissário se tornaria o senhor dos mercados cafeeiros, agora não mais somente no Rio de Janeiro, mas, principalmente, em Santos, já o primeiro porto exportador. Ganhando muito bem nos negócios de café, os comissários em pouco tempo acumularam verdadeiras fortunas, passando então de simples intermediários a verdadeiros sustentáculos da maioria das fazendas.

De fato, num país que entre outros inúmeros atrasos conta, ainda hoje, com a falta do crédito agrícola, o lavrador, devido a razões óbvias, não consegue sacar dinheiro nos bancos com a mesma facilidade de um comerciante ou mesmo pequeno industrial. Diante desta situação inferior, incompreensível

e paradoxal, isto é, de o homem que lida com a maior riqueza do país não ter facilidade de crédito para o custeio de sua lavoura, o fazendeiro de café acabou se valendo do comissário, que desde fins do século passado até a crise de 1929 foi o banqueiro do café, o garantidor, o responsável pelas despesas anuais de uma fazenda.

Não é preciso dizer que, embora não estivesse estipulado em lei, acabava o fazendeiro, por força das circunstâncias, prêsso à casa comissária de que era freguês, desde que, de acordo com os empréstimos que fazia, não podia fugir à responsabilidade de entregar-lhe as suas safras. Criou-se assim, especialmente nos anos de crise, como a que atingiu a lavoura na primeira década do século, um certo ressentimento da parte do fazendeiro para com o comissário, que sempre garantido nos seus 3% jamais perdia, salvo, é claro, quando se metia em negócios superiores às suas forças. Daí o ter havido muitos choques entre ambas as partes, quando os fazendeiros mais desesperados vendiam determinadas safras a outrem, ao envez de enviá-las ao seu credor, nas praças de Santos ou do Rio. De um modo geral, porém, as relações entre comissários e fazendeiros foram sempre cordiais; e tempos houve, quando as dificuldades de viagem por parte do lavrador eram maiores, que o comissário, além de se incumbir da venda de seu café, prestava-lhe outros serviços, comprando-lhe mercadorias necessárias à fazenda, em São Paulo ou no Rio de Janeiro, bem como dirigindo-lhes os filhos nos colégios, hospedando-lhes a família, quando das suas temporadas à beira-mar (81).

Recebido o café do interior, o comissário trata de classificá-lo, de acordo com os tipos de exportação, para depois, através de seus corretores e zangões, que trabalham também por porcentagem, negociar os lotes preparados com as grandes firmas exportadoras, hoje predominantemente norte-americanas, ontem alemãs, inglesas, francesas. São essas casas exportadoras as que embarcam finalmente o café para o seu destino, isto é, os países importadores.

Até princípios do século atual, todos os negócios de café eram feitos à vista, isto é, diante do produto e do pagamento imediato. Com a criação da Bolsa do Café em Santos, passou-se então a negociar o café a termo, negociá-lo no futuro, ou seja, comprar no mercado santista ou no interior, lotes de café, que só seis meses depois seriam entregues; era o início do jogo da bolsa, que com o tempo tomaria vulto.

Com o aumento cada vez maior da importância das grandes firmas exportadoras (algumas casas comissárias às vezes eram também exportadoras), que, na sua maioria, eram como dissemos estrangeiras passaram aquelas firmas a comprar café também diretamente no interior, do próprio fazendeiro, ou através de intermediários. Principalmente durante a célebre crise que perdurou de 1896 a 1910, quando uma boa parte dos moços que trabalharam no café em Santos resolveu deixar a praça pouco rendosa, as firmas exportadoras aproveitando-se da prática e do conhecimento dos mesmos no comércio do café, facilitaram-lhes créditos, colocando-os como compradores nas áreas

(81) GUIMARAES, Artur — "O Comissário como Banqueiro do Produtor de Café no Interior". In *O Café no Segundo Centenário da Sua Introdução no Brasil*. Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1934. Págs. 458-464; HELI WIG, Carl — "O Comércio de Café no Interior de São Paulo". In *O Café no Segundo Centenário da Sua Introdução no Brasil*. Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1934. Págs. 864-866; JORDÃO, Carlos — "A Ação dos Comissários no Comércio do Café". In *O Café no Segundo Centenário da Sua Introdução no Brasil*. Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1934. Págs. 398-401.

Diz este autor, à página 398 de seu trabalho: "A ação dos comissários de café foi preponderante, porque na criação de suas relações comerciais com os fazendeiros do interior, ela se estendia a muitos atos da vida civil. Além de fornecedor dos capitais para a movimentação de suas indústrias, o comissário tornava-se o conselheiro e o orientador das principais resoluções a tomar, quer nos atos familiares, quer nas possibilidades de alargamento das explorações, quer em muitas outras questões de ordem social".

produtoras. Iniciam-se assim negócios diretos entre esses agora chamados *compradores de café* e os fazendeiros, que desse modo viam-se livres da tutela do comissário.

Após a primeira guerra mundial, ampliam-se os negócios de café nos principais centros do interior. Os compradores vão diretamente às fazendas escolher os seus tipos preferidos de café e negociá-los com os produtores. Ribeirão Preto, Pinhal, Franca, Mococa, na Mogiana, bem como Jaú, Araraquara, Bebedouro, Rio Preto, Taquaritinga, na zona da Paulista, seriam os principais centros dos compradores de café (82).

As próprias casas comissárias passariam também a comprar café no interior, através de seus intermediários, de maneira que, desde a década de 920, espalhou-se por todo o "hinterland" cafeeiro uma boa parte dos negócios de café, tirando do Rio de Janeiro e de Santos aquela supremacia absoluta que houvera até então. Mesmo assim, continuam eles, por sua função precípua de portos exportadores, a comandar os negócios de café no Brasil, como Nova York e o Havre os comandam no mundo, no comércio de importação (83).

Até fins do século passado (1897), a procura de café nos mercados exportadores foi sempre contínua e maior que a oferta. Estava-se então num período de plena expansão do produto nos mercados de consumo. À medida, porém, que os centros consumidores pediam mais, as áreas produtoras, particularmente no Brasil, se expandiam extraordinariamente. E essa expansão foi de tal ordem, que a saturação dos mercados se fez sentir, ainda no findar do século XIX.

Pela primeira vez, os nossos fazendeiros iriam ter pela frente o fantasma da super-produção, que com o correr dos anos se tornaria num verdadeiro martírio para os lavradores de café. Sem uma organização de classe definida, como se acontecer ainda em nossos dias, os fazendeiros apelaram para o governo, também grande interessado no caso, desde que de há muito o Brasil era o café, e assim, a partir dos princípios do atual século, iremos ver a intervenção oficial nos mercados cafeeiros nacionais, com o fito de regularizar, não só as culturas, proibindo novas lavouras, como também ordenando o mercado de exportação, de modo a não deixar grandes estoques nas mãos do comércio mundial (84).

Aquela expansão desenfreada pelo Planalto Ocidental de São Paulo, de milhões e milhões de cafeeiros, facilitada pelas séries de fatores que vimos de analisar foi muito mais que o fator sub-consumo, a razão básica da crise que deflagrou na primeira década do século XX e que se repetiria com frequência até os nossos dias, deixando ao fazendeiro poucos anos de "vacas gordas".

(82) HELLWIG Carl — *op. cit.*; diz, referindo-se ao comprador de café no interior: "Nas zonas novas éle adquire do sitiante, do pequeno produtor, que não tem e nem pode ter relação com o comissário de Santos, a safra, convertendo-a imediatamente em dinheiro, fornecendo assim os meios de vida, sem demora. Nas zonas velhas, os fazendeiros independentes, querendo liquidar o seu produto quanto antes, fazem o mesmo".

(83) GUINLE, Guilherme — "A lavoura do Café e o Porto de Santos" *In* O Café no Segundo Centenário da sua introdução no Brasil. Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1934; CARVALHO, Maria Conceição Vicente de — "O Porto de Santos". Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia. Vol. IV. Pág. 709-720. Conselho Nacional de Geografia. Rio de Janeiro, 1944.

(84) RAMOS, Augusto — "A Intervenção do Estado na Lavoura Cafeeira" *In* O Café no Segundo Centenário da Sua Introdução no Brasil. Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1934. Págs. 505-516; LIMA, L. Zacharias de — "A Política do Café em São Paulo". *In* O Café no Segundo Centenário da sua Introdução no Brasil. Rio de Janeiro, 1934. Págs. 170-179; PRADO, Paulo — "O Martírio do Café". *In* O Café no Segundo Centenário da Sua Introdução no Brasil. Ed. do Departamento Nacional do Café. Rio de Janeiro, 1934. Pág. 86-87; DENIS, Pierre — "O Brasil no Século XX". Antiga Casa Bertrand-José Bastos e Cia. Editores, Lisboa; CARVALHO, C. M. Deigado de — "Le Brésil Meridional (Étude Economique)". Rio de Janeiro, 1910.

Em 1902, o Estado de São Paulo decretou um imposto de dois contos de reis sobre cada alqueire de cultura de café novo, como que proibindo novas plantações. Posto em prática por cinco anos, foi dilatado para mais cinco. Além de não ser totalmente respeitada, esta lei não evitou que as plantações novas já feitas anteriormente entrassem em franca produção, atingindo 15.408.000 sacas no ano agrícola 1906-07, para um consumo mundial de 16.000.000 (85).

O Convênio de Taubaté, realizado em 1906 e promovido pelo governo paulista, contou com a presença de representantes de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Pelo combinado, devia-se conseguir um grande empréstimo no exterior, sob a responsabilidade dos três Estados cafeeiros e à custa do qual seriam adquiridos os excessos dos estoques de café e retirados do mercado, afim de não baixarem os preços nos centros consumidores. Surgindo dificuldades na execução do Convênio, Minas e Rio não cumpriram o prometido, depois que o Governo Federal se negou a endossar a operação financeira delineada; São Paulo, o maior interessado no problema, teve assim de agir sozinho para defender a sua principal riqueza, que era também a do Brasil, e arcar com as responsabilidades do negócio. Dois anos depois da reunião de Taubaté, o governo paulista já havia comprado 10 milhões de sacas de café, retiradas assim dos mercados exportadores, agora aliviados dos excessos de estoques. Vendo o Governo Federal as vantagens que São Paulo trouxera para os negócios do café, não titubeou em garantir-lhe o empréstimo externo de 15 milhões de libras, quantia essa que serviria para normalizar as operações feitas com a compra daquelas 10 milhões de sacas; com tempo, o governo paulista iria vendendo aquele estoque resguardado e saldando assim, a prestações, a sua dívida.

Foi essa então a primeira grande intervenção oficial nos negócios do café; daí por diante, todas as vezes que novas crises sobrevieram, o governo foi chamado a intervir, só que com uma agravante: aos poucos as intervenções do governo foram tomando caráter político e não simplesmente econômico, de maneira que, a partir da criação do Instituto de Café do Estado de São Paulo em 1924, precursor do Conselho Nacional do Café (1931), depois Departamento Nacional do Café (1933), os negócios do café no Brasil passaram a ter ingerência cada vez maior da parte do governo, como sucede atualmente no I.B.C.

Estas intervenções oficiais, que a partir do Convênio de Taubaté, vêm-se sucedendo até os nossos dias, e que até a grande crise de 1929 foram em número de três, nós não as pormenorizaremos porque estão muito bem explicadas nos trabalhos de Simonsen, tantas vezes aqui citado, às páginas 63-74. Diremos apenas que a exemplo do que ocorre em nossos dias e é do conhecimento de todos através de farto noticiário dos jornais, os escândalos e as negociações com o café se multiplicaram nos últimos 30 anos, sem que haja da parte dos responsáveis a menor reação. Leis e decretos foram, como o são ainda hoje, feitos à guisa de defesa da nossa maior riqueza, mas para ficarem no papel, por isso que os "entendidos" no assunto e que sempre existiram, ficavam no fim com a parte do leão.

Enquanto a maioria dos nossos fazendeiros e uma boa parte dos nossos negociantes de café lutaram e luctam ainda por uma melhor situação do café brasileiro, os maus políticos, os falsos lavradores e os negociistas, perturbam a marcha da nossa principal riqueza, com graves consequências para a nação.

Aqueles excedentes da produção sobre o consumo, cada vez maiores, passaram a pesar nos ombros do Brasil, pois a sua política de valorização não foi seguida pelos demais países produtores. Desta forma, enquanto estocávamos café aos milhões de sacas, pouco depois queimadas inexoravelmente, os nossos

(85) SIMONSEN, Roberto — "Aspectos da História Econômica do Café".

concurrentes, particularmente os países hispano-americanos, entravam nos mercados consumidores com produtos melhores e mais baratos (86). E o Brasil, que no início do século era como que o monopolizador do café, passou a partir da crise de 20 a ter concurrentes cada vez mais fortes, a ponto de hoje não entrar com 50% no comércio mundial do produto.

Parece-nos que, deixando de lado o problema da política nos assuntos e negócios do café, problema que só desaparecerá quando os nossos homens públicos e políticos profissionais tomaram a sério a noção de responsabilidade, podemos resumir numa série de itens as razões principais que concorreram para esta constante instabilidade do nosso comércio cafeeiro:

a) Falta de união e de organização de defesa por parte dos fazendeiros, a mais poderosa classe produtora do país e a mais fragil, do ponto de vista comercial.

b) Falta de controle na expansão do plantio de novas lavouras de café, expansão esta que já ultrapassou os limites ecológicos da planta, com graves prejuízos para o país.

c) Indébitas intervenções oficiais na venda do produto, onde, além negociantas, se faz uma contra-propaganda do nosso café, entregando-o a preços acima dos normais aos fregueses mais importantes.

d) Falta de uma produção melhor e bem cuidada, desde a seleção e o plantio da semente, até o preparo dos tipos de café nos portos de embarque.

e) Falta de uma propaganda contínua e organizada do nosso café nos grandes centros de consumo.

f) Fixação de um determinado preço, dentro das oscilações normais de um comércio, de maneira a servir ao mesmo tempo, tanto ao produtor como ao comprador.

g) Falta de controle nos lucros, tanto do produtor como do intermediário e do exportador, de maneira a desaparecer esse espírito de ganância e de enriquecimento rápido, que infelizmente, de há muito se apoderou de uma boa parte de nossos fazendeiros e comissários (para não falar dos indébitos invasores de nossos mercados cafeeiros), e que são antes negociastas que lavradores e negociantes.

São Paulo e a civilização do café. — Pelo que acabamos de ver a respeito das paisagens criadas pelo café, através a sua expansão no Estado de São Paulo, podemos concluir ter sido ele o criador da civilização paulista moderna.

Antes do café, São Paulo quasi nada representava para o Brasil dos princípios do século XIX. Com a expansão da lavoura cafeeira pelo seu território, São Paulo toma gradativamente sua posição de liderança, posição esta mantida até nossos dias. O café engrandeceu São Paulo, não apenas economicamente, mas também social, política e culturalmente.

O café civilizou São Paulo, dando origem a paisagens rurais e urbanas jamais criadas por ele em outras áreas. É que aqui, aquele entrosamento, aquelas relações recíprocas entre o homem e o meio natural se fizeram sentir, de tal maneira, como em nenhuma outra área agrícola do Brasil. E esta *civilização do café* em São Paulo se torna mais diversa ainda de qualquer outra criada no país, se lembrarmos de seu aspecto democrático, atestado pela existência de uma classe média já considerável, condição "sine qua" da importância atual da terra paulista.

(86) Na década de 31-40, queimaram-se no Brasil perto de 80 milhões de sacas de café, quantia que equivale a 3 anos de consumo mundial! Foi acertada a medida tomada pelo Brasil? Que respondam os nossos concurrentes e os nossos verdadeiros fazendeiros de café.

Naturalmente, ao lado da imensa série de vantagens trazidas pelo café à terra paulista, de que o parque industrial e o centro cultural representados pela sua capital são provas iniludíveis, houve uma série de desvantagens mas que não conseguiram ainda fazer sombra àquelas. Mas elas aí estão, cada vez mais fortes, como que à espera do momento propício para ultrapassar as primeiras.

O desmatamento desenfreado que se pratica ainda hoje e que já iniciou a destruição dos últimos redutos de matas nativas do Estado é a sua imediata consequência, a erosão acelerada dos solos aráveis, bem como a diminuição das fontes d'água, com todos os prejuízos daí decorrentes; e, mais ainda, a pequena produtividade alcançada pelos nossos cafezais em cada ano mais acentuada, e a qualidade sempre inferior do produto saído da nossa principal lavoura, aliada a um custeio cada vez mais elevado — eis a prova de que nem tudo foram rosas na história, já secular, do café em São Paulo.

O homem, criador das paisagens cafeiras no Estado de São Paulo, está na obrigação de resguardá-las. E para isso, parece-nos, ele não deverá ter mais as suas vistas voltadas para o Oeste, na atração constante do pioneirismo. Embora vagas de paulistas tenham já atravessado as barrancas dos rios Paraná, Paranapanema e Grande para formarem lavouras em Mato Grosso, Norte do Paraná e Sudeste de Goiás, por isso que as terras de São Paulo foram avassaladas na sua totalidade, isso não impede que haja uma contra-marcha, um movimento de retorno às áreas que já foram cafezeiras, mas que, devido à tradição da terra cansada, deixaram de produzir, ou produzem hoje pouco café.

Si os cafeicultores paulistas quiserem que uma boa parte de seu Estado não se "taperize", como aconteceu a grandes trechos do vale mineiro-fluminense do Paraíba, terão que voltar as suas vistas para a produção intensiva dos seus cafezais, com bases na média propriedade. Eles, que até hoje estiveram aliados à mata virgem e aos solos novos, deverão se apegar à técnica e ao trabalho racional, se quiserem continuar na liderança da produção cafeeira mundial. E, afinal, o café não faz jús a esse tratamento, éle que se responsabiliza, há um século, por toda a grandeza de São Paulo?

BIBLIOGRAFIA GERAL

- 1 — AB'SABER, Aziz Nacib — A Geomorfologia do Estado de São Paulo — págs. 1-97. *in* "Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante" — Simposio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1954.
 - 2 — AB'SABER, Aziz Nacib — Bacia Paraná-Uruguaí, Estudo de Geomorfologia Aplicada — págs. 76-93 — *in* "Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia do Paraná-Uruguaí" — Estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo, 1955.
 - 3 — A PIONEIRA — "Retrato do Norte do Paraná" — Revista Bimensal Ilustrada — n.º 14 — dedicada ao café — Londrina, maio-junho de 1953.
 - 4 — ALMEIDA, A. Ozorio de — O Problema Fisiológico do Uso do Café — Boletim do Museu Nacional — vol. III, n.º 4 — págs. 267-278 — Rio de Janeiro, 1927.
 - 5 — ALMEIDA Vicente Unzer e MENDES SOBRINHO, Octavio Teixeira — Migração Rural e Urbana — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1951.
 - 6 — AMARAL, Luis — História Geral da Agricultura Brasileira — 3 tomos (3.º tomo dedicado ao café) — Col. Brasileira. — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1940.
 - 7 — ANDRADE, Alfredo A. de — 1) Origem e Dispersão do Café — págs. 225-245.
2) Os Constituintes do Café — págs. 247-259.
3) O Café Alimento e o Café em a Nutrição — pág. 261-266.
- Boletim do Museu Nacional — Vol. III, n.º 4 — Rio de Janeiro, 1927.
- 8 — ANDRADE, Teófilo de — O Café, a Guerra e o Câmbio — O Observador Econômico e Financeiro n.º 40 — maio de 1939 — págs. 111-113.

- 9 — ANDRADE, Teófilo de — O que foi o Ciclo do Café — O Observador Econômico e Financeiro n.º 100 — maio de 1944 — Rio de Janeiro — págs. 131-137.
- 10 — ARAUJO, Ely Goulart Pereira de — Alguns Aspectos da Paisagem Rural no Município de Olímpia — Boletim Paulista de Geografia n.º 5, julho de 1950 — págs. 12-22 — Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo.
- 11 — ARAUJO, Ely Goulart Pereira de — A Cidade de Olímpia (Estudo de Geografia Urbana) — Bol. Paulista de Geografia n.º 9, outubro de 1951 — págs. 19-37.
- 12 — ARAUJO FILHO, J. R. de — Andradina — Bol. da Associação dos Geógrafos Brasileiros n.º 3 — novembro de 1943 — pág. 59-63 — São Paulo.
- 13 — AZEVEDO, Aroldo de — Última Etapa da Vida do Barão de Santa Eulália — O Ocaso do Segundo Império, através de Documentos Inéditos — Separata da Revista de História n.º 10 — abril-junho de 1952 — São Paulo.
- 14 — AZEVEDO, Oswaldo Benjamin de — O Comércio do Brasil — O Observador Econômico e Financeiro n.º 225, novembro de 1954 — págs. 52-65 — R. de Janeiro.
- 15 — BACKHEUSER, Everardo — Aspectos Geográficos Fluminenses em Torno do Café — O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — pág. 321-326 — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934.
- 16 — BAPTISTA FILHO, Olavo — A Fazenda de Café em São Paulo — Documentário da Vida Rural n.º 2 — Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1952.
- 17 — BARROS, Romualdo Monteiro de — A Região de Ribeirão Preto — Bol. da Associação dos Geógrafos Brasileiros n.º 4, maio de 1944 — pág. 83-90 — S. Paulo.
- 18 — BERGAMIN, Jacob — A Broca do Café e o Reerguimento da Lavoura Cafeeira — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 19 — BERNARDES, Lysia Cavalcanti — O Problema das Frenfes Pioneiras no Estado do Paraná — Revista Brasileira de Geografia, ano XV, n.º 3 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro.
- 20 — BORGMEIR, Thomas, O. F. M. — A Broca do Café e a sua Lição — Bol. do Museu Nacional — vol. III, n.º 4 — pág. 279-284 — Rio de Janeiro, 1927.
- 21 — BOUÇAS, Valentim — O Café na Riqueza Nacional — O Observador Econômico e Financeiro, n.º 54 — julho de 1940 — Rio de Janeiro.
- 22 — CAMARGO, Rogerio de — Padronização do Café — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 23 — CAMARGO, Rogerio de — Do Preparo do Café — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 24 — CAMARGO, Rogerio de — Sombreamento dos Cafezais — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 25 — CAMARGO, Rogerio de e TELLES JR., A. Queiroz — O Café no Brasil — 2 volumes — Serviço de Informação Agrícola — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1953.
- 26 — CARVALHO, C. M. Delgado de — Le Brésil Meridional — (étude économique) — Rio de Janeiro, 1910.
- 27 — CARVALHO, Maria Conceição Vicente de — O Porto de Santos — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia — vol. IV — págs. 709-720 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, 1944.
- 28 — CASAL, Aires de — Corografia Brasileira — 2 tomos — Fac-Simile da Edição de 1817 — Instituto Nacional do Livro — Ministério da Educação e Saúde — Imprensa Nacional — Rio de Janeiro — 1945.
- 29 — CHAVES, João Pacheco e — Imigração para a Lavoura — Digesto Econômico n.º 31 — São Paulo — junho de 1947.
- 30 — CHEVALIER, Auguste — Le Café — Collection "Que sais-je?" — Presses Universitaires de France — Paris — 1949.
- 31 — CLETO, Marcelino Pereira — Dissertação a Respeito da Capitania de São Paulo, sua Decadência e meios de Restabelece-la — 1732 — Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.
- 32 — COMPANHIA MOGIANA DE ESTRADAS DE FERRO — A Distribuição das Propriedades Agrícolas dos Municípios Paulistas, segundo as Áreas. — Edição do Departamento de Estudos Econômicos — Cia. Mogiana.
- 33 — CONSELHO NACIONAL DE ESTATÍSTICA — Produção Agrícola Discriminada por Município — Serviço de Estatística da Produção — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro — 1954.
- 34 — COSTA, Izaltino — O Café e a Civilização Brasileira — Digesto Econômico n.º 118 — ano X — setembro de 1954.

- 35 — COUTY, Louis — Biologie Industrielle du Café — Rio de Janeiro, 1873.
- 36 — D'ALINCOURT, Luiz — Memória sobre a Viagem do Porto de Santos à Cidade de Cuiabá — Biblioteca Histórica Paulista — vol. II — Livraria Martins Editora — São Paulo, 1953.
- 37 — DEFFONTAINES, Pierre — Regiões e Paisagens do Estado de São Paulo (Primeiro Esboço de Divisão Regional) — Revista "Geografia" da Associação dos Geógrafos Brasileiros — ano I, n.º 2 — São Paulo, 1935.
- 38 — DEFFONTAINES, Pierre — Une Évolution Agricole en Pays Tropical: L'Agriculture au Brésil — Annales de Géographie n.º 274 — ano 48 — Paris.
- 39 — DENIS, Pierre — O Brasil no Século XX — Antiga Casa Bertrand — José Bastos e Cia. Editores — Lisboa.
- 40 — DENIS, Pierre — L'Amérique du Sud — Tomo XV — 1.ª parte — Col. Géographie Universelle de Vidal de La Blache et L. Gallois — Lib. Armand Colin — Paris — 1927.
- 41 — "DIARIOS ASSOCIADOS" — Edição Especial Dedicada ao Café — S. Paulo, 15 — julho — 1954.
- 42 — DIVERSOS AUTORES — Aspectos Geográficos da Terra Bandeirante — Simposio organizado pelo Conselho Nacional de Geografia — Serviço Gráfico do I. B. G. E. — Rio de Janeiro, 1954.
- 43 — DRENKPOL, George A. Padberg — Ensaio Crítico-Histórico sobre o Café e Investigação etmológica do nome — Bol. do Museu Nacional — vol. III, n.º 4 — pág. 13-116 — Rio de Janeiro, 1927.
- 44 — DEPARTAMENTO NACIONAL DO CAFÉ — Pequeno Atlas Estatístico do Café — Publicação n.º 6 — Rio de Janeiro — 1942.
- 45 — D'ORBIGNY — Voyage dans les deux Amériques.
- 46 — EGLER, Walter Alberto — O Uso da Terra na Bacia do Paraná-Uruguaí — pág. 274-281 — Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí — Estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros — 2 volumes — São Paulo, 1955.
- 47 — ELLIS JR., Alfredo — O Café e a Paulistânia — Bol. n.º 114 — História da Civilização Brasileira n.º 13 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — São Paulo, 1951.
- 48 — FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS DE SÃO PAULO (ALUNOS DA) — Duas Riquezas de São Paulo: Café e Algodão — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia — vol. IV — Conselho Nacional de Geografia — R. de Janeiro, 1944.
- 49 — FERNANDES, Antonio R. — Propriedade Rural em São Paulo — O Observador Econômico e Financeiro n.º 54 — julho de 1940 — Rio de Janeiro.
- 50 — FERNANDES, Antonio R. — A Produção Agrícola de São Paulo — O Observador Econômico e Financeiro n.º 53 — junho de 1940 — Rio de Janeiro.
- 51 — FERRAZ, Breno — Cidades Vivas — Monteiro Lobato e Cia. Editores — S. Paulo, 1924.
- 52 — FLETCHER, James Cooley e KIDDER, Daniel Parish — Vide KIDDER, D. P.
- 53 — FRANÇA, Ari — Aspectos do Povoamento da Noroeste: A Região de Pirajuí — Bol. da Associação dos Geógrafos Brasileiros n.º 3 — novembro 1943 — pág. 49-58 — São Paulo.
- 54 — FRANCO, Coaracy Moraes — Pesquisas sobre a Fisiologia do Cafeeiro — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 56 — GORJÃO, Luis — Tendências do Mercado Municipal do Café — O Observador Econômico n.º 26 — janeiro de 1947.
- 56 — GORJÃO, Luis — Tendências do Mercado Mundial do Café — O Observador Econômico e Financeiro n.º 224 — outubro de 1954 — pág. 39-47 — R. de Janeiro.
- 57 — GUASTINI, Mario — Café e Outros Estudos — Editora Atlas S.A. — S. Paulo, 1946.
- 58 — GUIMARÃES, Artur — O Comissário como Banqueiro do Produtor de Café no Interior in O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934 — pág. 458-464.
- 59 — GUINLE, Guilherme — A Lavoura do Café e o Porto de Santos — in O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934 — pág. 58-61.
- 60 — HELLWIG, Carl — O Comércio do Café no Interior de São Paulo — in O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934 — pág. 864-866.
- 61 — JAMES, Preston — As Terras Cafeeiras do Brasil Sudeste — Bol. Geográfico do Conselho Nacional de Geografia n.º 29 — agosto de 1945 — R. de Janeiro.

- 62 — JORDÃO, Carlos — A Ação dos Comissários no Comércio do Café — *in* O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934 — pág. 398-401.
- 63 — KIDDER, Daniel Parish e FLETCHER, J. C. — O Brasil e os Brasileiros (Esboço Histórico e Descritivo) — Col. Brasileira — 2 volumes — Cia. Editora Nacional — São Paulo — 1941.
- 64 — KRUG, Helmut Paulo — A origem dos cafés duros — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 65 — KRUG, Carlos Arnaldo — Produção de Sementes Seleccionadas — Anexo n.º 2 ao Relatório da Comissão de Recerimento da Lavoura Cafeeira — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 66 — LACOMBE, Américo Jacobina — O Café Durante a Regência — Digesto Econômico n.º 58 — ano V, 1949.
- 67 — LAMEGO, Alberto Ribeiro — O Homem e a Serra — Biblioteca Geográfica Brasileira — Publicação n.º 3 — Série A "Livros" — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro — 1950.
- 68 — LEME, A. Betim Paes — Gênese dos solos dos cafezais — Bol. do Museu Nacional — vol. III, n.º 4, pág. 117-135 — Rio de Janeiro, 1927.
- 69 — LIMA, L. Zacharias de — A Política do Café em São Paulo — *in* O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934 — pág. 170-179.
- 70 — LUSCOCK, John — Notes on Rio de Janeiro and the southern parts of Brazil — 640 páginas — Londres, 1820.
- 71 — MACHADO, Alvaro de Oliveira — Elevação da Produtividade da Lavoura Cafeeira Paulista pela Restauração das Lavouras das Zonas Velhas — Anais da Mesa Redonda da Agricultura — Sociedade Rural Brasileira — São Paulo, 1952.
- 72 — MAGALHÃES, Basílio de — Os Caminhos Antigos pelos quais foi o café transportado do interior para o Rio de Janeiro e para outros pontos do litoral fluminense — *in* O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — pág. 777-783 — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro — 1934.
- 73 — MAGALHÃES, Basílio de — O Café (na História, no Folclore e nas Belas Artes) — Col. Brasileira — Cia. Editora Nacional — São Paulo, 1939.
- 74 — MAGALHÃES, Hildebrando de — Contribuição para a História do Café — Monografia Comemorativa do bi-centenário da introdução do cafeeiro no Brasil (1727 — maio — 1927) — pág. 190-232 — Ed. de "O Jornal" em 2 vols. — publicada pelo D. N. C. — Rio de Janeiro, 1934.
- 75 — MAGNANINI, Alceu — Fitoclimograma do cafeeiro na Bacia Paraná-Uruguaí — pág. 294-296 — *in* Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí — Estudo Elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros São Paulo, 1955.
- 76 — MARQUES, João Quintillano Avelar — Vide MOURA, Laerte Ramos.
- 77 — MATTOS, Dirceu Lino de — A Civilização do Café — Edição comemorativa do IV Centenário da Cidade de São Paulo do jornal "O Diário de São Paulo" — 15 — julho — 1954.
- 78 — MATTOS, Odilon Nogueira de — A Evolução Ferroviária de São Paulo — Anais do IX Congresso Brasileiro de Geografia — vol. IV, pág. 556-568 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, 1944.
- 79 — MATTOS, Odilon Nogueira de — O Desenvolvimento da rede ferroviária e a expansão da cultura cafeeira em São Paulo — Edição especial dos "Diários Associados" dedicada ao café — 15 de julho de 1954 — S. Paulo.
- 80 — MATTOS, Odilon Nogueira de — A cidade de São Paulo no século XIX — *in* A Evolução Urbana de São Paulo — Separata da Revista de História — São Paulo, 1955.
- 81 — MENDES, J. E. Teixeira — A Pequena Propriedade Cafeeira — Bol. da Superintendência do Serviço do Café — n.º 196 — São Paulo, 1943.
- 82 — MENDES, J. E. Teixeira — Comparações das Condições de Climas Vigentes nas Zonas Cafeeiras de Santa Catarina e São Paulo — Boletim do Café — São Paulo, julho de 1945.
- 83 — MENDES, J. E. Teixeira — Lavoura Cafeeira Paulista (Velhas Fazendas do Município de Campinas) — Departamento Estadual de Informações — S. P. 1947.
- 84 — MENDES, José Estevam Teixeira — Café — Boletim da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura — Diretoria da Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 85 — MENDES SOBRINHO, Octavio Teixeira — Vide ALMEIDA, Vicente Unzer.

- 86 — MILLIET, Sergio — Roteiro do Café (Análise histórico-demográfica da expansão cafeeira no Estado de São Paulo) — Estudos Paulistas — 1 — S.P., 1938.
- 87 — MILLIET, Sergio — A Queda do Latifúndio — O Observador Econômico e Financeiro — junho de 1939 — Rio de Janeiro.
- 88 — MILLIET, Sergio — Roteiro do Café e Outros Ensaio — Col. do Departamento de Cultura — vol. XXV — São Paulo, 1941.
- 89 — MONBEIG, Pierre — Ensaio de Geografia Humana Brasileira — Editora Martins — São Paulo, 1940.
- 90 — MONBEIG, Pierre — Notas relativas à evolução das paisagens rurais no Estado de São Paulo — Boletim Geográfico n.º 16 — pág. 428 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, julho de 1944.
- 91 — MONBEIG, Pierre — Pionniers et Planteurs de São Paulo — Lib. Armand Colin — Paris, 1952.
- 92 — MONBEIG, Pierre — La croissance de la Ville de São Paulo — Institut et Revue de Géographie Alpine — Grenoble, 1953 — France.
- 93 — MONBEIG, Pierre — As estruturas agrárias da faixa pioneira paulista — Boletim Geográfico n.º 116 pág. 455-465 — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, 1953.
- 94 — MONBEIG, Pierre — Resumo da Geografia Econômica do Café — in "Diários Associados", edição especial dedicada ao café — 15 de julho de 1954 — São Paulo — Transcrito no Boletim Geográfico n.º 123 do Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, setembro-outubro de 1954.
- 95 — MORAIS, José de Mello — A evolução agrícola de São Paulo — Diretoria de Publicidade Agrícola — Secretaria da Agricultura — S.P., 1945.
- 96 — MORAIS, José de Toledo — Racionalização da cultura do café — Irrigação e Reflorestamento — Anais da Mesa Redonda da Agricultura — Sociedade Rural Brasileira — São Paulo, 1952.
- 97 — MOURA, Laerte Ramos e MARQUES, João Quintiliano Avelar — Contribuição das Seções Especializadas em Conservação do Solo do P.D.V. para solução do problema de reerguimento da Lavoura Cafeeira no Estado de São Paulo — Bol. da Agricultura, n.º único — Secretaria da Agricultura — Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 98 — MÜLLER, Daniel Pedro — Ensaio D'um Quadro Estatístico da Província de São Paulo — 1836 — Reedição Literal, seção de Obras do "O Estado de São Paulo" — 1923.
- 99 — MÜLLER, N. L. — Sítios e Sitiantes no Estado de São Paulo — Boletim 132 — Geografia n.º 7 — Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo — São Paulo, 1951.
- 100 — MÜLLER, Nice Lecocq — Paisagens Rurais no Município de Campinas — Anais da Associação dos Geógrafos Brasileiros — Vol. II — 1947 — São Paulo — 1952.
- 101 — MÜLLER, N. L. — Contribuição ao Estudo do Norte do Paraná — Boletim Paulista de Geografia, n.º 22 — março de 1956 — pág. 55-97 — Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo, 1956.
- 102 — NORMANO, J. F. — Evolução Econômica do Brasil — Col. Brasileira — vol. 152 — Civ. Editora Nacional — São Paulo, 1939.
- 103 — O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO — n.º 42 — julho de 1939 — O Latifúndio Paulista — Artigo da Redação — Rio de Janeiro.
- 104 — O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO — n.º 117 — outubro de 1945 — Os Problemas do Café — Artigo da Redação — Rio de Janeiro.
- 105 — O OBSERVADOR ECONÔMICO E FINANCEIRO — n.º 133 — fevereiro de 1947 — O Café em Cifras — Artigo da Redação — Rio de Janeiro.
- 106 — "O ESTADO DE SÃO PAULO" — Suplemento Agrícola e Suplemento Comercial.
- 107 — "O JORNAL" — Edição comemorativa do segundo Centenário da Introdução do Café no Brasil — Publicado depois em 2 volumes pelo Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro — 1934.
- 108 — OLIVEIRA, Américo L. Barbosa de — Estudos Brasileiros de Economia (O Desenvolvimento Planificado da Economia Brasileira) — Monografia n.º 1 da Fundação Getúlio Vargas — Ano I, vol. I — Rio de Janeiro, 1946.
- 109 — OLIVEIRA VIANA — Distribuição Geográfica do Cafeeiro no Estado de São Paulo — in "O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil" — pág. 79-83 — E. do Departamento Nacional do Café — R. de Janeiro, 1934.
- 110 — ORTIGÃO, Ramalho — A Influência do Café na Economia e nas Finanças Nacionais — in O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil — pág. 88-89 — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro — 1934.
- 111 — PAIVA, Rui Miller — Restauração Econômica da Zona Cafeeira — "O Estado de São Paulo" — 24 de outubro de 1944 — São Paulo.
- 112 — PAIVA, Rui Miller — Agricultura na África — Diretoria de Publicidade Agrícola — Secretaria da Agricultura — São Paulo, 1952.

- 113 — PECKOLT, Theodoro — História das Plantas Alimentares e de Goso do Brasil — 5 volumes — Ed. Laemmert — Rio de Janeiro — 1871.
- 114 — PESSOA, Alvim — Distribuição Geográfica do Café — in "O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil" — pág. 387-397 — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934.
- 115 — PLATT, Robert S. — Coffee Plantation of Brazil (A comparison of occupance patterns in established and frontiers areas) — Geographical Review — XXV — New York — 1935.
- 116 — PESTANA, Paulo Rangel — O Café em São Paulo (Notas Históricas) — S.P. 1927.
- 117 — PORTO ALEGRE, Paulo — Monografia do Café — História, Cultura e Produção — Ed. V. Bertrand e Cia. — Lisboa, 1879.
- 118 — PRADO, Paulo — O Martírio do Café — in "O café no segundo centenário da sua introdução no Brasil" — pág. 86-87 — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934.
- 119 — PRADO JR., Caio — Distribuição da Propriedade Fundiária Rural no Estado de São Paulo — Revista "Geografia" — ano I, n.º 1 da Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo, 1935.
- 120 — PRADO JR., Caio — Problemas de Povoamento e a Pequena Propriedade — Revista de Organização Científica n.º 145 — IDORT — São Paulo, 1944.
- 121 — PRADO JR., Caio — História Econômica do Brasil — Ed. Brasiliense Ltda. São Paulo, 1945.
- 122 — PRADO JR., Caio — Evolução Política do Brasil e Outros Estudos — Ed. Brasiliense Ltda. — São Paulo, 1953.
- 123 — RAMOS, Augusto — O Café no Brasil e no Estrangeiro — Contribuição Comemorativa do 1.º Centenário da Independência do Brasil — Papelaria Santa-Helena — Rio de Janeiro, 1923.
- 124 — RAMOS, Augusto — A Intervenção do Estado na Lavoura Cafeeira — in "O Café no segundo centenário da sua introdução no Brasil" pág. 505-516 — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934.
- 125 — RECLUS, Élisée — Estados Unidos do Brasil (Geografia, Etnografia e Estatística) — Tradução e breves notas de Ramiz Galvão — H. Garnier, Livreiro Editor — Rio de Janeiro, 1900.
- 126 — RELATÓRIO DA COMISSÃO DE REERGUMENTO DA LAVOURA CAFEIRA — Bol. da Agricultura n.º Único — Secretaria da Agricultura, Diretoria de Publicidade Agrícola — São Paulo, 1947.
- 127 — RENDON, José Arouche de Toledo — Reflexões sobre o estado em que se acha a agricultura na Capitania de São Paulo.
- 128 — RIBEYROLLES, Charles — Brasil Pitoresco — Biblioteca Histórica Brasileira — Livraria Martins Editora — São Paulo, 1941.
- 129 — SAMPAIO, A. J. — O Congresso do Café — Boletim do Museu Nacional — Vol. III, n.º 4 — pág. 291-350 — Rio de Janeiro, 1927.
- 130 — SAINT-HILAIRE, Auguste de — Viagem à Província de São Paulo e Resumo das viagens ao Brasil, Província Cisplatina e Missões do Paraguai — 2.ª edição — Biblioteca Histórica Brasileira — vol. II — Liv. Martins Editora — São Paulo, 1945.
- 131 — SAINT-HILAIRE, Auguste de — Segunda Viagem a São Paulo (Quadro Histórico da Província de São Paulo) — Biblioteca Histórica Paulista — vol. VI. Liv. Martins Editora — São Paulo, 1953.
- 132 — SAY, Horacio Emilio — Histoire des Relations Commerciales entre la France et le Brésil — Paris, 1839.
- 133 — SCHAEFFER, Régina P. G. Espindola — Derrubada — Tipos e Aspectos do Brasil — Excertos da "Revista Brasileira de Geografia" — IBGE — Conselho Nacional de Geografia — Rio de Janeiro, 1956.
- 134 — SETZER, José — Os Principais Tipos de Solos Paulistas — Separata da Diretoria de Publicidade Agrícola — Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio do Estado de São Paulo — São Paulo, 1941.
- 135 — SETZER, José — O problema dos cafezais novos em terras roxas causadas — Bol. dos Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização n.º 3 — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas — Ministério da Agricultura — Rio de Janeiro, 1944.
- 136 — SETZER, José — Contribuição para o Estudo do Clima do Estado de São Paulo — Separata atualizada do Boletim D. E. R. vols. IX a XI — outubro de 1943 a outubro de 1945 — Escolas Profissionais Salesianas, 1946 — S.P.
- 137 — SETZER, José — Sobre a Ecologia do Café — Separata do Boletim de Agricultura n.º Único, 1945 — Diretoria de Publicidade Agrícola — Secretaria da Agricultura — São Paulo, 1949.

- 138 — SETZER, José — Os solos do Estado de São Paulo (Relatório técnico com considerações práticas) — Biblioteca Geográfica Brasileira — Conselho Nacional de Geografia — Publicação n.º 6 — Serie A — R. de Janeiro, 1949.
- 139 — SETZER, José — Alguns problemas de Recuperação do Solo no Estado de São Paulo (com sugestões para a sua solução) — Reimpressão autorizada do "Digesto Econômico" e da "Revista Rural Brasileira" — Gráfica São José — São Paulo, 1951.
- 140 — SETZER, José — A natureza e o aproveitamento racional dos solos da Bacia Paraná-Uruguaí — pág. 132-227 — *in* Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí — Estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo, 1955.
- 141 — SILVEIRA, João Dias da — Estudo Geográfico dos Contrafortes Ocidentais da Mantiqueira — Tese de Doutorado ainda inédita — Biblioteca Central da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, São Paulo, 1946.
- 142 — SIMONSEN, Roberto — História Econômica do Brasil (1500 a 1820) — Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1937.
- 143 — SIMONSEN, Roberto — Aspectos da História Econômica do Café — Separata da Revista do Arquivo n.º LXV — São Paulo, 1940.
- 144 — SODRÉ, Nelson Werneck — História Econômica do Brasil — O Observador Econômico e Financeiro n.º 112 — Rio de Janeiro, 1945.
- 145 — SOUZA, Elza Coelho de — Cafezal — pág. 313-319.
Colheita de Café — pág. 342-346.
Tipos e Aspectos do Brasil (Excertos da Revista Brasileira de Geografia) — IBGE — Conselho Nacional de Geografia — R. de Janeiro, 1956.
- 146 — SOUZA, William Coelho de — Trato dos Cafezais — O Observador Econômico e Financeiro — julho de 1941 — Rio de Janeiro.
- 147 — SOUZA, William Coelho de — Estudo de Região — Restauração dos Cafezais — O Observador Econômico e Financeiro n.º 128 — pág. 113-122 — setembro — 1946 — Rio de Janeiro.
- 148 — STRAUCH, Ney — Distribuição da Produção de Café na Bacia Paraná-Uruguaí — pág. 313-318 — *in* Condições Geográficas e Aspectos Geoeconômicos da Bacia Paraná-Uruguaí — Estudo elaborado pela Associação dos Geógrafos Brasileiros — São Paulo, 1955.
- 149 — TAUNAY, Affonso D'Escagnolle — A propagação da cultura cafeeira no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1934.
- 150 — TAUNAY, Affonso D'Escagnolle — História do Café no Brasil — 15 tomos — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1939.
- 151 — TAUNAY, Affonso D'Escagnolle — Pequena História do Café no Brasil — Ed. do Departamento Nacional do Café — Rio de Janeiro, 1945.
- 152 — TELHEIRA, Edgard Fernandes — O Maior Cafezal Sombreado de São Paulo — "O Estado de São Paulo" — 4 de março de 1953 — São Paulo.
- 153 — TELLES JR., Adalberto de Queiroz — Vide CAMARGO, Rogério de.
- 153a — TENORIO, Oscar — O Café na Coreografia Brasileira" — O Observador Econômico e Financeiro n.º 95 — pág. 93-94 — Dezembro de 1943 — R. de Janeiro.
- 154 — TESTA, José — A Indústria da Cafeicultura — Digesto Econômico n.º 76 — São Paulo, março de 1951.
- 155 — TESTA, José — A cafeicultura nas zonas novas — Digesto Econômico n.º 89 — São Paulo, abril de 1952.
- 156 — TESTA, José — Equilíbrio Estatístico do Café — Digesto Econômico n.º 98 — São Paulo, janeiro de 1953.
- 157 — TESTA, José — Mais Café com menos cafeeiros — Digesto Econômico n.º 101 — São Paulo, abril de 1953.
- 158 — TESTA, José — Irrigação da Lavoura Cafeeira — Digesto Econômico n.º 102 — São Paulo, maio de 1953.
- 159 — TESTA, José — Safras Cafeeiras Paulistas — Digesto Econômico n.º 104 — julho 1953 — São Paulo.
- 160 — TESTA, José — A Geada de 1953 do Café.
Da Superprodução à Carência.
Digesto Econômico n.º 106 — Setembro 1953 — São Paulo.
- 161 — TESTA, José — Perde Terreno o Café Brasileiro — Digesto Econômico n.º 108 — São Paulo, novembro de 1953.
- 162 — TESTA, José — Evolução da Cafeicultura Brasileira — Digesto Econômico n.º 112 — São Paulo, março de 1954.
- 163 — TESTA, José — Haverá nova produção cafeeira? — Digesto Econômico n.º 115 — São Paulo, julho de 1954.
- 164 — TESTA, José — Haverá nova superprodução cafeeira? — "Diários Associados" — Edição Especial dedicada ao Café — São Paulo, 15 de julho de 1954.

- 165 — TESTA, José — Café entre a livre iniciativa e os acórdos internacionais — Digesto Económico n.º 121 — São Paulo, janeiro de 1955.
- 166 — TESTA, José — Imediatismo e empirismo na expansão cafeeira — Digesto Económico n.º 123 — São Paulo, março de 1955.
- 167 — TESTA, José — Como estimular a produção de cafés finos — "Diário de São Paulo" — 6 de junho de 1956 — São Paulo.
- 168 — TSCHUDI, J. J. von — Viagens às Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo — Biblioteca Histórica Paulista — vol. V — Liv. Martins Editora — São Paulo, 1953.
- 169 — VIDAL, Bento A. Sampaio — O Café na Economia Brasileira — O Observador Económico e Financeiro n.º 88 pág. 70-89 — maio de 1943 — R. de Janeiro.
- 170 — VIDAL, Bento de Abreu Sampaio — As chuvas e as safras de café — "A Folha da Manhã" — 19 de julho de 1944 — São Paulo.
- 171 — ZALUAR, Augusto Emílio — Peregrinação pela Província de São Paulo (1860-1861) Biblioteca Histórica Paulista — Vol. II, Liv. Martins Editora — São Paulo, 1953.